

Territórios
em Rede

Diagnóstico Socioterritorial do município de Resplendor



Setembro de 2022

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Institucional:



Sumário

Apresentação

Item 1: Identificação, localização e área territorial de Resplendor.....	10
Item 2: Regiões de Planejamento do Governo do Estado de Minas Gerais.....	11

I- População

Item 3: População recenseada em 2000 e 2010 e estimada em 2020 – Resplendor.....	14
Item 4: População recenseada em 2010 e estimada de 2011 a 2021 – Resplendor.....	14
Item 5: Taxa de crescimento anual da população entre 2010 e 2020 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor.....	15
Item 6: Crescimento percentual da população estimada de 2011 a 2021 em relação à população recenseada em 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor.....	16
Item 7: Percentuais da população urbana e rural em 2010 – Resplendor.....	17
Item 8: População por faixa etária escolar (0-3, 4-5, 6-10, 11-14 e 15-17 anos), recenseada em 2000 e 2010 e estimada em 2020.....	18
Item 9: Percentual da população em situação rural em 2010, População estimada em 2021 e Crescimento estimado da população e Taxa de crescimento estimado anual entre 2010 e 2020 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	19
Item 10: Distribuição relativa da população segundo a cor/raça declarada em 2010 – Resplendor.....	20
Item 11: Distribuição da população por cor ou raça declarada, em 2010 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	21
Item 12: Distribuição relativa da população segundo a religião declarada em 2010 – Resplendor.....	22
Item 13: Percentual de pessoas católicas, evangélicas e sem religião por faixa etária (15-39, 40-64 e 65 ou mais anos) em 2010 – Resplendor.....	23



II– Trabalho e Renda

Item 14: Pessoal ocupado e Pessoal ocupado assalariado, de 2006 a 2020 – Resplendor.....	24
Item 15: População ocupada e não ocupada em relação à população estimada – 2020 – Resplendor.....	25
Item 16: Salário médio mensal (em salários mínimos), de 2006 a 2020 – Resplendor.....	25
Item 17: População ocupada em relação à população estimada e Salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2020 – municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	26

III– Programas Sociais

Item 18: Famílias inscritas no Cadastro Único e Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Auxílio Brasil de 2013 a junho/2022 – Resplendor.....	30
Item 19: Pessoas inscritas no Cadastro Único e Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Auxílio Brasil de 2018 a junho/2022 – Resplendor.....	31
Item 20: Percentual de famílias com Cadastro Único atualizado entre as famílias com renda mensal per capita acima de meio salário mínimo e entre as famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único de 2015 a junho/2022 – Resplendor.....	32
Item 21: Famílias, Famílias em situação de pobreza e Famílias em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único de 2013 a junho/2022 – Resplendor.....	33
Item 22: Pessoas, Pessoas em situação de pobreza e Pessoas em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único de 2013 a junho/2022 – Resplendor.....	34
Item 23: Famílias inscritas no Cadastro Único e Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Auxílio Brasil em situação de pobreza e de extrema pobreza de 2017 a junho/2022 – Resplendor.....	35
Item 24: Percentual de Famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Auxílio Brasil em relação ao número de Famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza inscritas no Cadastro Único de 2017 a junho/2022 – Resplendor.....	36
Item 25: Famílias não beneficiárias do Programa Bolsa Família (até outubro/2021) ou do Auxílio Brasil (a partir de novembro/2021) em situação de pobreza e em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único de 2017 a junho/2022 – Resplendor.....	37



Item 26: Famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza beneficiárias e Famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza não beneficiárias do Programa Bolsa Família (até outubro/2021) ou do Auxílio Brasil (a partir de novembro/2021) de 2017 a junho/2022 – Resplendor....	38
Item 27: Famílias com, pelo menos, um membro em situação de trabalho infantil inscritas no Cadastro Único de 2013 a junho/2022 – Resplendor.....	39
Item 28: Famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único de 2013 a junho/2022 – Resplendor.....	40
Item 29: Percentuais de famílias e de pessoas inscritas no Cadastro Único que receberam o Auxílio Brasil no primeiro semestre de 2022 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	41
Item 30: Percentuais de famílias com informações atualizadas no Cadastro Único segundo a renda mensal per no primeiro semestre de 2022 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	42
Item 31: Percentuais de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza entre as famílias inscritas no Cadastro Único e de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza beneficiárias entre as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza inscritas no Cadastro Único no primeiro semestre de 2022 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	43
Item 32: Famílias com, pelo menos, um membro em situação de trabalho infantil e Famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único no primeiro semestre de 2022 – municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	44

IV- Desenvolvimento Humano

Item 33: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 1991, 2000 e 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor.....	47
Item 34: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda (IDHM-R) em 1991, 2000 e 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor.....	47
Item 35: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade (IDHM-L) em 1991, 2000 e 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor.....	48



Item 36: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educação (IDHM-E) em 1991, 2000 e 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor.....	48
Item 37: Subíndice de frequência escolar (IDHM Educação) em 1991, 2000 e 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor.....	49
Item 38: Subíndice de escolaridade da população adulta (IDHM Educação) em 1991, 2000 e 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor.....	52
Item 39: Percentual da população adulta (maior de 18 anos) com, no mínimo, Ensino Fundamental completo, em 2010 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	53

V- Saúde – Estatísticas Vitais

Item 40: Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade, de 2006 a 2020 – Resplendor.....	55
Item 41: Taxa de Mortalidade Infantil, por 1.000 nascidos vivos, de 2006 a 2020 – Resplendor....	56
Item 42: Taxa de Mortalidade Infantil por 1.000 nascidos vivos, em 2020 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	57
Item 43: Número de nascidos vivos de mães com idade entre 10 e 14 anos ou 15 e 19 anos, de 2009 a 2020 – Resplendor.....	58

VI- Violência

Item 44: Número total de homicídios, de 2005 a 2020 – Resplendor.....	59
Item 45: Número de homicídios de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos de idade, de 2005 a 2020 – Resplendor.....	60
Item 46: Total de homicídios, Taxa de homicídios por 100.000 habitantes, Total de homicídios de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos e Percentual destes em relação ao total de homicídios, em 2020 – municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	61

VII- Educação

a) Matrículas

Item 47: Total de escolas e matrículas, segundo a localização urbana ou rural, por dependência administrativa, em 2021 – Resplendor.....	63
---	-----------



Item 48: Total de escolas e de matrículas em Área de assentamento, Área remanescente de quilombo ou Terra indígena, por dependência administrativa, em 2021 – Resplendor.....	63
Item 49: Número de matrículas de estudantes entre 4 e 17 anos na Educação Básica por faixa etária – 4 e 5, 6 a 10, 11 a 14 e 15 a 17 anos – de 2010 a 2021 – Resplendor.....	64
Item 50: Total de matrículas de estudantes entre 4 e 17 anos na Educação Básica em 2021 e diferença percentual em relação ao número de matrículas de 2020, de 2016 e de 2010 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	65
Item 51: Total de matrículas segundo a dependência administrativa, por etapa escolar, em 2021 – Resplendor.....	66
Item 52: Percentual de matrículas segundo a dependência administrativa, por etapa escolar, em 2021 – Resplendor.....	67
Item 53: Comparativo entre os totais de matrículas por faixa etária e por etapa escolar, em 2021 – Resplendor.....	67
Item 54: Percentual de matrículas segundo o sexo, por etapa escolar, em 2021 – Resplendor.....	68
Item 55: Percentual de matrículas segundo a cor/raça informada, por etapa escolar, em 2021 – Resplendor.....	69

b) Horas-aula diária

Item 56: Percentual de matrículas segundo a oferta em Tempo Parcial ou Tempo Integral, por etapa escolar, em 2021 – Resplendor.....	70
Item 57: Média de horas aula-diária na rede municipal, na rede estadual e total, por etapa escolar, em 2021 – Resplendor.....	71
Item 58: Média de horas aula-diária total, segundo a etapa escolar, de 2010 a 2021 – Resplendor.....	71

c) Distorção idade-série e Migração para EJA

Item 59: Taxa de Distorção Idade-Série (%), segundo a etapa escolar, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor.....	73
Item 60: Taxa de Distorção Idade-Série (%), segundo a etapa escolar, de 2006 a 2021 – Resplendor.....	73



Item 61: Taxa de Distorção Idade-série (TDI) dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....**74**

Item 62: Percentual de migração para EJA, segundo a etapa escolar, de 2007/2008 a 2018/2019 – Resplendor.....**75**

d) Aprovação e Repetência

Item 63: Taxa de Aprovação (%), segundo a etapa escolar, de 2007 a 2021 – Resplendor.....**76**

Item 64: Taxa de Aprovação dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais...**77**

Item 65: Taxa de Repetência (%), segundo a etapa escolar, em 2018/2019 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor.....**78**

Item 66: Taxa de Repetência (%), segundo a etapa escolar, de 2007/2008 a 2018/2019 – Resplendor.....**79**

e) Abandono e Evasão

Item 67: Taxa de Abandono (%), segundo a etapa escolar, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor.....**81**

Item 68: Taxa de Abandono (%), segundo a etapa escolar, de 2007 a 2021 – Resplendor.....**81**

Item 69: Taxa de Abandono dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais...**82**

Item 70: Taxa de Evasão (%), segundo a etapa escolar, em 2018/2019 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor.....**83**

Item 71: Taxa de Evasão (%), segundo a etapa escolar, de 2007/2008 a 2018/2019 – Resplendor..**84**

f) IDEB e SAEB

Item 72: IDEB das escolas públicas, segundo a etapa escolar, em 2021 – Brasil, Região Sudeste, Minas Gerais e Resplendor.....**85**

Item 73: IDEB das escolas públicas, segundo a etapa escolar, de 2005 a 2021 – Resplendor.....**86**



Item 74: IDEB dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio das escolas públicas, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	87
Item 75: Nota SAEB – Língua Portuguesa, das escolas públicas, segundo a etapa escolar, de 2005 a 2021 – Resplendor.....	89
Item 76: Nota SAEB – Matemática, das escolas públicas, segundo a etapa escolar, de 2005 a 2021 – Resplendor.....	90
Item 77: Nota SAEB em Língua Portuguesa e Matemática dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio das escolas públicas, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais.....	91

VIII- Estimativa do Atendimento Escolar por Faixa Etária

Item 78: População de 4 a 17 anos recenseada em 2010 e estimada em 2021 e Número de matrículas de estudantes com idade de 4 a 17 anos em 2010 e 2021 – Resplendor.....	95
Item 79: População de 4 e 5 anos recenseada em 2010 e estimada em 2021 e Número de matrículas de estudantes com idade de 4 e 5 anos em 2010 e 2021 – Resplendor.....	96
Item 80: População de 6 a 10 anos recenseada em 2010 e estimada em 2021 e Número de matrículas de estudantes com idade de 6 a 10 anos em 2010 e 2021 – Resplendor.....	97
Item 81: População de 11 a 14 anos recenseada em 2010 e estimada em 2021 e Número de matrículas de estudantes com idade de 11 a 14 anos em 2010 e 2021 – Resplendor.....	98
Item 82: População de 15 a 17 anos recenseada em 2010 e estimada em 2021 e Número de matrículas de estudantes com idade de 15 a 17 anos em 2010 e 2021 – Resplendor.....	99

IX- Localização das Escolas por Imagem

Item 83: Distribuição das unidades escolares de Educação Básica em atividade no município de Resplendor no ano de 2021.....	100
Item 84: Distribuição das unidades escolares de Educação Básica em atividade no núcleo urbano de Resplendor no ano de 2021.....	101



Apresentação

Resplendor é um dos 853 municípios do estado de Minas Gerais. Para o IBGE, sua região geográfica intermediária é a de Governador Valadares e sua região geográfica imediata é a de Governador Valadares. Pertence à mesorregião Vale do Rio Doce e à microrregião de Aimorés. A fim de aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo do Estado de Minas Gerais agrupou os municípios mineiros em dez Regiões de Planejamento. O município de Resplendor pertence à Região de Planejamento Rio Doce.

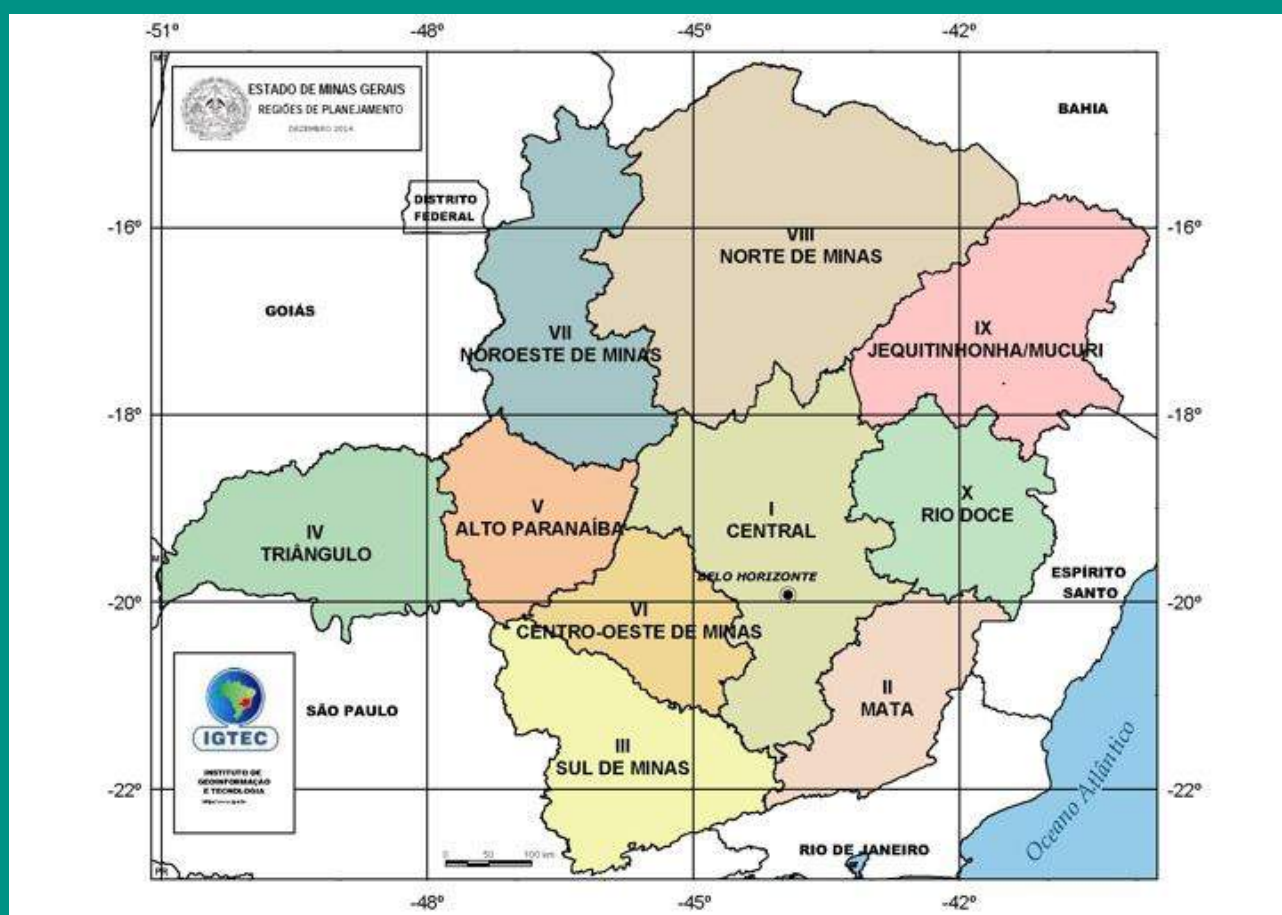
A Região de Planejamento Rio Doce é composta por 102 municípios. Os cinco municípios de atuação do Programa Territórios em Rede no Pará – Aimorés, Conselheiro Pena, Governador Valadares, Resplendor e Tumiritinga – pertencem a essa região de planejamento.

Item 1: Identificação, localização e área territorial de Resplendor

Característica	Informação	Fonte
CÓDIGO	3118403	IBGE
Grande Região	Sudeste	IBGE
UF	Minas Gerais	IBGE
Região Geográfica Intermediária	Governador Valadares	IBGE
Região Geográfica Imediata	Governador Valadares	IBGE
Mesorregião	Vale do Rio Doce	IBGE
Microrregião	Aimorés	IBGE
Divisão regional do Governo Estadual	Região de Planejamento Rio Doce	Governo do Estado de Minas Gerais
Área territorial	1.483,883 km ²	Área territorial brasileira 2020. IBGE, 2021
Aniversário do município	17/dezembro	IBGE – Cidades@



Item 2: Regiões de Planejamento do Governo do Estado de Minas Gerais



Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>. Consulta em 13/09/2022.

I- População

No Censo Demográfico de 2010 do IBGE, Resplendor contava com 17.089 habitantes, dos quais 12.832 residentes na zona urbana (75,1%) e 4.257 na zona rural (24,9%). Em 2021, o IBGE estimou que Resplendor possuía 17.396 habitantes.

O IBGE estima que o município de Resplendor seja, atualmente, o 163º mais populoso do estado de Minas Gerais. Resplendor possui a 14ª maior população entre os 102 municípios que compõem a Região de Planejamento Rio Doce. Segundo estimativa de 2021 do IBGE, responde por 1,3% da população da Região de Planejamento, que conta com mais de 1,7 milhão de habitantes.

A retração do crescimento populacional é uma tendência atual no Brasil, no contexto da chamada Terceira Transição Demográfica, caracterizada pela queda acentuada da natalidade e amplo aumento da expectativa de vida da população, já vivida em países desenvolvidos. A consequência desse processo é, por um lado, a diminuição do número de crianças até que a fecundidade se estabilize em um patamar mais baixo e, por outro, o aumento da proporção de pessoas idosas, o dito envelhecimento da população.

A estrutura por sexo e idade da população brasileira vem se modificando continuamente ao longo do tempo como mostram os Censos Demográficos. A diminuição no nível da fecundidade, iniciada no final da década de 1960 e início dos anos 1970, e no nível de mortalidade, que já vinha ocorrendo desde meados da década de 1940, fez com que a estrutura etária da população brasileira fosse envelhecendo gradativamente, tanto pelo estreitamento da base da pirâmide, através da diminuição da fecundidade, quanto pelo aumento da participação dos demais grupos de idade com a contribuição imprescindível da diminuição dos níveis de mortalidade.¹

¹ IBGE, Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2018: breve análise da evolução da mortalidade no Brasil, Rio de Janeiro, 2019, p.13. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73097>. Acesso em: 26 out. 2020.



O IBGE estima que, entre 2010 e 2021, a população de Resplendor tenha crescido apenas 1,8%, mas permanece estagnada há, pelo menos, 3 anos, depois de passar por uma retração. No mesmo período, estima-se que as populações do Brasil e do estado de Minas Gerais tenham crescido, respectivamente, 11,8% e 9,3%.

Ao longo da década 2010–2020, a taxa de crescimento da população estimada de Resplendor foi de 0,18% ao ano. O Brasil e o estado de Minas Gerais apresentaram taxas de crescimento da população estimada de 1,05% e 0,83% ao ano.

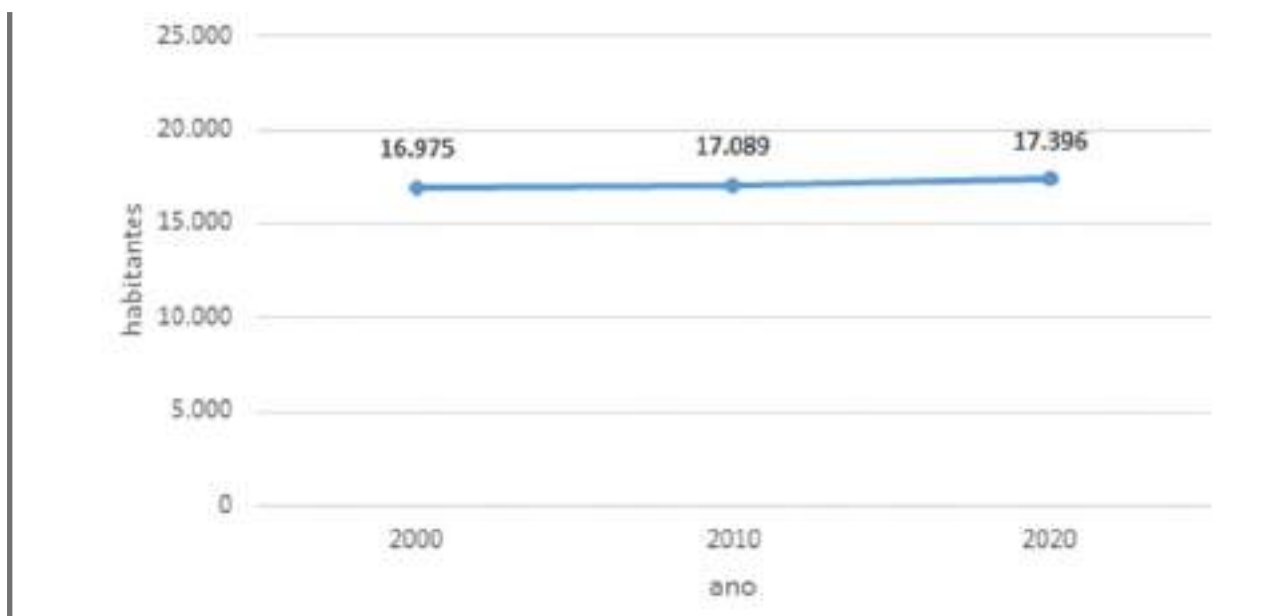
Entre os censos demográficos de 2000 e 2010, houve redução do contingente de crianças e adolescentes até 17 anos em Resplendor. As estimativas por faixa etária para o ano de 2020 indicam que, na última década, a população até 17 anos continuou a diminuir.

Nas faixas etárias de 11 a 14 anos e 15 a 17 anos, o ritmo da redução entre 2010 e 2020 foi até mais intenso do que na década anterior. Na faixa etária de 6 a 10 anos, o ritmo foi um pouco menor. Nas faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos, observa-se uma estabilidade, com uma pequena diferença numérica a menos em relação a 2010.

Portanto, as estimativas sugerem que o crescimento demográfico de Resplendor entre 2000 e 2010 foi influenciado pela redução da fecundidade associada a um modesto movimento migratório de saída. De acordo com as estimativas entre 2011 e 2020, a fecundidade já se estabilizou nas coortes até 5 anos e ficou próximo disso na faixa etária de 6 a 10 anos. Com isso, nos próximos anos, espera-se que a retração do contingente infantojuvenil será interrompida, de forma gradativa, de 0 a 17 anos.

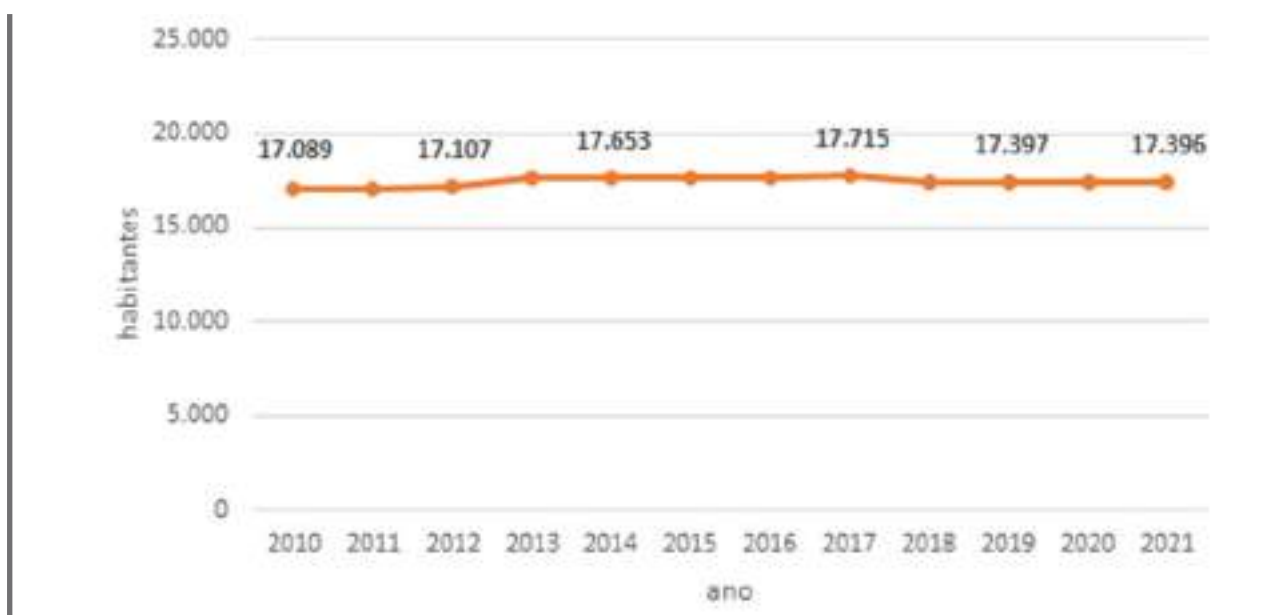


Item 3: População recenseada em 2000 e 2010 e estimada em 2020 – Resplendor



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000 e 2010). / IBGE, Estimativas de População (2020).

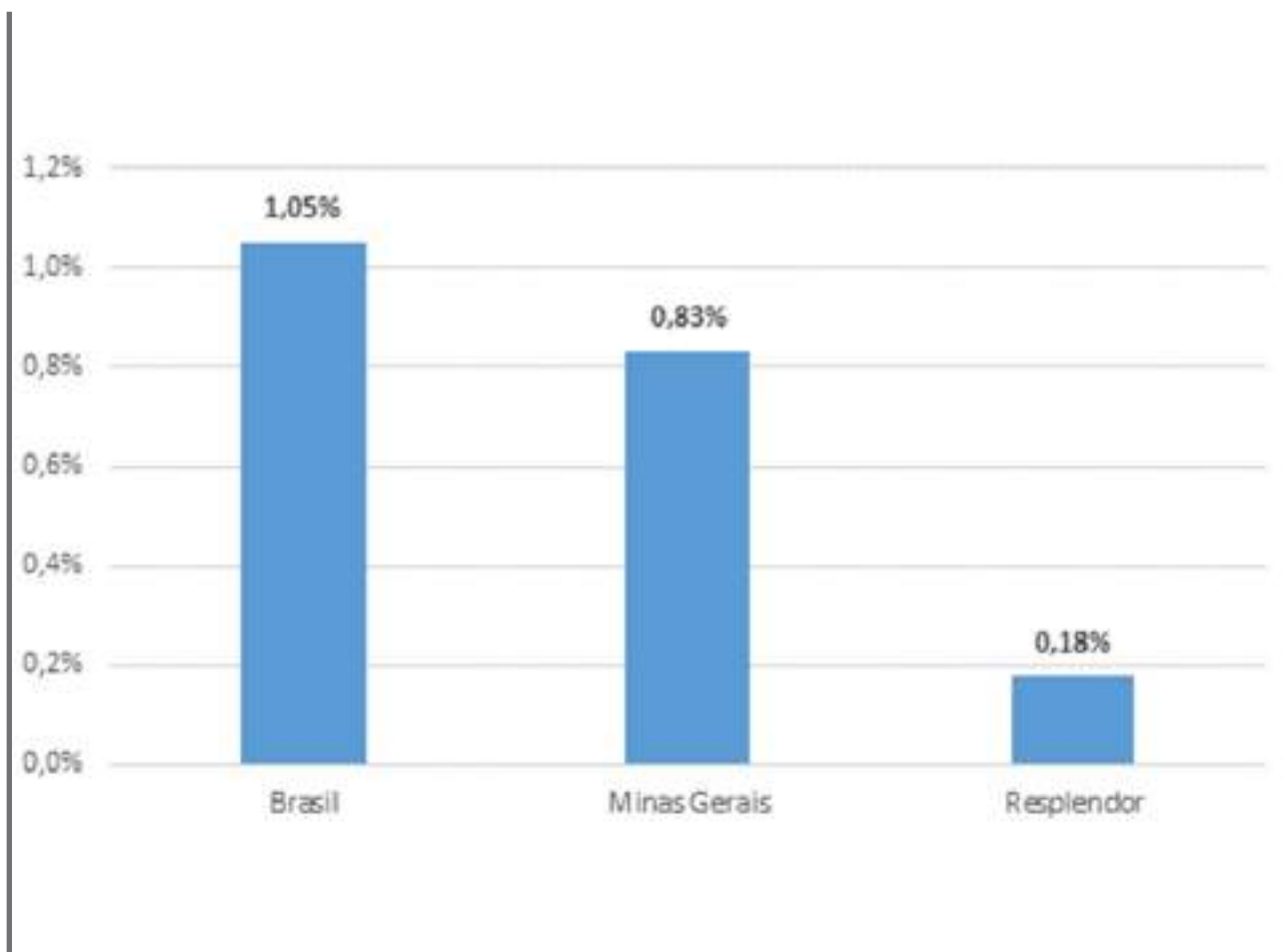
Item 4: População recenseada em 2010 e estimada de 2011 a 2021 – Resplendor



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010). / IBGE, Estimativas de População (2011 a 2021).



Item 5: Taxa de crescimento anual da população entre 2010 e 2020 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor



Nota 1: A população de 2010 é a contada no Censo Demográfico e a de 2021 é a população estimada pelo IBGE.

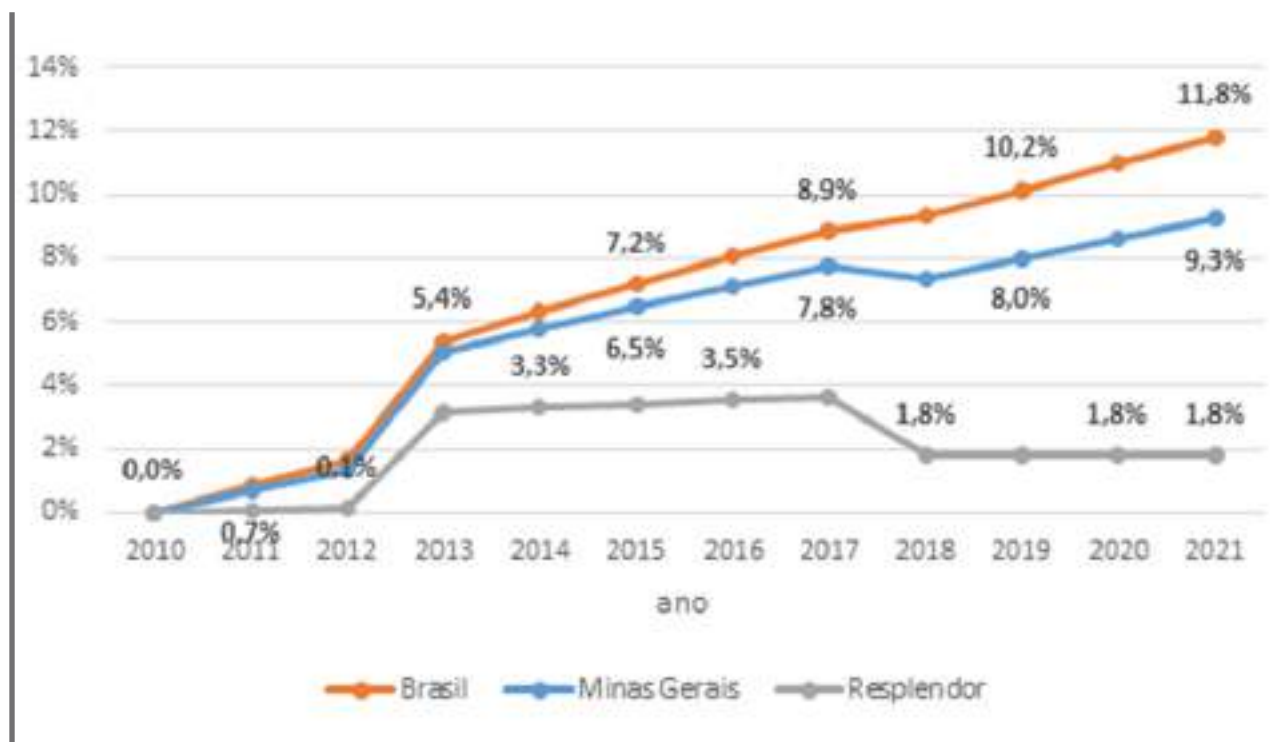
Nota 2: A Taxa de Crescimento Anual foi obtida por cálculo próprio $[(\text{Pop Final} \div \text{Pop inicial})^{1/n} - 1]$.

Nota 3: De acordo com o IBGE, o crescimento relativo estimado para o município de Resplendor é inferior ao de Minas Gerais.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010). / IBGE, Estimativas de População (2021).



Item 6: Crescimento percentual da população estimada de 2011 a 2021 em relação à população recenseada em 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor



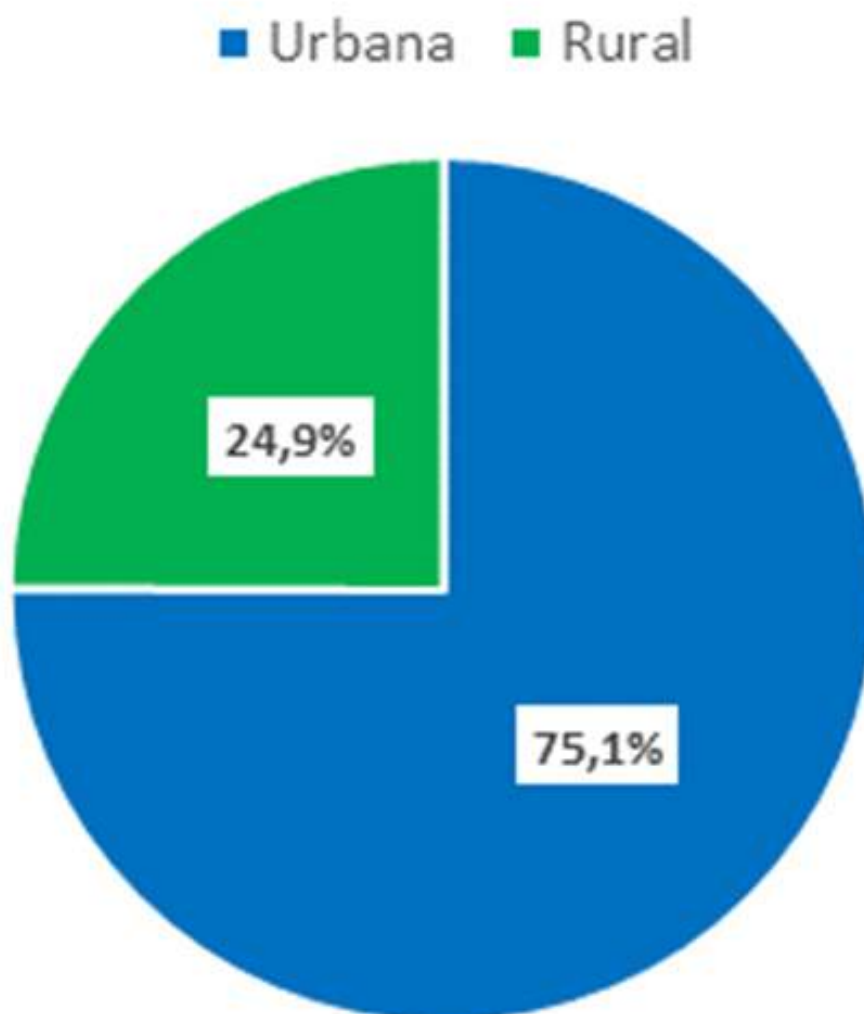
Nota 1: A população de 2010 é a contada no Censo Demográfico e a de 2021 é a população estimada pelo IBGE.

Nota 2: A Taxa de Crescimento Anual foi obtida por cálculo próprio $[(\text{Pop Final} \div \text{Pop inicial})^{1/n} - 1]$.

Nota 3: De acordo com o IBGE, o crescimento relativo estimado para o município de Resplendor é inferior ao de Minas Gerais.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010). / IBGE, Estimativas de População (2011 a 2021).



Item 7: Percentuais da população urbana e rural em 2010 – Resplendor

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.



Item 8: População por faixa etária escolar (0-3, 4-5, 6-10, 11-14 e 15-17 anos), recenseada em 2000 e 2010 e estimada em 2020



Nota: A única estimativa de população estratificada por faixa etária oficial é elaborada pelo Ministério da Saúde (SVS/DASNT/CGIAE), a partir da Estimativa de População divulgada anualmente pelo IBGE. No entanto, os dados do Ministério da Saúde são estratificados apenas por faixa etária quinquenal. Sendo assim, a estimativa da população por faixa etária escolar é um cálculo próprio que utilizou a estimativa do Ministério da Saúde, com desagregação dos totais por faixa etária, ajuste de linearidade por média móvel e novo agrupamento segundo a faixa etária de interesse.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000 e 2010). / Cidade Escola Aprendiz – Cálculo a partir de Estimativas elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE.



O quadro a seguir reúne algumas informações demográficas dos municípios de atuação do Programa Territórios em Rede no estado de Minas Gerais, além dos dados do país e do próprio estado. As informações apresentadas são: (i) percentual da população rural em 2010, (ii) a população total estimada em 2021, (iii) o percentual de crescimento estimado entre 2010 e 2021 e (iv) a taxa de crescimento anual entre 2010 e 2020.

Item 9: Percentual da população em situação rural em 2010, População estimada em 2021 e Crescimento estimado da população e Taxa de crescimento estimado anual entre 2010 e 2020 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

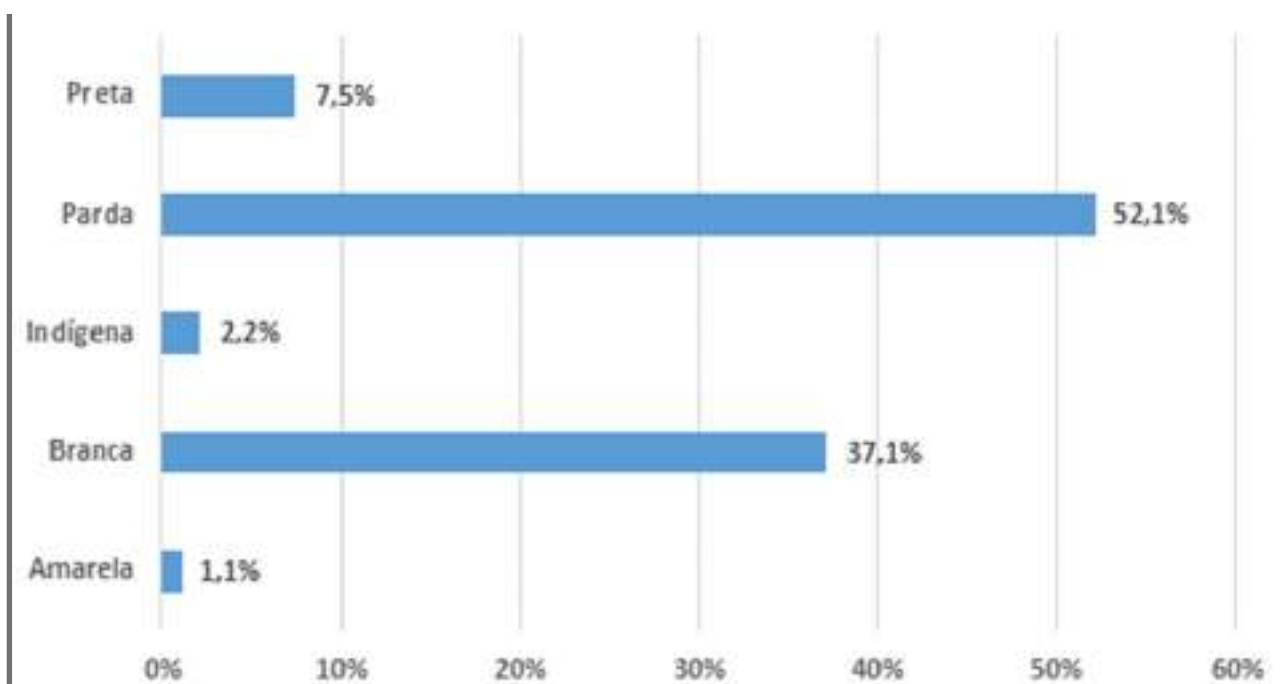
Unidade Territorial	% da população em situação rural (2010)	População estimada em 2021	Crescimento estimado 2010-2021	Taxa de crescimento anual (2010-2020)
Brasil	15,6%	213.317.639	11,8%	1,05% aa
Minas Gerais	14,7%	21.411.923	9,3%	0,83% aa
Municípios				
Aimorés	21,1%	25.116	0,6%	0,07% aa
Conselheiro Pena	20,9%	22.975	3,3%	0,31% aa
Governador Valadares	3,9%	282.164	7,0%	0,64% aa
Resplendor	24,9%	17.396	1,8%	0,18% aa
Tumiritinga	31,3%	6.797	8,0%	0,73% aa

Fonte: (i) IBGE. Censo Demográfico, 2010. (ii) IBGE. Estimativas da População, 2020.



Conforme o Censo Demográfico de 2010, a população de Resplendor era composta por 52,1% de pessoas declaradas pardas, seguidas de 37,1% de pessoas brancas e 7,5% de pessoas pretas. São números que diferem um pouco da composição da população de Minas Gerais (44,3%, 45,4% e 9,2%, respectivamente), pois no estado a população declarada branca foi semelhante à parda (até com uma pequena vantagem numérica) e também diferem da média nacional, em que as pessoas declaradas brancas predominaram (43,1% de pardas, 47,7% de brancas e 7,6% de pretas).

Item 10: Distribuição relativa da população segundo a cor/raça declarada em 2010 – Resplendor



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.



O quadro a seguir traz a distribuição por cor ou raça nos municípios de atuação do Programa Territórios em Rede no estado de Minas Gerais.

Item 11: Distribuição da população por cor ou raça declarada, em 2010 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

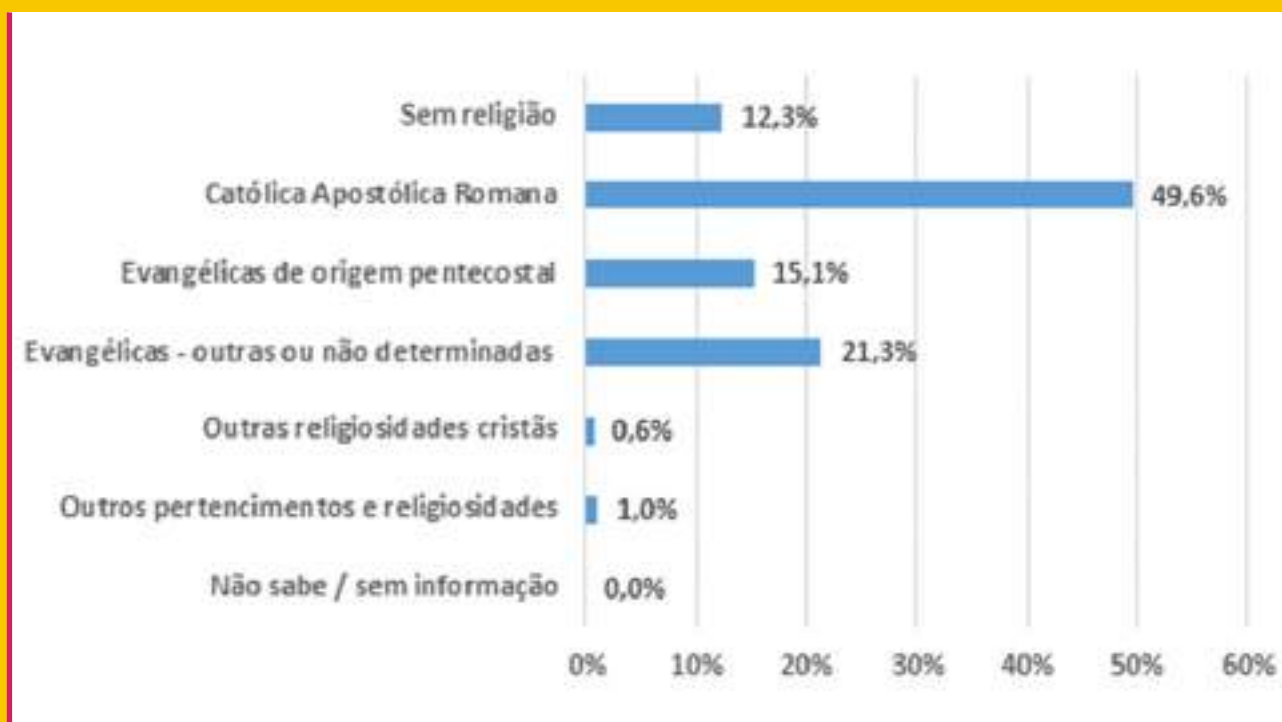
Unidade Territorial	Cor ou raça declarada				
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Brasil	1,1%	47,7%	0,4%	43,1%	7,6%
Minas Gerais	1,0%	45,4%	0,2%	44,3%	9,2%
Municípios					
Aimorés	0,8%	39,2%	0,4%	54,1%	5,5%
Conselheiro Pena	1,2%	38,0%	0,2%	52,3%	8,3%
Governador Valadares	1,2%	33,7%	0,1%	55,6%	9,4%
Resplendor	1,1%	37,1%	2,2%	52,1%	7,5%
Tumiritinga	1,8%	24,7%	0,1%	61,6%	11,8%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.



Em 2010, os grupos de filiação religiosa predominantes em Resplendor eram os católicos e os evangélicos. As pessoas católicas representavam 49,6% do contingente maior de 15 anos de idade, enquanto a população evangélica reuniu 36,4% (pentecostais ou de outras denominações). As pessoas declaradas sem religião somaram 12,3% da população maior de 15 anos de idade. Vale destacar que a desagregação por faixa etária revelou que quanto mais jovem era a coorte, menor a diferença percentual entre os contingentes católico e evangélico.

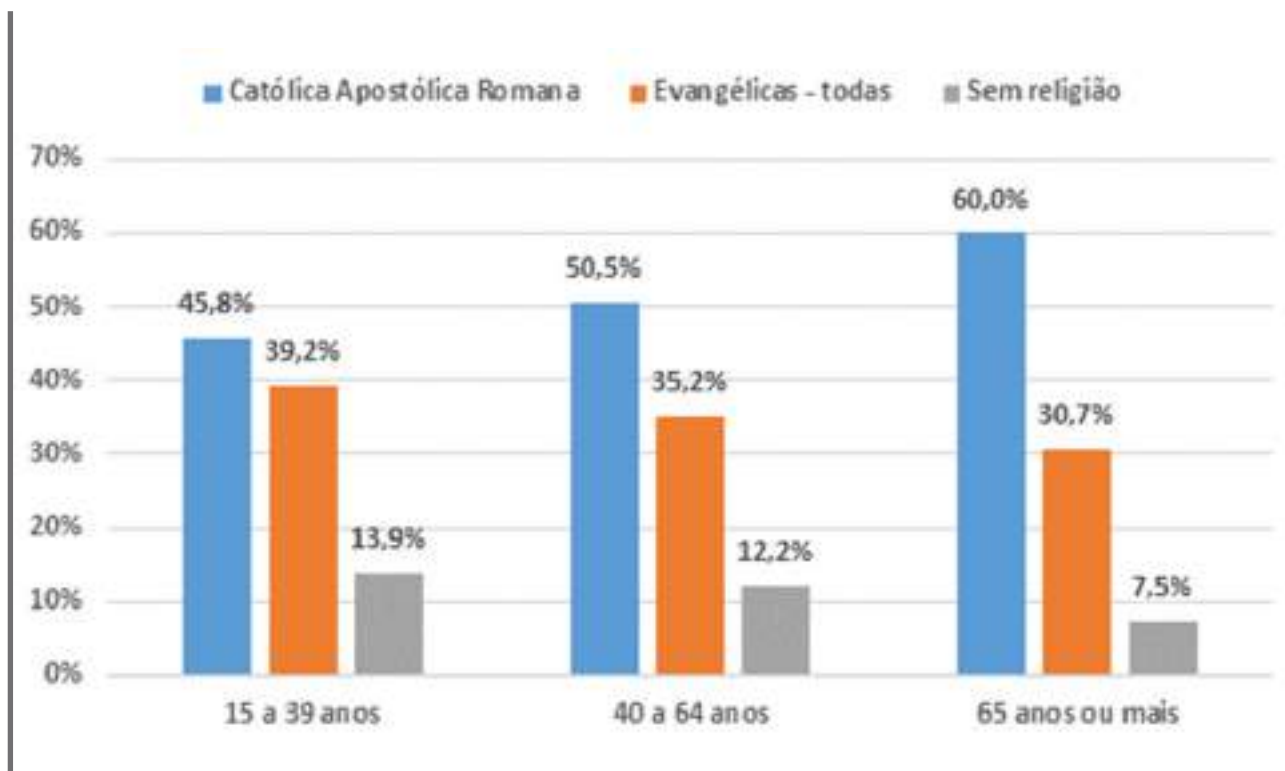
Item 12: Distribuição relativa da população segundo a religião declarada em 2010 – Resplendor



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.



Item 13: Percentual de pessoas católicas, evangélicas e sem religião por faixa etária (15–39, 40–64 e 65 ou mais anos) em 2010 – Resplendor



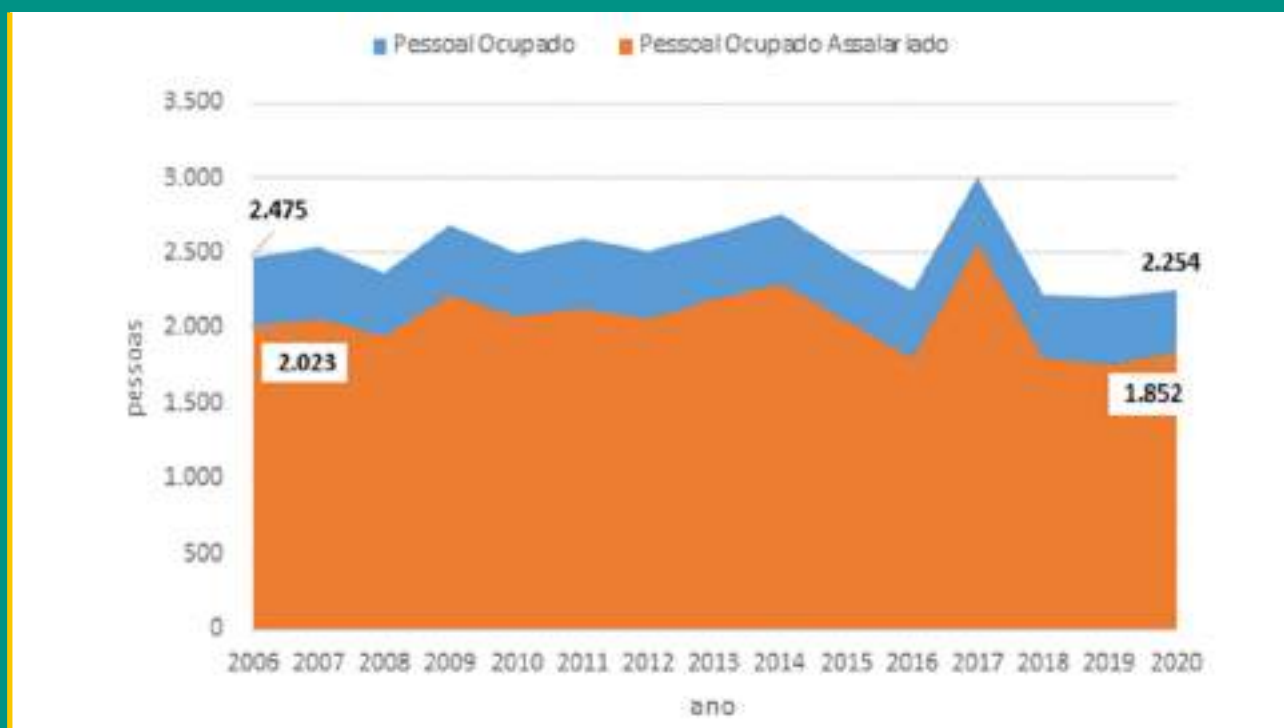
Fonte: IBGE, Censo Demográfico.



II– Trabalho e Renda

O pessoal ocupado e o pessoal ocupado assalariado passou por algumas oscilações entre 2006 e 2020 no município de Resplendor, registrando o maior contingente em 2017 e o menor em 2019, mas não apresentou aumento no período observado. Ao contrário, os contingentes em 2020 são menores que os de 2006. O pessoal ocupado diz respeito aos trabalhadores formais declarados no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), que é formado por empresas e outras organizações registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). De acordo com o IBGE, no ano de 2020, a população ocupada correspondia a 13% da população estimada no município. O salário médio mensal dos trabalhadores chegou a 2,0 salários mínimos mensais em 2008, mas desde então varia entre 1,6 e 1,9 salário mínimo. Em 2020, o salário médio mensal foi de 1,6 salário mínimo.

Item 14: Pessoal ocupado e Pessoal ocupado assalariado, de 2006 a 2020 – Resplendor



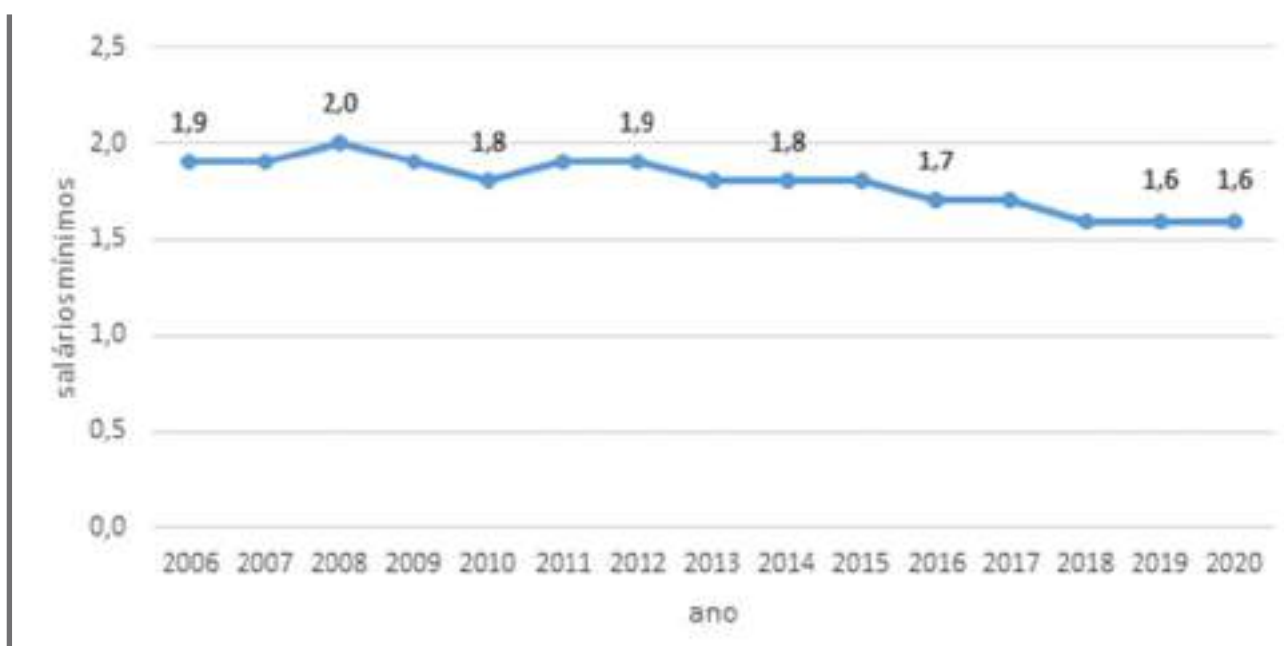
Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas.

Item 15: População ocupada e não ocupada em relação à população estimada – 2020 – Resplendor



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas. IBGE, Estimativas da População. Disponível em cidades.ibge.gov.br

Item 16: Salário médio mensal (em salários mínimos), de 2006 a 2020 – Resplendor



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas.



O quadro a seguir mostra o percentual da população ocupada em relação à população estimada e o salário médio mensal dos trabalhadores formais nos municípios de atuação do Programa Territórios em Rede no estado de Minas Gerais no ano de 2020.

Item 17: População ocupada em relação à população estimada e Salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2020 – municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade Territorial	População ocupada em relação à população estimada	Salário médio mensal dos trabalhadores formais (em salários mínimos)
Aimorés	13,9%	1,7
Conselheiro Pena	9,7%	2,0
Governador Valadares	23,0%	1,9
Resplendor	13,0%	1,6
Tumiritinga	9,4%	1,3

Fonte: (i) População ocupada: IBGE, Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) 2020 (data de referência: 31/12/2020), IBGE, Estimativa da população 2020 (data de referência: 1/7/2020). (I) Salário médio mensal dos trabalhadores formais: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.



III– Programas Sociais

Neste tópico, são apresentadas informações referentes à cobertura do Cadastro Único do Governo Federal para Programas Sociais (Cadastro Único), do Programa Bolsa Família e do Auxílio Brasil no município. Para a melhor compreensão dos dados representados nos gráficos a seguir, cabem algumas notas complementares.

Nota 1: O Governo Federal consolida e divulga os totais de famílias e de pessoas a cada mês, acompanhando o fluxo de pagamento dos benefícios. Neste relatório, porém, esses totais estão apresentados por ano. Para isso, foi calculada a média mensal de cada ano, ou seja, a soma dos totais mensais dividido pela quantidade de meses observados no respectivo ano.

Nota 2: Em novembro de 2021, o Auxílio Brasil substituiu o Programa Bolsa Família.

Nota 3: No Cadastro Único, as chamadas Situação de Pobreza e Situação de Extrema Pobreza correspondem a faixas de renda mensal familiar per capita delimitadas através de Decreto Presidencial. No período analisado, os valores limites dessas faixas sofreram diversos reajustes, a saber:

Decreto Presidencial		Renda mensal familiar per capita	
Número	Data	Situação de Extrema Pobreza	Situação de Pobreza
nº 7.492	02 de junho 2011	até R\$ 70,00	de R\$ 70,01 a R\$ 140,00
nº 8.232	30 de abril de 2014	até R\$ 77,00	de R\$ 77,01 a R\$ 154,00
nº 8.794	29 de junho de 2016	até R\$ 85,00	de R\$ 85,01 a R\$ 170,00
nº 9.396	30 de maio de 2018	até R\$ 89,00	de R\$ 89,01 a R\$ 178,00
nº 10.852	08 de novembro de 2021	até R\$ 100,00	de R\$ 100,01 a R\$ 200,00
nº 11.013	29 de março de 2022	até R\$ 105,00	de R\$ 105,01 a R\$ 210,00



Conforme os valores vigentes, a renda mensal familiar de, no máximo, R\$ 105,00 per capita delimita a Situação de Extrema Pobreza e a de R\$ 105,01 a R\$ 210,00 per capita caracteriza a Situação de Pobreza. A título de exemplo, uma família de quatro pessoas seria considerada em situação de extrema pobreza se sua renda mensal somasse, no máximo, R\$ 420,00. Se ultrapassasse esse valor, mas não somasse mais do que R\$ 840,00 por mês, essa família de quatro pessoas estaria na situação de pobreza. Já com renda mensal superior a R\$ 840,00, não seria designada em Situação de Pobreza.

Acima da faixa da Situação de Pobreza, ainda há uma faixa chamada de baixa renda. São consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem renda mensal per capita de até meio salário mínimo – R\$ 606,00, atualmente – ou renda familiar total de até três salários mínimos – R\$ 3.636,00, atualmente.

Nota 4: De 2013 a 2021, foram observados os 12 meses de cada ano. Em 2022, a observação é de janeiro a junho (seis meses).

Nota 5: Na fonte consultada, não foi encontrado o total de pessoas em famílias inscritas no Cadastro Único em agosto de 2021. Portanto, o denominador da média mensal deste indicador no período de janeiro a outubro de 2021 é de nove meses.

Nota 6: Na fonte consultada, os totais de famílias com cadastro atualizado no Cadastro Único só estão disponíveis a partir de 2015.

Nota 7: Na fonte consultada, os totais de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família só estão disponíveis a partir de 2018.



No primeiro semestre de 2020, 40% das famílias inscritas no Cadastro Único receberam o Auxílio Brasil (média mensal). Se considerado o número de pessoas nas famílias inscritas e beneficiárias, a cobertura chega a 49%.

A atualização do cadastro a cada dois anos é requisito para o recebimento do benefício. Em Resplendor, nos seis primeiros meses de 2022, em média, 77% das famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo estavam com o cadastro atualizado.

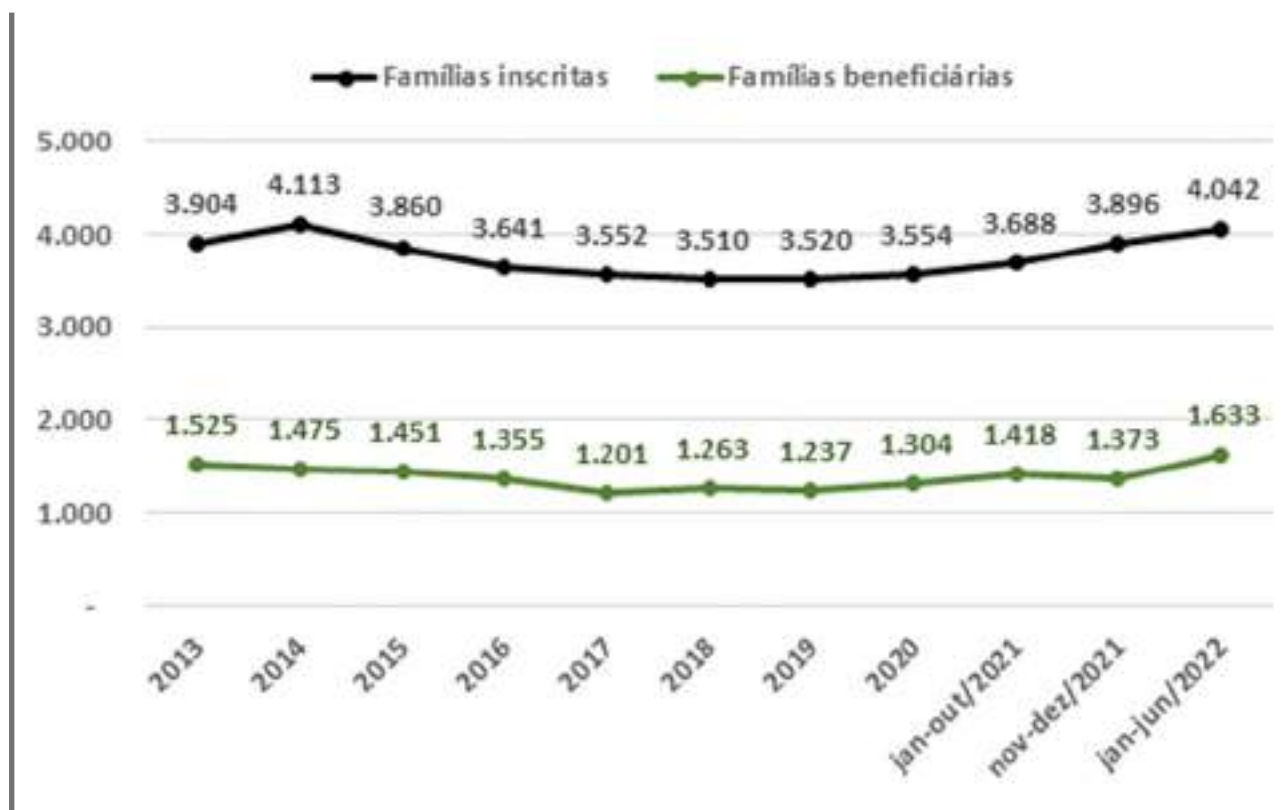
Das famílias inscritas no primeiro semestre de 2022, 11% estavam em situação de pobreza e 35% em situação de extrema pobreza. Se considerado o número de pessoas nas famílias inscritas, 14% estavam em situação de pobreza e 39% em situação de extrema pobreza.

Entre as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza inscritas no Cadastro Único, 85% foram beneficiadas com o Auxílio Brasil nos seis primeiros meses de 2022.

De janeiro a junho de 2022, não houve registro de famílias com situação de trabalho infantil inscritas no Cadastro Único. No mesmo período, observa-se a média mensal de 4 famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único.



Item 18: Famílias inscritas no Cadastro Único e Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Auxílio Brasil de 2013 a junho/2022 – Resplendor

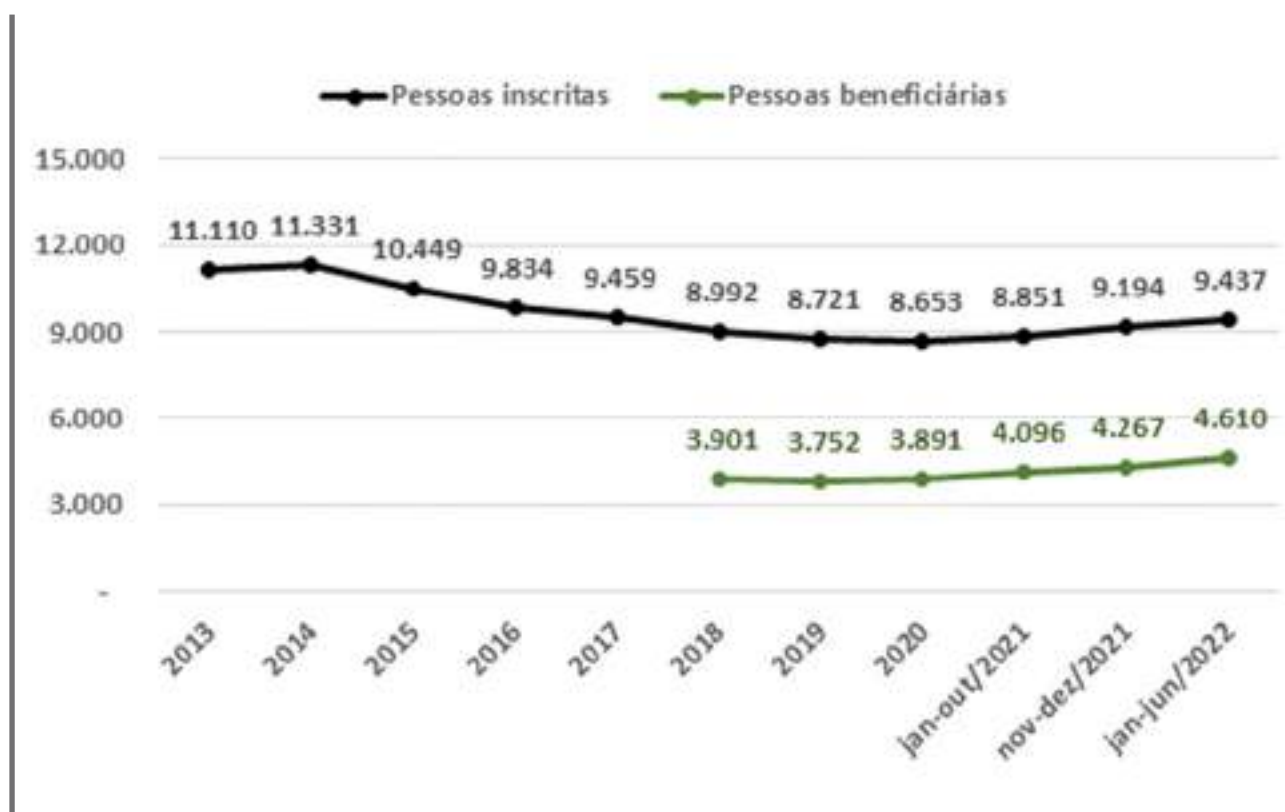


Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Sendo assim, o total de famílias no ano é a média mensal do respectivo ano.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 19: Pessoas inscritas no Cadastro Único e Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Auxílio Brasil de 2018 a junho/2022 – Resplendor

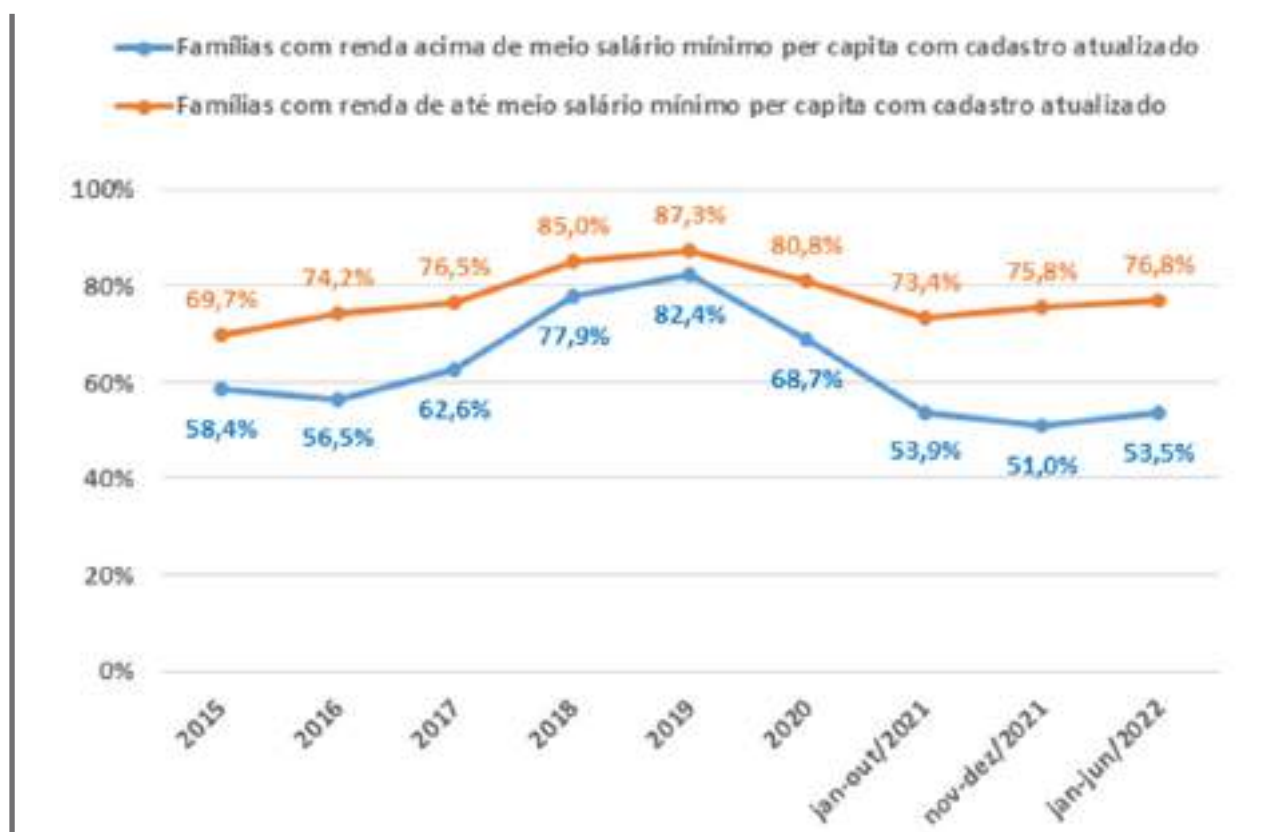


Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Sendo assim, o total de pessoas no ano é a média mensal do respectivo ano.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 20: Percentual de famílias com Cadastro Único atualizado entre as famílias com renda mensal per capita acima de meio salário mínimo e entre as famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único de 2015 a junho/2022 – Resplendor



Nota: (i) A atualização do Cadastro Único deve ser feita a cada dois anos. (ii) Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Sendo assim, os totais anuais de famílias utilizados como base dos percentuais correspondem à média mensal do respectivo ano.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 21: Famílias, Famílias em situação de pobreza e Famílias em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único de 2013 a junho/2022 – Resplendor

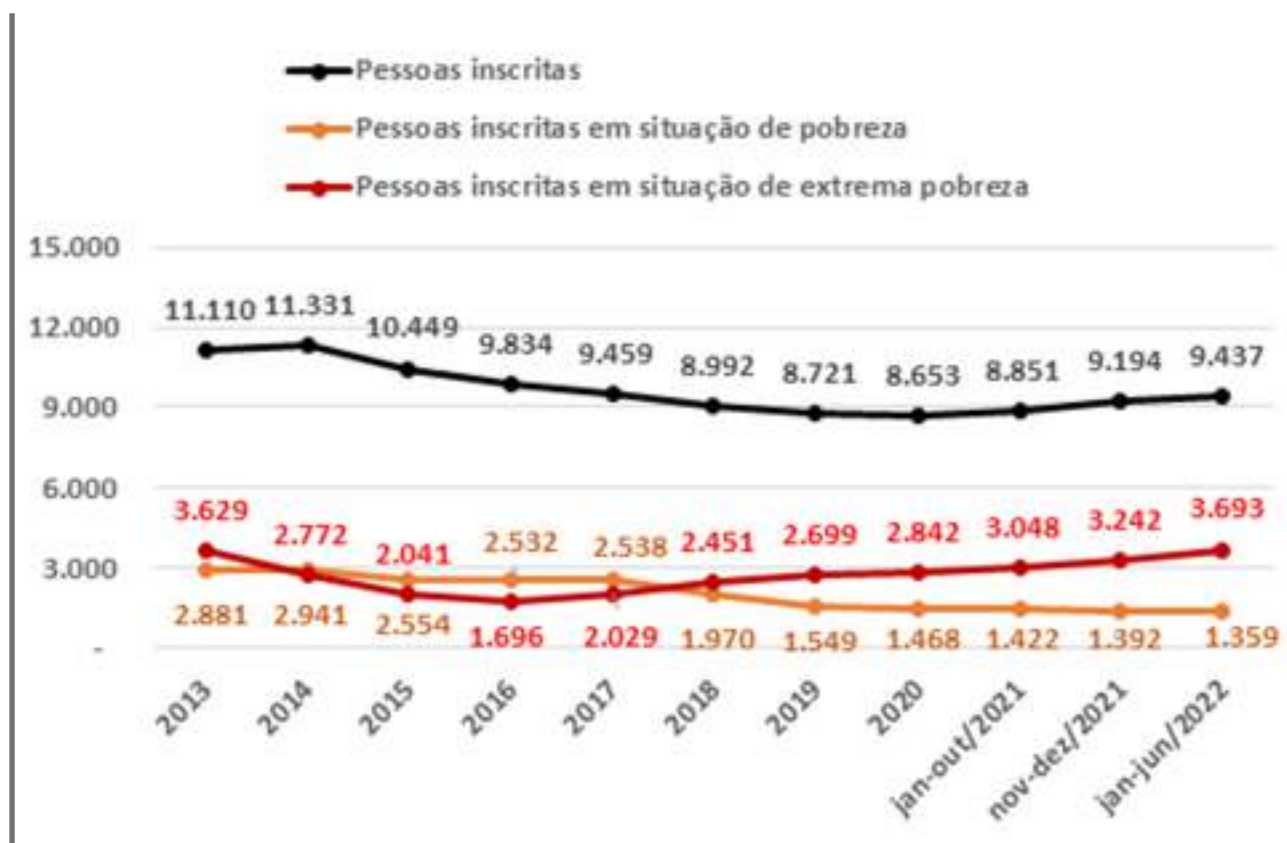


Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Sendo assim, o total de famílias no ano é a média mensal do respectivo ano.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 22: Pessoas, Pessoas em situação de pobreza e Pessoas em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único de 2013 a junho/2022 – Resplendor

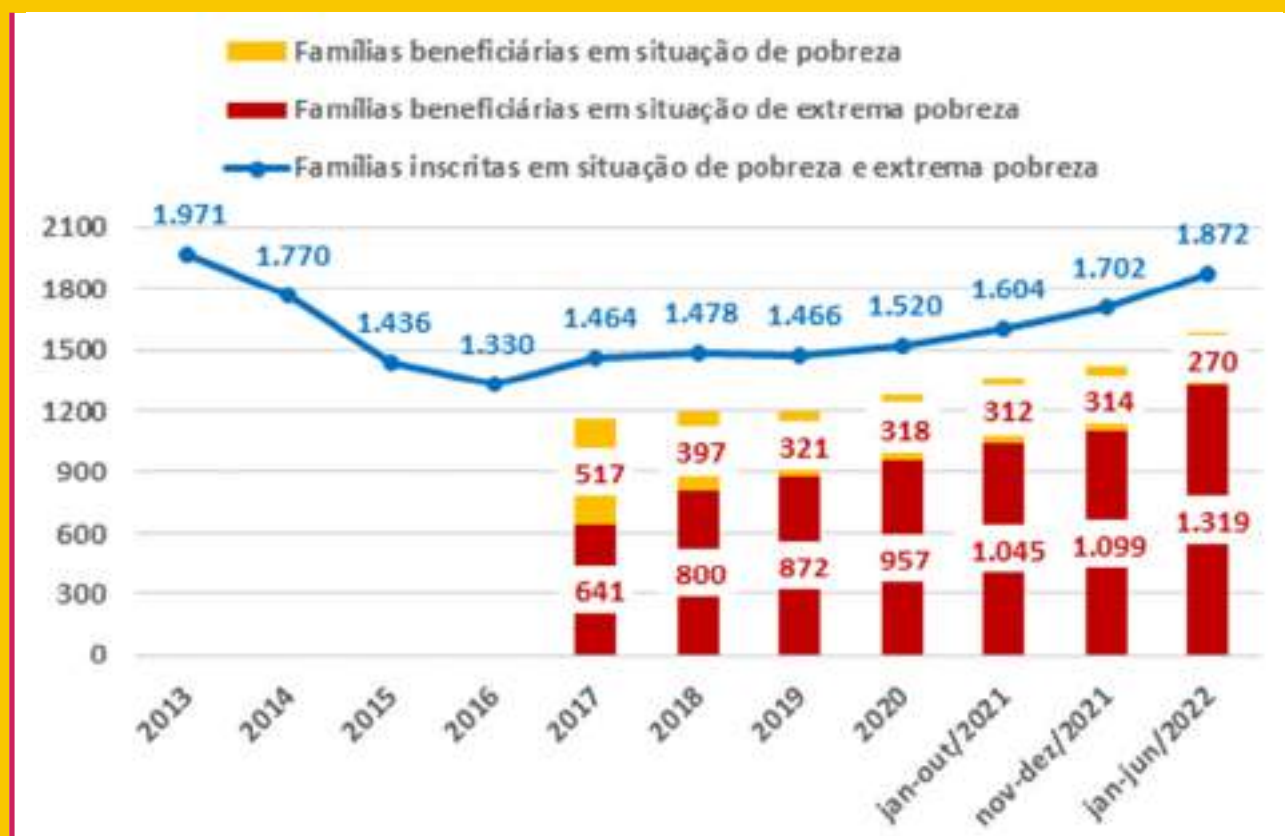


Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Sendo assim, o total de pessoas no ano é a média mensal do respectivo ano.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 23: Famílias inscritas no Cadastro Único e Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Auxílio Brasil em situação de pobreza e de extrema pobreza de 2017 a junho/2022 – Resplendor

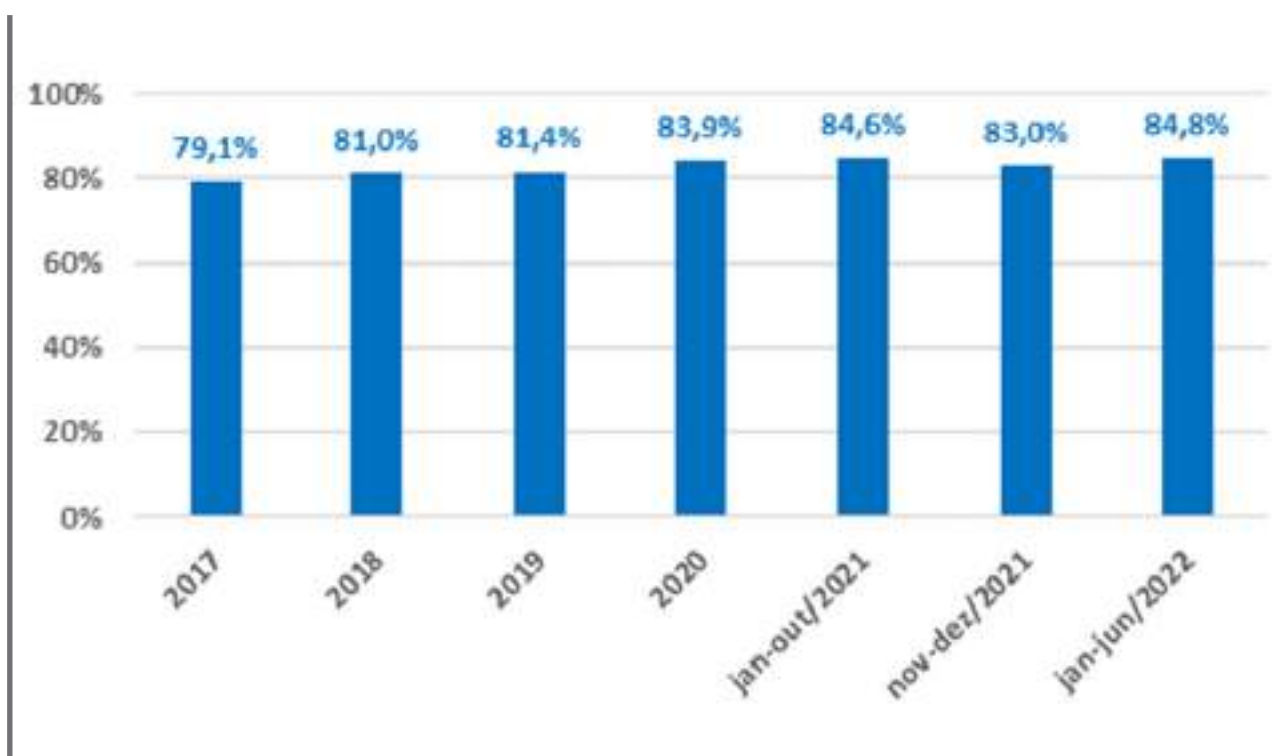


Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Sendo assim, o total de famílias no ano é a média mensal do respectivo ano.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 24: Percentual de Famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Auxílio Brasil em relação ao número de Famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza inscritas no Cadastro Único de 2017 a junho/2022 – Resplendor

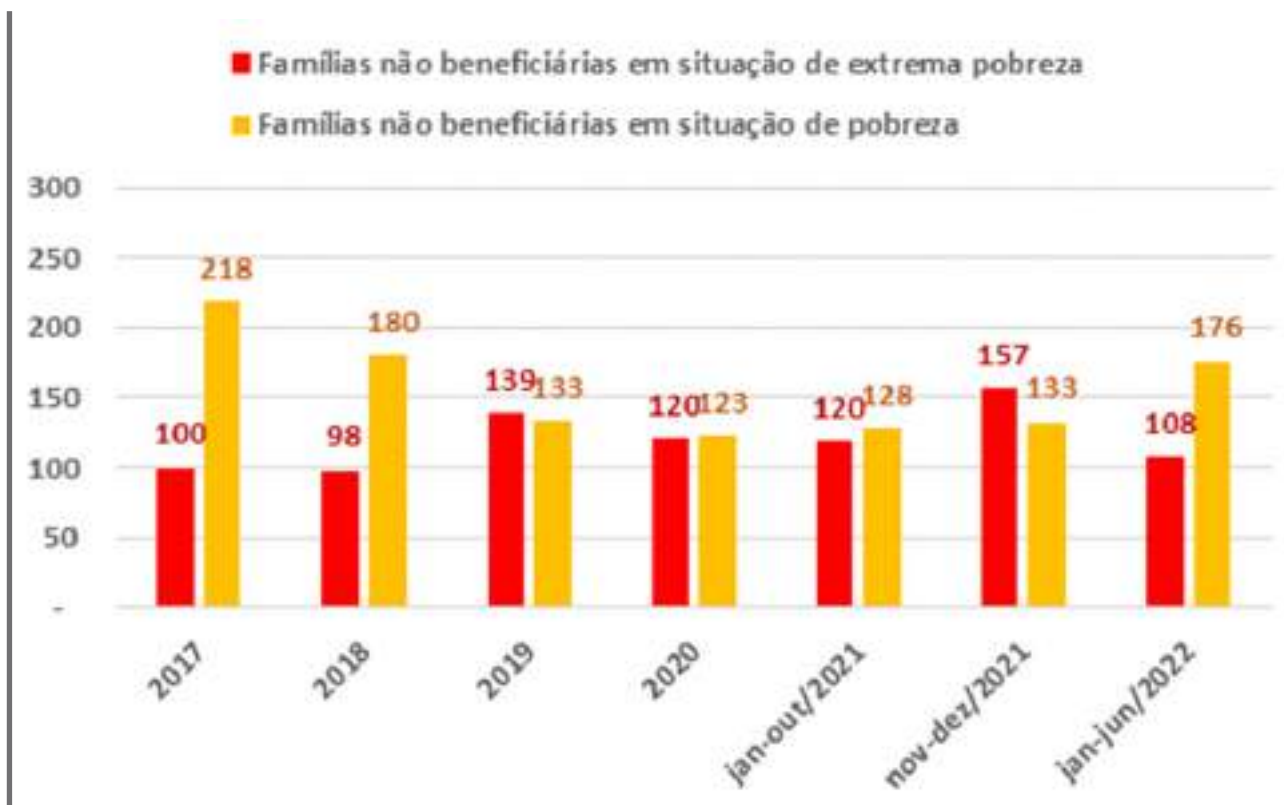


Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Sendo assim, os totais anuais de famílias utilizados como base dos percentuais correspondem à média mensal do respectivo ano.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 25: Famílias não beneficiárias do Programa Bolsa Família (até outubro/2021) ou do Auxílio Brasil (a partir de novembro/2021) em situação de pobreza e em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único de 2017 a junho/2022 – Resplendor

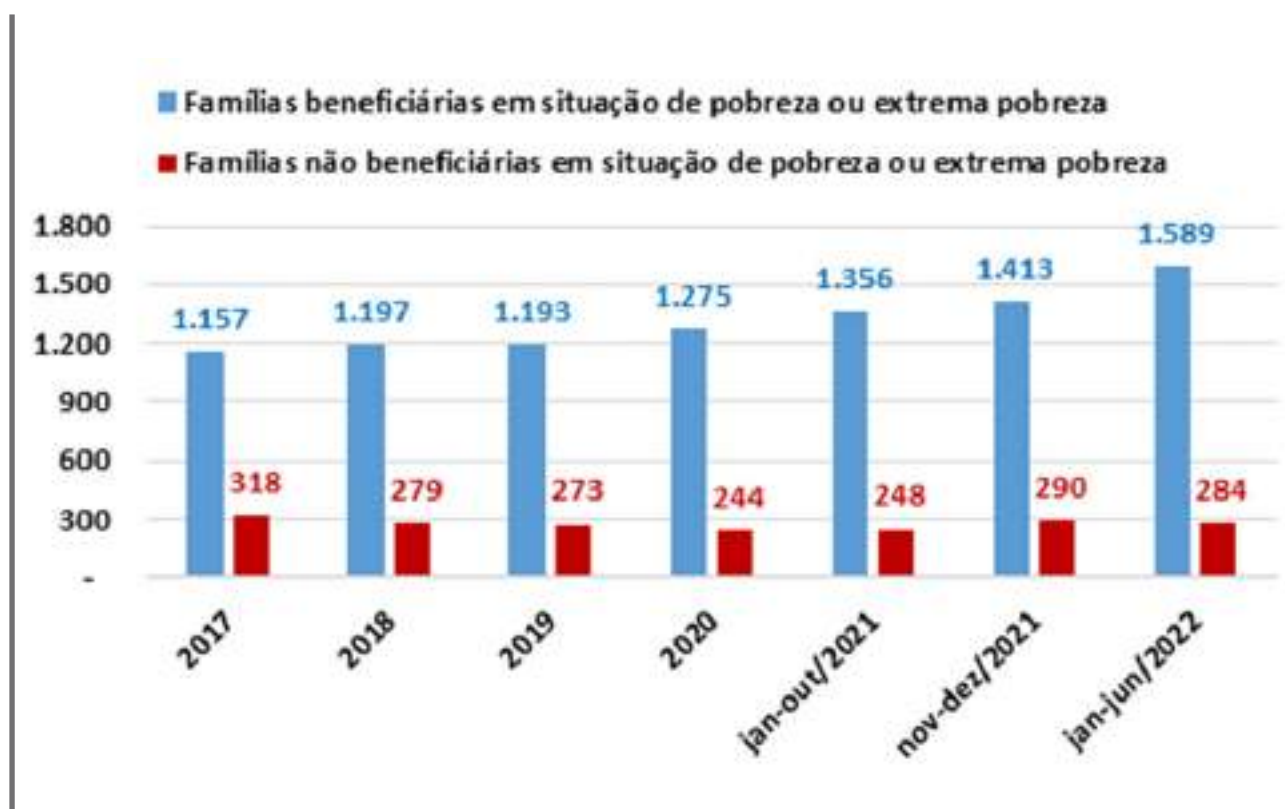


Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Sendo assim, o total de famílias no ano é a média mensal do respectivo ano.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 26: Famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza beneficiárias e Famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza não beneficiárias do Programa Bolsa Família (até outubro/2021) ou do Auxílio Brasil (a partir de novembro/2021) de 2017 a junho/2022 – Resplendor

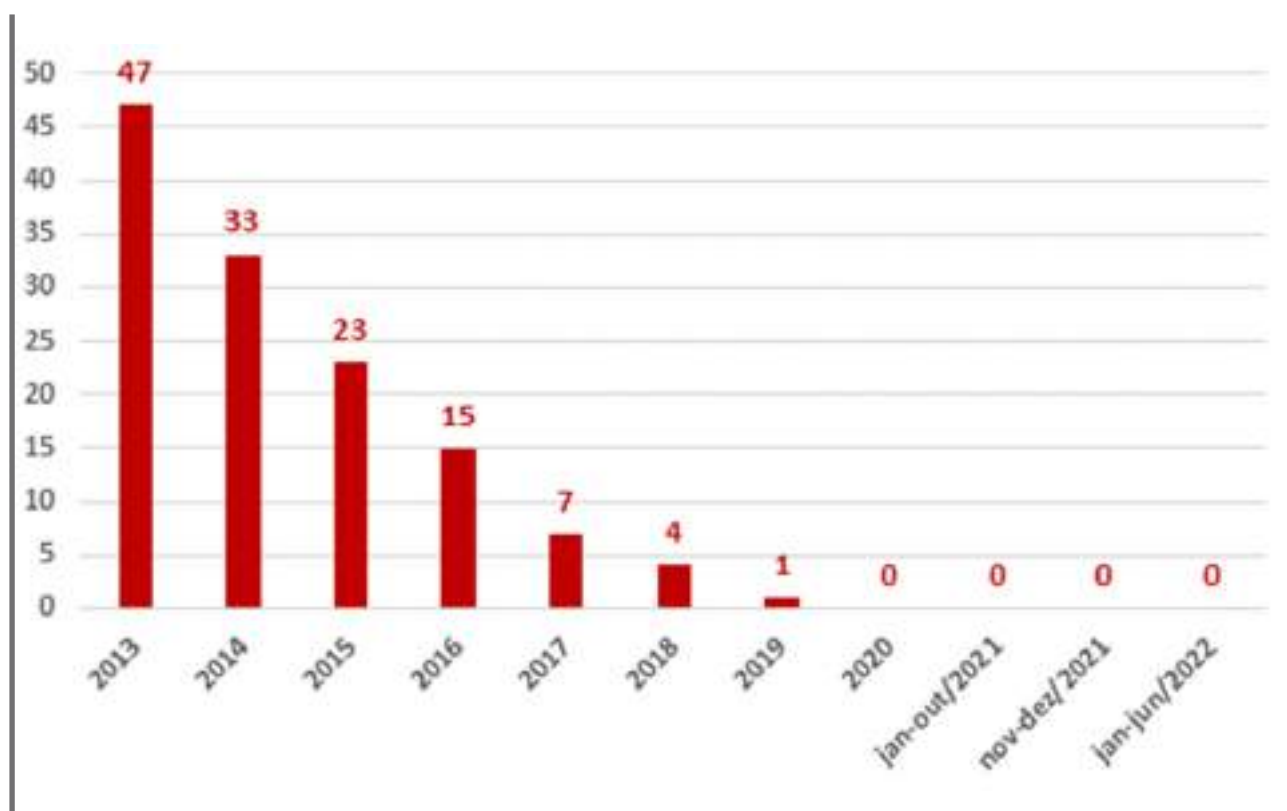


Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Sendo assim, o total de famílias no ano é a média mensal do respectivo ano.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 27: Famílias com, pelo menos, um membro em situação de trabalho infantil inscritas no Cadastro Único de 2013 a junho/2022 – Resplendor

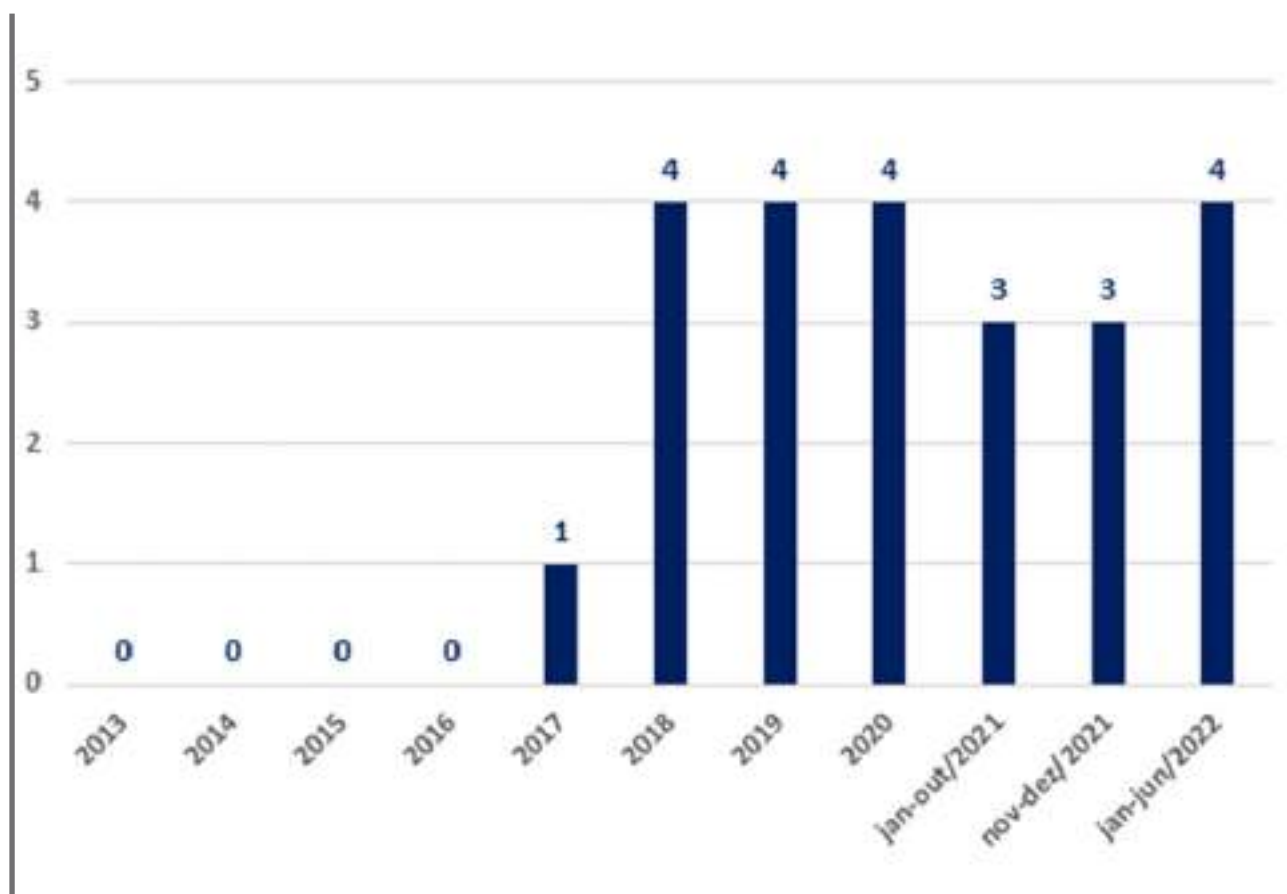


Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Sendo assim, o total de famílias no ano é a média mensal do respectivo ano.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 28: Famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único de 2013 a junho/2022 – Resplendor



Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Sendo assim, o total de famílias no ano é a média mensal do respectivo ano.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Os quadros a seguir reúnem informações do Brasil, do estado de Minas Gerais e dos municípios de atuação do Programa Territórios em Rede no estado com relação ao Cadastro Único e ao Auxílio Brasil.

Item 29: Percentuais de famílias e de pessoas inscritas no Cadastro Único que receberam o Auxílio Brasil no primeiro semestre de 2022 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade Territorial	% de famílias inscritas que receberam o Auxílio Brasil	% de pessoas inscritas que receberam o Auxílio Brasil
Brasil	51,9%	59,5%
Minas Gerais	44,2%	50,0%
Municípios		
Aimorés	48,3%	54,3%
Conselheiro Pena	60,6%	68,5%
Governador Valadares	31,9%	38,5%
Resplendor	40,4%	48,8%
Tumiritinga	56,7%	65,6%

Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Os valores acima são resultantes da média mensal de janeiro a junho de 2022.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 30: Percentuais de famílias com informações atualizadas no Cadastro Único segundo a renda mensal per no primeiro semestre de 2022 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade Territorial	% de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo com cadastro atualizado	% de famílias com renda mensal per capita acima de meio salário mínimo com cadastro atualizado
Brasil	67,3%	47,3%
Minas Gerais	67,8%	48,7%
Municípios		
Aimorés	62,4%	48,6%
Conselheiro Pena	69,7%	50,8%
Governador Valadares	61,0%	46,7%
Resplendor	76,8%	53,5%
Tumiritinga	67,6%	41,3%

Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Os valores acima são resultantes da média mensal de janeiro a junho de 2022.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 31: Percentuais de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza entre as famílias inscritas no Cadastro Único e de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza beneficiárias entre as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza inscritas no Cadastro Único no primeiro semestre de 2022 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade Territorial	% de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza entre as famílias inscritas	% de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza beneficiadas em relação ao total de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza inscritas
Brasil	60,7%	83,9%
Minas Gerais	51,4%	83,7%
Municípios		
Aimorés	56,5%	84,0%
Conselheiro Pena	66,8%	89,3%
Governador Valadares	37,1%	82,0%
Resplendor	46,3%	84,8%
Tumiritinga	68,2%	82,5%

Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Os valores acima são resultantes da média mensal de janeiro a junho de 2022.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



Item 32: Famílias com, pelo menos, um membro em situação de trabalho infantil e Famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único no primeiro semestre de 2022 – municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade Territorial	Famílias com, pelo menos, um membro em situação de trabalho infantil inscritas	Famílias em situação de rua inscritas
Aimorés	–	43
Conselheiro Pena	–	20
Governador Valadares	–	358
Resplendor	–	4
Tumiritinga	–	2

Nota: Os dados do Cadastro Único são consolidados e divulgados mês a mês. Os valores acima são resultantes da média mensal de janeiro a junho de 2022.

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, Departamento do Cadastro Único – DECAU, CECAD. Consulta em 26/08/2022.



IV– Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma adaptação metodológica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), juntamente com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Assim como o IDH calculado para os países, o IDHM agrega as dimensões renda, longevidade e educação.

A dimensão Renda (IDHM-R) tem como componente a Renda mensal per capita em reais (R\$) e a dimensão Longevidade (IDHM-L) consiste na Esperança de Vida ao Nascer.

Já a dimensão Educação (IDHM-E) é composta por dois subíndices: (i) Subíndice de frequência escolar da população jovem e (ii) Subíndice de escolaridade da população adulta. O Subíndice de frequência escolar da população jovem representa a frequência em séries adequadas à idade e é obtido através da média aritmética de quatro indicadores: percentual de crianças de 5 a 6 anos na escola, percentual de crianças de 11 a 13 anos nos anos finais do Ensino Fundamental ou com Fundamental completo, percentual de jovens de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo e percentual de jovens de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo. O Subíndice de escolaridade da população adulta é o percentual da população maior de 18 anos de idade com Ensino Fundamental completo.

Os dados mais recentes utilizados no cálculo do IDHM são do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Tendo em vista a defasagem de 10 anos e, conseqüentemente, o fato de que alguns indicadores já estão em desacordo com a realidade atual, a leitura deve priorizar a série temporal e a comparação com o estado de Minas Gerais e o Brasil.



Para a interpretação dos valores do IDHM, o PNUD propõe uma classificação composta por cinco faixas de desenvolvimento, assim como a utilizada para o IDH Global: Muito alto, Alto, Médio, Baixo e Muito baixo, conforme o quadro abaixo:

Valor do IDH	Faixa de desenvolvimento humano
de 0,800 a 1	Muito alto
de 0,700 a 0,799	Alto
de 0,600 a 0,699	Médio
de 0,500 a 0,599	Baixo
de 0 a 0,499	Muito baixo

Fonte: PNUD; Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.

O IDHM de Resplendor em 2010 estava na faixa de desenvolvimento humano médio e abaixo dos índices estadual e nacional. Vale assinalar que o IDHM de Minas Gerais e o do Brasil estavam na faixa de desenvolvimento alto.

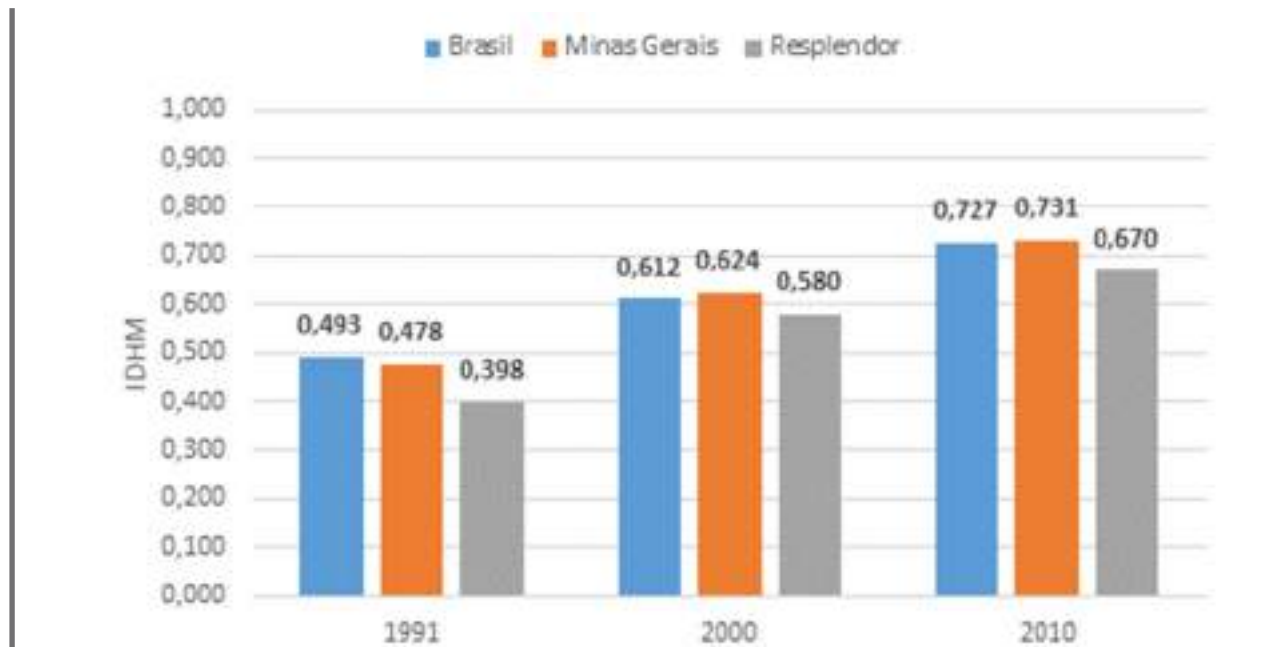
Na dimensão renda, o IDHM-R de Resplendor em 2010 também estava na faixa de desenvolvimento humano médio e abaixo dos índices estadual e nacional. Vale assinalar que o IDHM-R de Minas Gerais e o do Brasil estavam na faixa de desenvolvimento alto.

Na dimensão longevidade, o IDHM-L de Resplendor em 2010 estava na faixa de desenvolvimento humano muito alto, com um índice um pouco abaixo do índice do estado de Minas Gerais, mas acima do brasileiro.

Na dimensão educação, o IDHM-E de Resplendor em 2010 estava na faixa de desenvolvimento humano baixo, com um índice inferior ao do estado de Minas Gerais e ao do Brasil. Vale assinalar que o IDHM-E de Minas Gerais e do Brasil estavam na faixa de desenvolvimento médio.

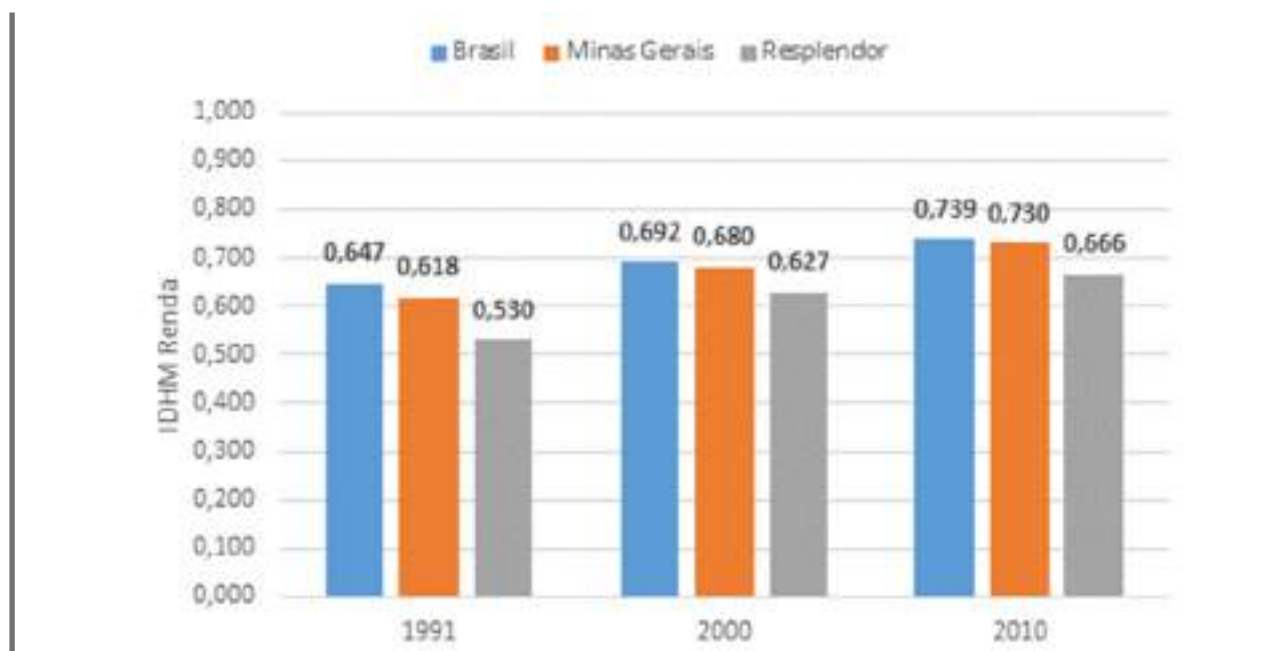


Item 33: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 1991, 2000 e 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP.

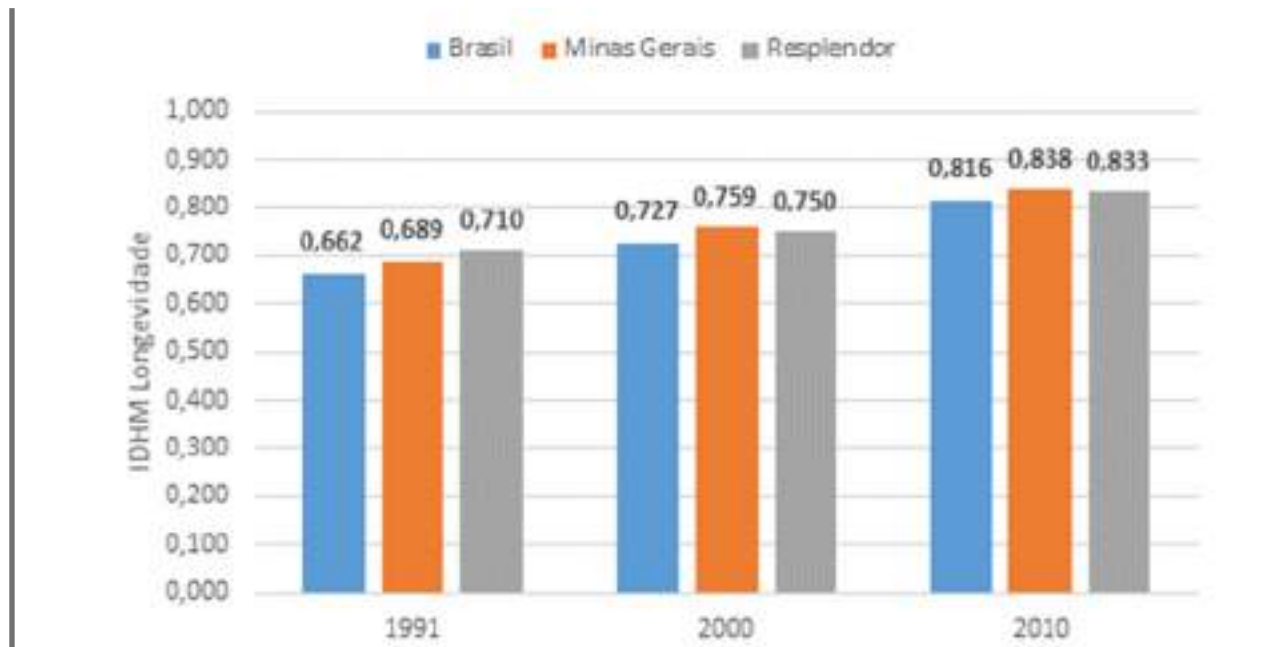
Item 34: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda (IDHM-R) em 1991, 2000 e 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP.

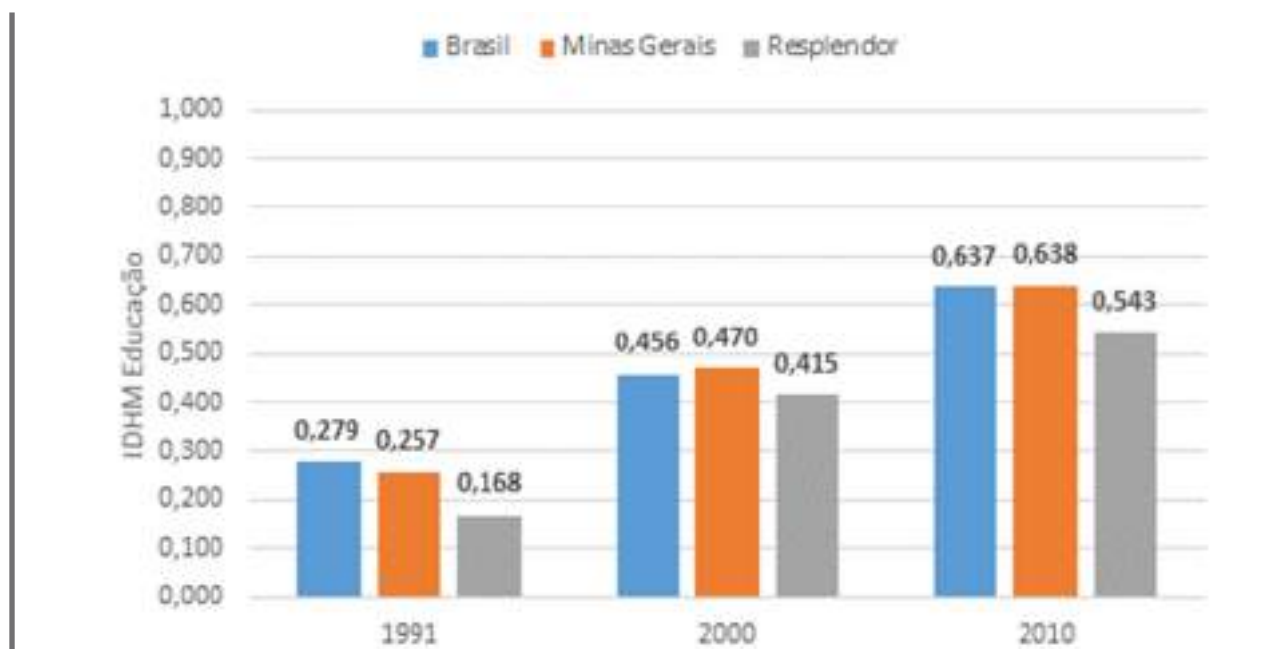


Item 35: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade (IDHM-L) em 1991, 2000 e 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP.

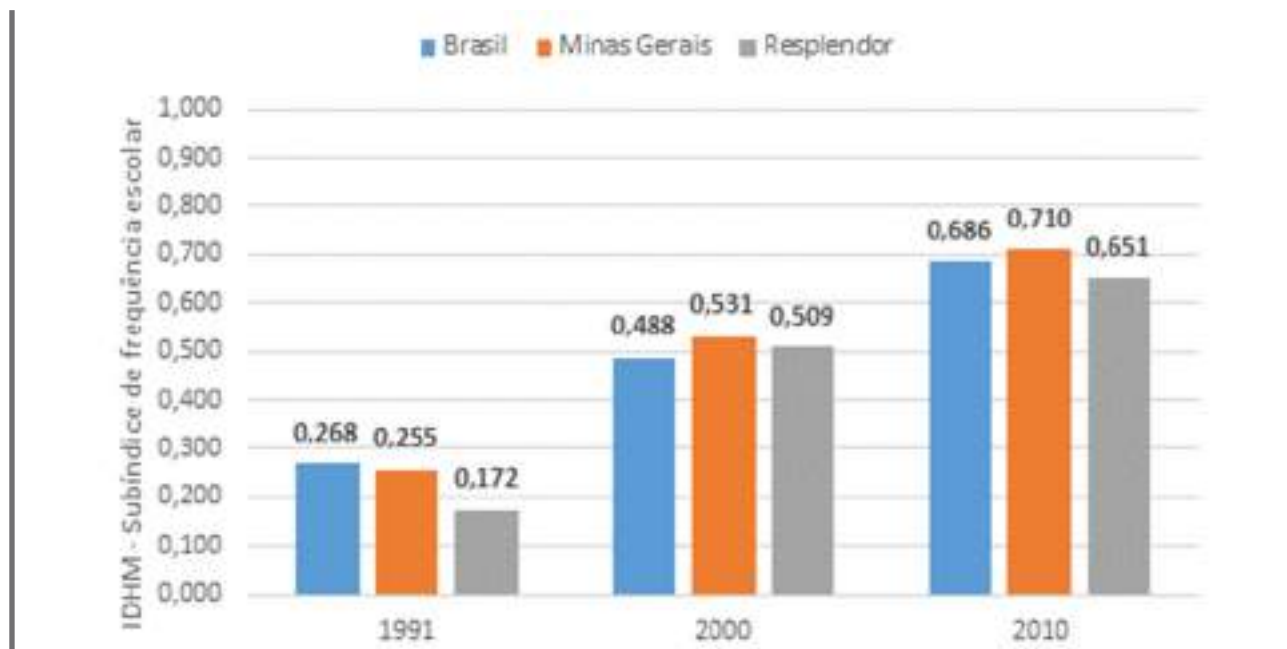
Item 36: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educação (IDHM-E) em 1991, 2000 e 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP.



Item 37: Subíndice de frequência escolar (IDHM Educação) em 1991, 2000 e 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor



Nota: O Subíndice de Frequência Escolar é a média aritmética de 4 indicadores: % de crianças de 5 a 6 anos na escola, % de crianças de 11 a 13 anos no 2º ciclo do Fundamental, % de jovens de 15 a 17 anos com o Fundamental completo e % de jovens de 18 a 20 anos com o Médio completo.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP.





O Subíndice de escolaridade da população adulta é o percentual da população maior de 18 anos de idade com Ensino Fundamental completo. As componentes do IDHM são, em geral, bastante sensíveis às mudanças socioeconômicas ocorridas em uma década. Por isso, conclusões sobre a realidade atual baseadas no IDHM devem ser sempre relativizadas. De fato, o IDHM serve à medição em potencial dos avanços ocorridos no período entre suas edições, bem como à análise comparativa entre territórios para a identificação de desigualdades regionais, e não propriamente a uma avaliação pontual e isolada de uma localidade ou região. Entretanto, o Subíndice de escolaridade da população adulta talvez seja, entre as componentes do IDHM, o indicador menos defasado frente às mudanças ocorridas ao longo de 10 anos.

Em que pese os esforços para a ampliação da Educação de Jovens e Adultos, a universalização desta modalidade escolar junto à população adulta que não completou o Ensino Fun-

damental ainda está muito longe de se realizar. Por outro lado, é preciso levar em conta que em 2010, o acesso ao Ensino Fundamental para crianças e adolescentes já estava praticamente universalizado no Brasil. E, no período entre 2010 e 2022, a coorte etária que possuía entre 6 e 17 anos completou ou ultrapassou 18 anos de idade e, assim, entrou no foco etário do Subíndice de escolaridade da população adulta. Ou seja, nesse ínterim, grosso modo, saíram do cálculo os adultos que morreram e entraram os jovens que completaram 18 anos. Tendo em vista o passado e o presente do acesso à escolarização no Brasil, a tendência é que a substituição de uma parcela da população adulta ao longo da década tenha ocasionado o aumento da proporção de adultos com Ensino Fundamental completo.

Em outras palavras, os avanços que, provavelmente, poderiam ser mensurados por esse indicador agora em 2022 devem estar muito mais relacionados à coorte abaixo de 18 anos que frequentava a escola em 2010 – e, ao se tornar adulta, foi entrando na base de cálculo no decorrer da década – do que pela população que, no ano da coleta dos dados, já estava em seu foco etário (acima de 18 anos), uma vez que ainda são proporcionalmente poucos os adultos que voltam a frequentar a escola para concluir o Ensino Fundamental.

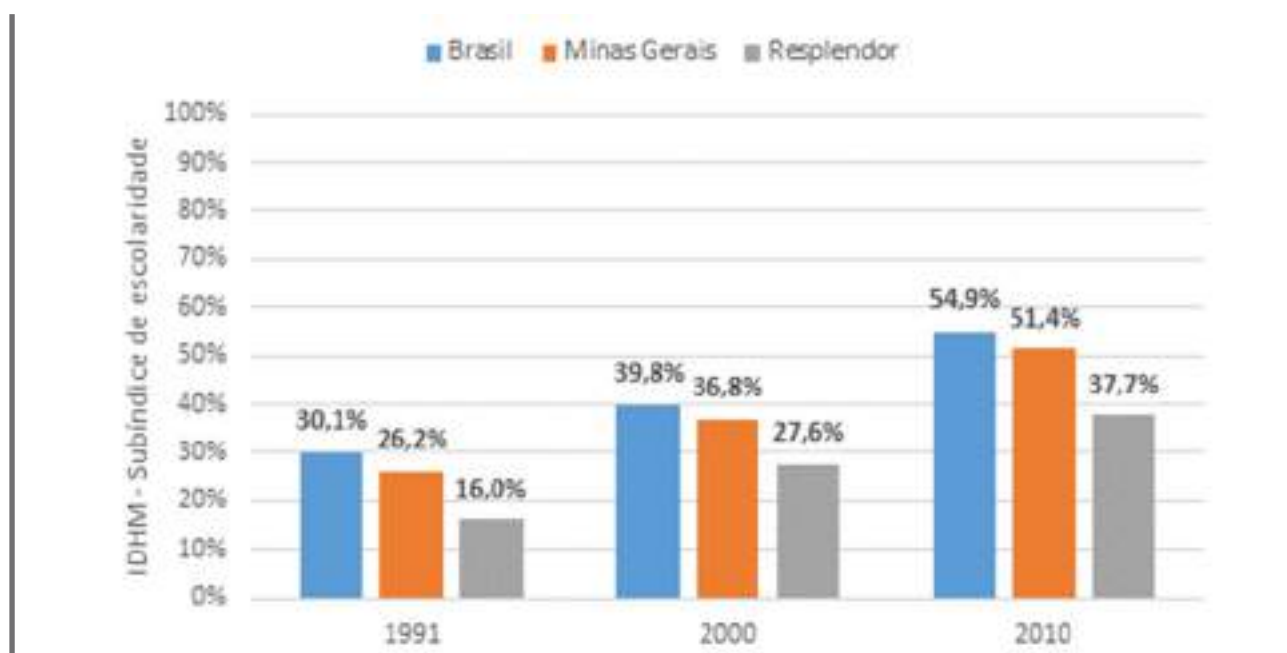
Portanto, a despeito de qualquer avanço na universalização do Ensino Fundamental que possa ter ocorrido entre crianças e adolescentes de 6 a 17 anos nesse ínterim, se esse indicador mostrava em 2010 a proporção de maiores de 18 anos com Ensino

Fundamental completo, ele mostrará, lido em 2022, a proporção aproximada de adultos acima de 30 anos com Ensino Fundamental completo – e, inversamente, a que não concluiu o Fundamental. Deste modo, por abstração, com um mero deslocamento do limite etário, o Subíndice de escolaridade da população adulta continua válido e atual para refletir a realidade a que se propõe.



O Subíndice de escolaridade da população adulta de Resplendor em 2010 é 0,377. Isso significa que naquele ano 37,7% da população adulta (maior de 18 anos de idade) possuía Ensino Fundamental completo. Logo, 62,3% dos adultos não haviam alcançado essa escolaridade. Esse subíndice era bem inferior ao do estado de Minas Gerais e ao do Brasil.

Item 38: Subíndice de escolaridade da população adulta (IDHM Educação) em 1991, 2000 e 2010 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor



Nota: O Subíndice de Escolaridade da População Adulta é o percentual da população maior de 18 anos de idade com, pelo menos, Ensino Fundamental completo.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP.



O quadro a seguir mostra este indicador (subíndice) em forma de percentual no Brasil, em Minas Gerais e nos municípios do Programa Territórios em Rede no estado.

Item 39: Percentual da população adulta (maior de 18 anos) com, no mínimo, Ensino Fundamental completo, em 2010 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade Territorial	População adulta (maior de 18 anos) com, no mínimo, Ensino Fundamental completo
Brasil	54,9%
Minas Gerais	51,4%
Municípios	
Aimorés	40,9%
Conselheiro Pena	35,8%
Governador Valadares	54,9%
Resplendor	37,7%
Tumiritinga	30,4%

Fonte: PNUD; Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.



V– Saúde: Estatísticas Vitais

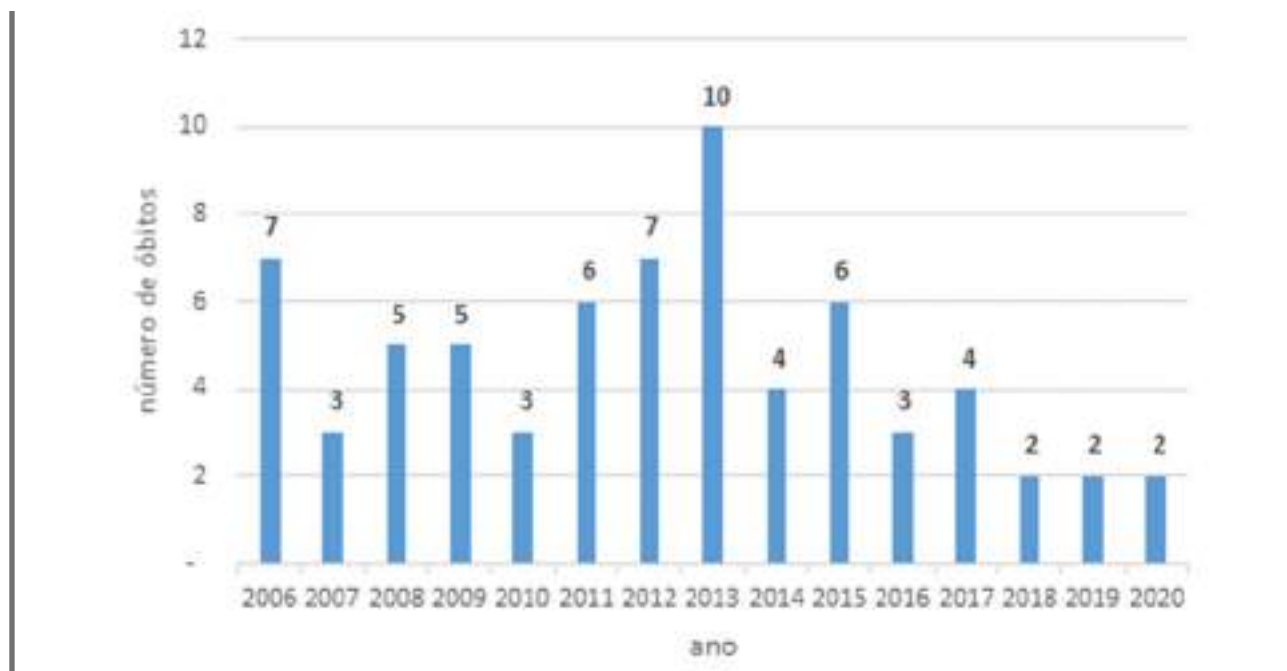


Até meados da década de 1940, a prevalência de altas taxas de mortalidade nos primeiros anos de vida era uma característica dramática na realidade brasileira. A partir desse período, os avanços da medicina, principalmente com a disseminação de vacinas e medicamentos contra doenças infectocontagiosas, o combate à desnutrição e a melhoria da infraestrutura de abastecimento de água e saneamento básico contribuíram para o início de uma abrupta redução da proporção de óbitos entre crianças. Sabe-se que a mortalidade infantil se apresenta como um indicador extremamente sensível à incorporação desses avanços nas políticas públicas e, sobretudo, do grau de cobertura das mesmas sobre as diferentes comunidades e contingentes populacionais.

Observando dados do período de 2006 a 2020 divulgados pelo DATASUS, nota-se que o maior número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade em Resplendor no período ocorreu em 2010. Depois disso, ocorreu uma queda e, no triênio 2018–2020, estabilizou no menor número de registros do período observado.

A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) expressa a quantidade de crianças que, em determinado período no município, vai a óbito antes de completar o primeiro ano de vida, a cada 1.000 nascidos vivos. No período de 2006 a 2020, a maior TMI de Resplendor foi registrada em 2010. Porém, nos últimos três anos, foram verificadas as menores.

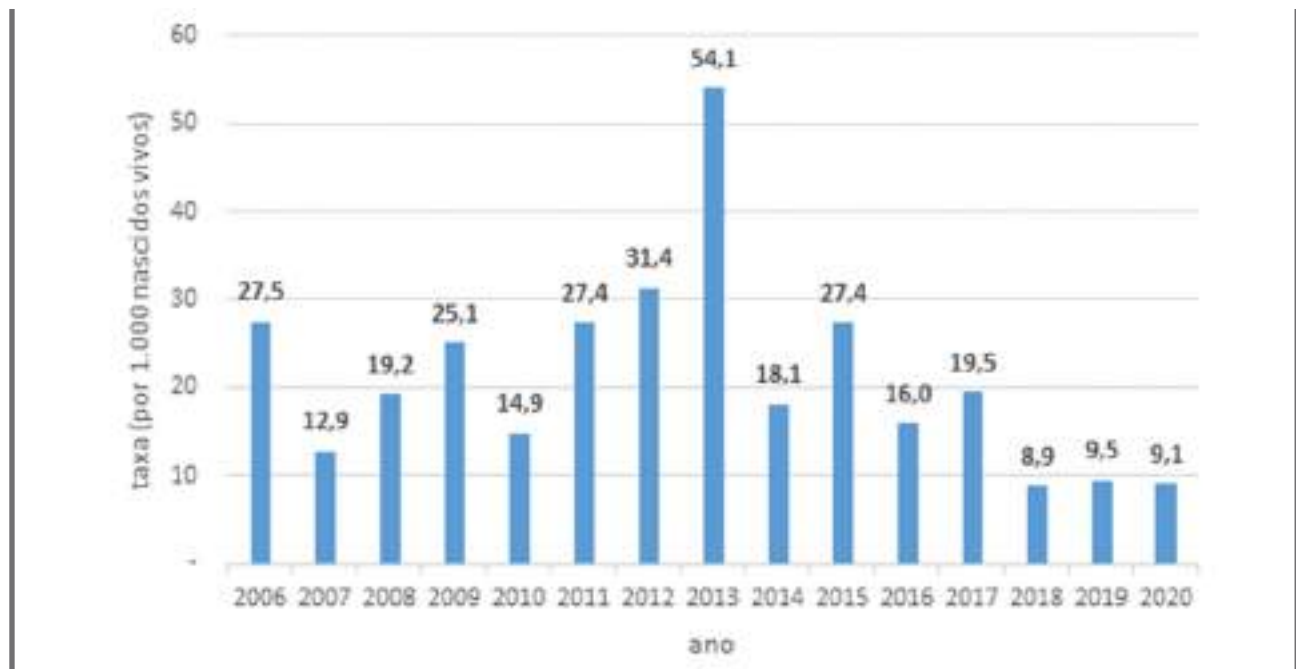
Item 40: Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade, de 2006 a 2020 – Resplendor



Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS 2022. Disponível em IBGE, Cidades.



Item 41: Taxa de Mortalidade Infantil, por 1.000 nascidos vivos, de 2006 a 2020 – Resplendor



Nota: Número médio de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade a cada 1.000 crianças nascidas vivas.

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS 2022. Disponível em IBGE, Cidades.



Para melhor contextualizar em que nível está a mortalidade infantil em Resplendor, o quadro abaixo mostra a TMI nos municípios de atuação do Programa Territórios em Rede no estado de Minas Gerais, bem como a TMI estadual e a nacional.

Item 42: Taxa de Mortalidade Infantil por 1.000 nascidos vivos, em 2020 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

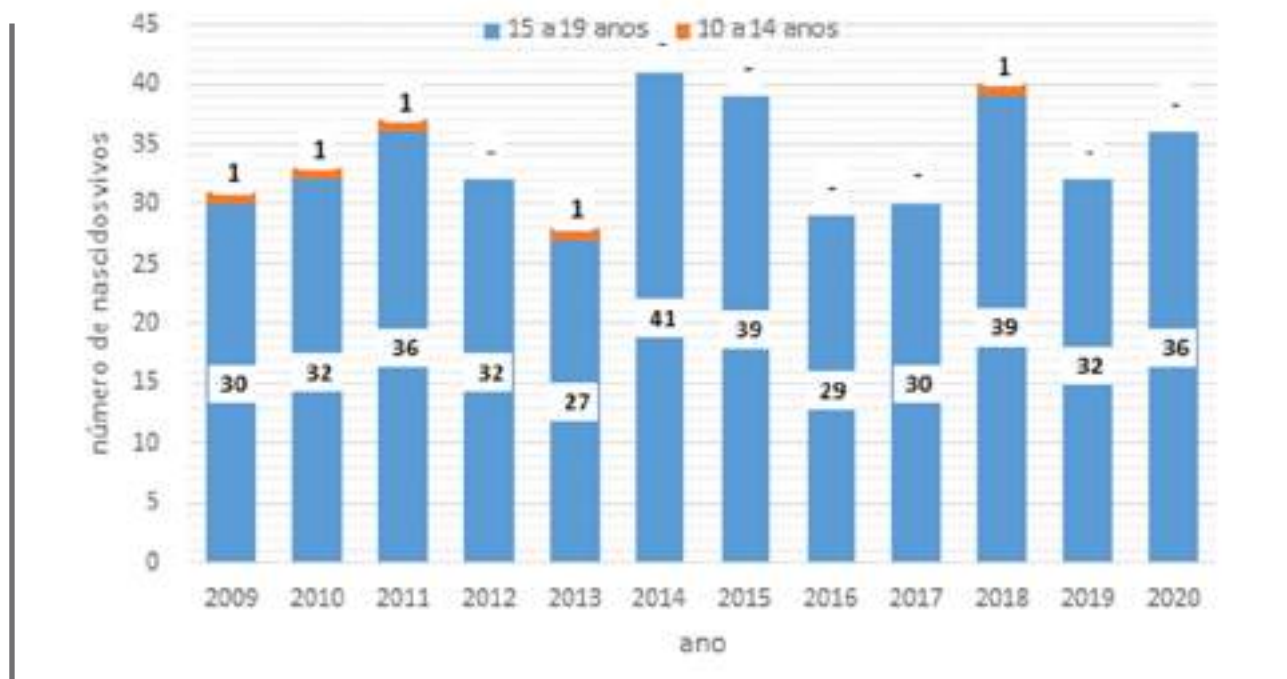
Unidade Territorial	Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)
Brasil	11,56
Minas Gerais	10,47
Municípios	
Aimorés	3,02
Conselheiro Pena	24,79
Governador Valadares	14,97
Resplendor	9,13
Tumiritinga	68,97

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS 2020.



A maternidade na adolescência é um indicador que reflete as condições de acesso aos serviços de saúde, a garantia de direitos sexuais e reprodutivos e a efetividade das ações de prevenção no âmbito das políticas públicas. O DATASUS, com dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, informa o número de nascidos vivos segundo a faixa etária da mãe em determinado período e localidade. Além de não contabilizar os natimortos, o número de nascidos vivos também não inclui as gestações interrompidas. Portanto, é um indicador que representa o número de mães adolescentes, e não de adolescentes que engravidaram (além disso, como a contagem é por nascido vivo, a parturiente de crianças gêmeas é contada mais de uma vez). Em todo o período observado (2009–2020), o número de mães entre 10 e 14 anos e 15 a 19 anos vem se mantendo estável em Resplendor, com pequenas variações. Em 2019 e 2020, não houve registro de mães com idade entre 10 e 14 anos.

Item 43: Número de nascidos vivos de mães com idade entre 10 e 14 anos ou 15 e 19 anos, de 2009 a 2020 – Resplendor



Nota: Localização segundo o endereço de residência da mãe.

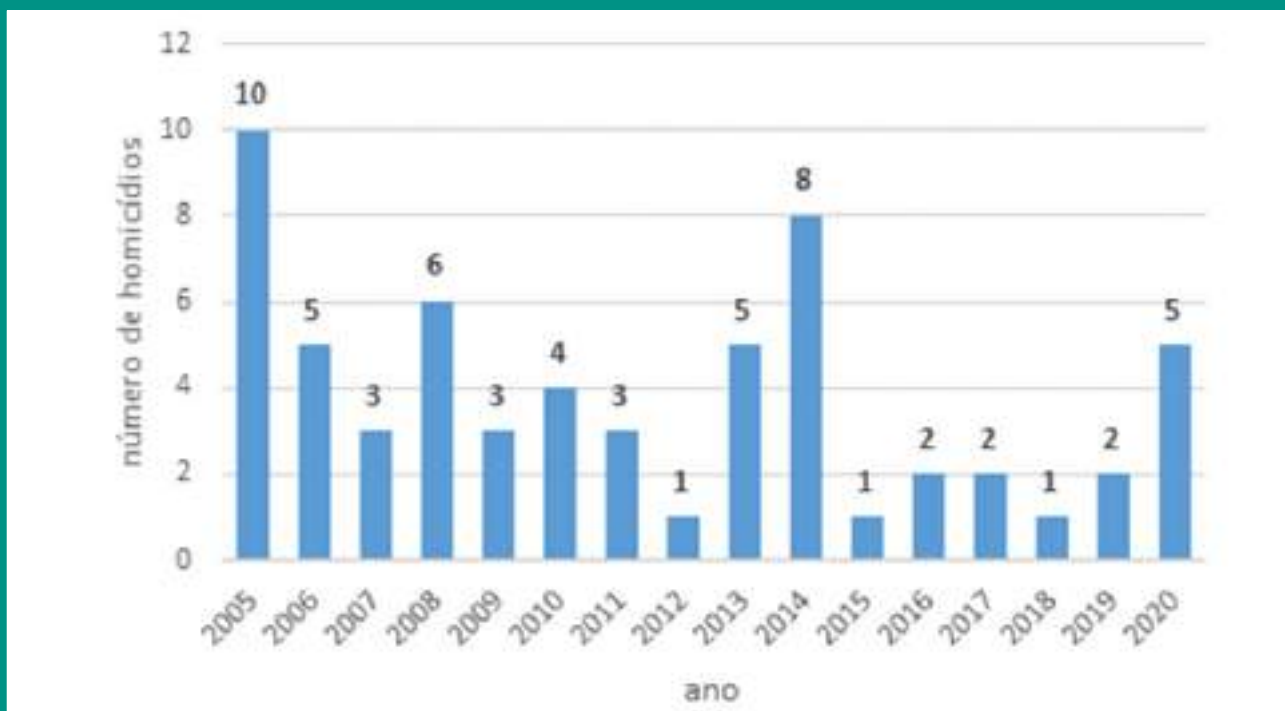
Fonte: MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.

VI– Violência

A observação do total anual de homicídios em Resplendor no período de 2005 a 2020 mostra uma trajetória de queda até 2012 e um aumento até 2014. Entre 2015 e 2019, variou entre 1 e 2 registros. Porém, em 2020, o número de homicídios foi o maior desde 2015.

A especificação dos homicídios na população entre 0 e 19 anos condiz com o indicado no item “Causas Externas de Morbidade e Mortalidade”, do Capítulo XX da CID-10 (10ª edição da Classificação Internacional de Doenças). Entre 2005 e 2020, foram registrados 4 homicídios de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos de idade em Resplendor. Nos seis últimos anos do período observado (2015 a 2020), não houve ocorrência registrada.

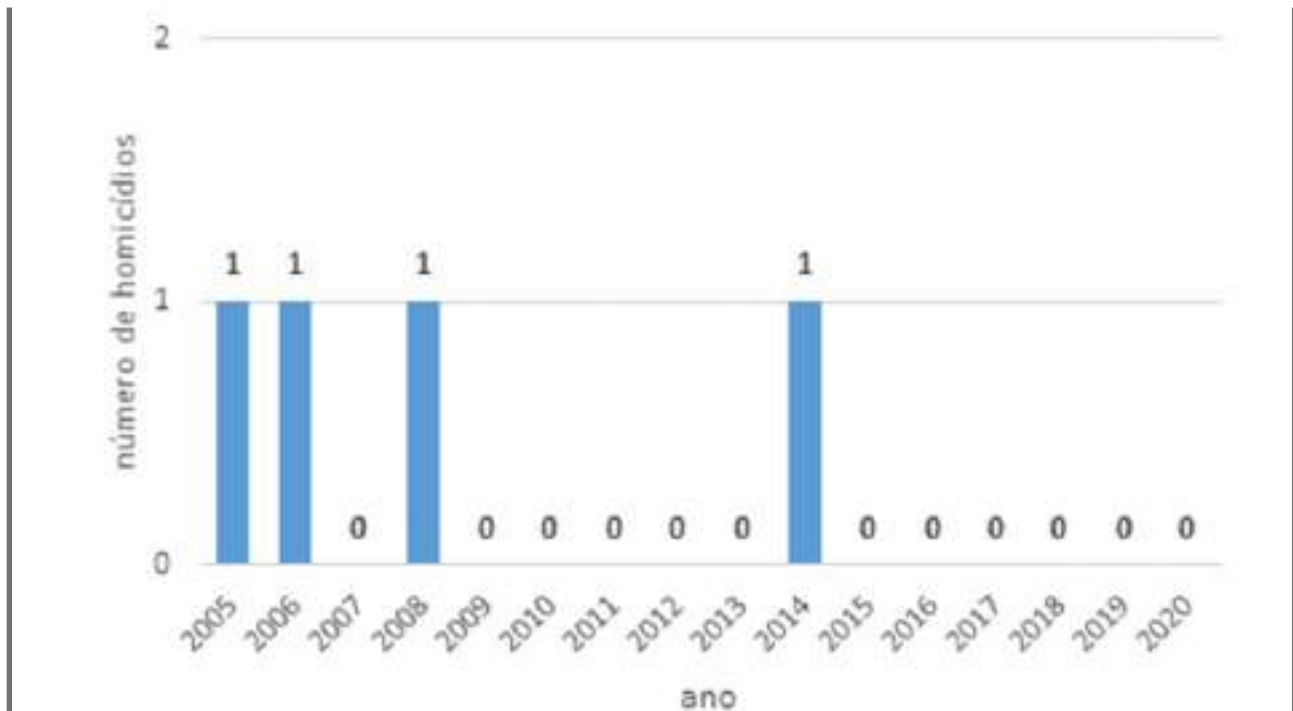
Item 44: Número total de homicídios, de 2005 a 2020 – Resplendor



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em Observatório da Criança e Adolescente.



Item 45: Número de homicídios de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos de idade, de 2005 a 2020 – Resplendor



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em Observatório da Criança e Adolescente.



O quadro a seguir mostra o número total de homicídios, a taxa de homicídios por 100.000 habitantes (com base na estimativa da população do IBGE), o número de homicídios de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos e o quanto este número representou (em percentual) no total de homicídios ocorridos em 2020 nos municípios de atuação do Programa Territórios em Rede no estado de Minas Gerais.

Item 46: Total de homicídios, Taxa de homicídios por 100.000 habitantes, Total de homicídios de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos e Percentual destes em relação ao total de homicídios, em 2020 – municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade territorial	Homicídios	Taxa de homicídios por 100.000 habitantes	Homicídios de 0 a 19 anos	% de homicídios de 0 a 19 anos sobre o total de homicídios
Aimorés	8	31,8	1	12,5%
Conselheiro Pena	5	21,8	–	–
Governador Valadares	101	35,9	15	14,9%
Resplendor	5	28,7	–	–
Tumiritinga	5	73,9	2	40,0%

Fonte: (i) Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em Observatório da Criança e Adolescente. (ii) IBGE. Estimativas da População, 2021.



VII– Educação

a) Matrículas

O número de matrículas de estudantes de 4 a 17 anos na Educação Básica² em Resplendor reduziu 3,2% entre 2020 e 2021. Considerando desde 2010, a redução foi de 7,4%.

Em todas as faixas etárias entre 4 e 17 anos houve redução do número de matrículas entre 2010 e 2021. A maior redução ocorreu na faixa etária de 11 a 14 anos e as menores nas faixas etárias de 4 e 5 anos e de 15 a 17 anos.

Essa redução pode ter sido compatível com a retração do contingente de crianças e adolescentes apontada nas estimativas da última década, mas não há como afirmar com segurança em que medida a taxa de atendimento escolar foi alterada. A comparação entre a população estimada e a quantidade de matrículas por faixa etária indica uma situação aproximada (ver item VIII), que só será confirmada ou refutada com os resultados do Censo Demográfico.

² Número de matrículas na Educação Básica, independentemente da etapa escolar ou da dependência administrativa (rede escolar) da matrícula.



Item 47: Total de escolas e matrículas, segundo a localização urbana ou rural, por dependência administrativa, em 2021 – Resplendor

Dependência Administrativa	Urbana		Rural		Total	
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas
Municipal	10	1.793	–	–	10	1.793
Estadual	1	643	2	162	3	805
Federal	–	–	–	–	–	–
Privada	2	292	–	–	2	292
Total	13	2.728	2	162	15	2.890

Nota: Dados da creche ao Ensino Médio regular.

Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.

Item 48: Total de escolas e de matrículas em Área de assentamento, Área remanescente de quilombo ou Terra indígena, por dependência administrativa, em 2021 – Resplendor

Dependência Administrativa	Área de assentamento		Área remanescente de quilombo		Terra indígena	
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas
Municipal	–	–	–	–	–	–
Estadual	–	–	–	–	1	44
Federal	–	–	–	–	–	–
Privada	–	–	–	–	–	–
Total	–	–	–	–	1	44

Nota: Dados da creche ao Ensino Médio regular.

Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.



Item 49: Número de matrículas de estudantes entre 4 e 17 anos na Educação Básica por faixa etária – 4 e 5, 6 a 10, 11 a 14 e 15 a 17 anos – de 2010 a 2021 – Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.

O quadro a seguir reúne o número de matrículas de estudantes entre 4 e 17 anos e as diferenças relativas (em percentuais), a mais ou a menos, entre 2021 e os anos de 2020, 2016 e 2010 nos municípios de atuação do Programa Territórios em Rede no estado de Minas Gerais, além dos dados do país e do próprio estado.

Item 50: Total de matrículas de estudantes entre 4 e 17 anos na Educação Básica em 2021 e diferença percentual em relação ao número de matrículas de 2020, de 2016 e de 2010 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade Territorial	Matrículas em 2021	2021 em relação a 2020	2021 em relação a 2016	2021 em relação a 2010
Brasil	38.111.873	-1,5%	-4,3%	-9,9%
Minas Gerais	3.492.643	-3,3%	-8,2%	-15,6%
Municípios				
Aimorés	3.882	-3,3%	11,2%	-6,7%
Conselheiro Pena	3.638	-4,2%	18,1%	-7,8%
Governador Valadares	45.885	-6,0%	11,1%	0,4%
Resplendor	2.670	-3,2%	12,6%	-7,4%
Tumiritinga	1.186	-4,1%	12,0%	-8,6%

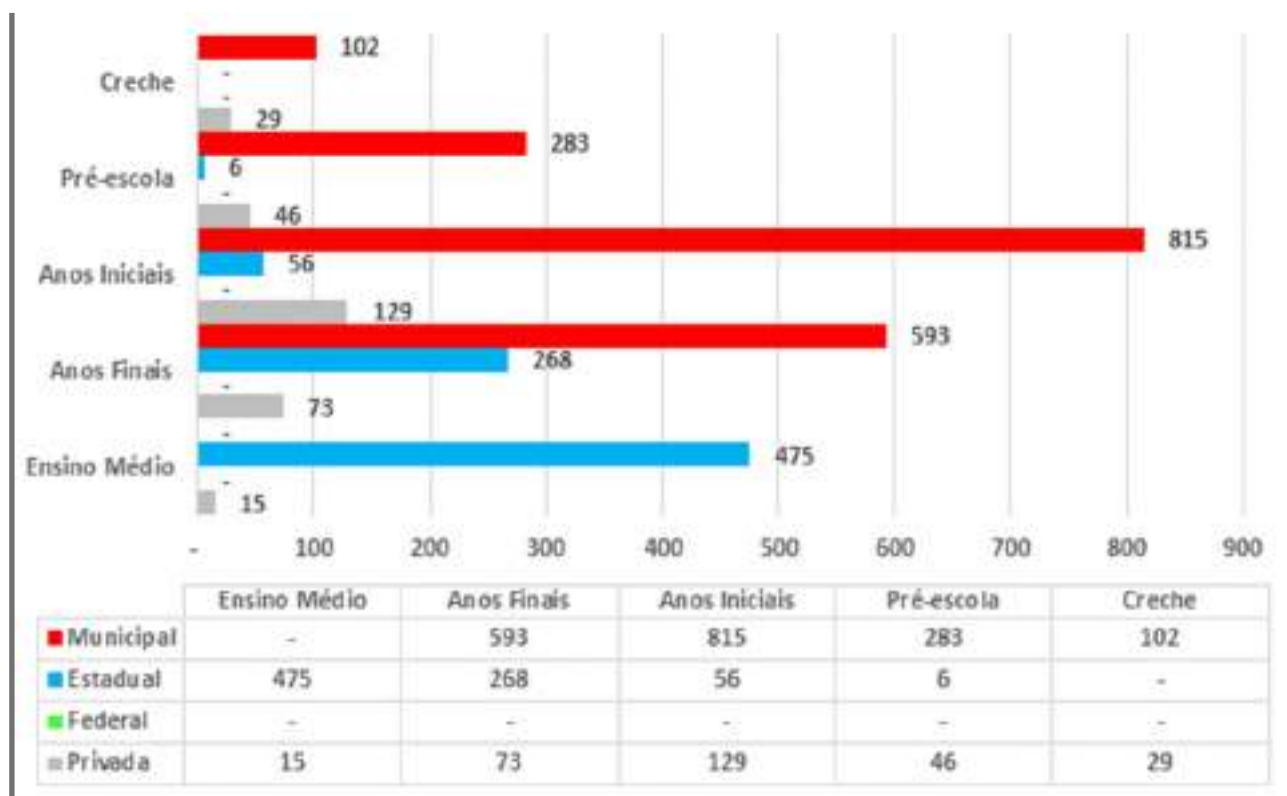
Nota: Somente matrículas de estudantes com idade entre 4 e 17 anos.

Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2010, 2016, 2020 e 2021.



Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2021, a rede municipal de Resplendor era responsável por 62% das matrículas na Educação Básica e a rede estadual por 27,9%. A rede privada participa com 10,1%. Na Educação Infantil, a rede municipal é responsável por 77,9% das matrículas na creche e 84,5% na pré-escola. A rede estadual tem uma participação de 1,8% na pré-escola. O restante do atendimento é realizado pela rede privada: 22,1% na creche e 13,7% na pré-escola. No Ensino Fundamental, a rede municipal é responsável por 81,5% das matrículas dos anos iniciais e por 63,5% dos anos finais. A rede estadual participa com 5,6% nos anos iniciais e 28,7% nos anos finais. A rede privada tem uma participação de 12,9% nos anos iniciais e 7,8% nos anos finais. No Ensino Médio, a rede estadual é responsável por 96,9% das matrículas. A rede privada é responsável pelo restante do atendimento.

Item 51: Total de matrículas segundo a dependência administrativa, por etapa escolar, em 2021 – Resplendor



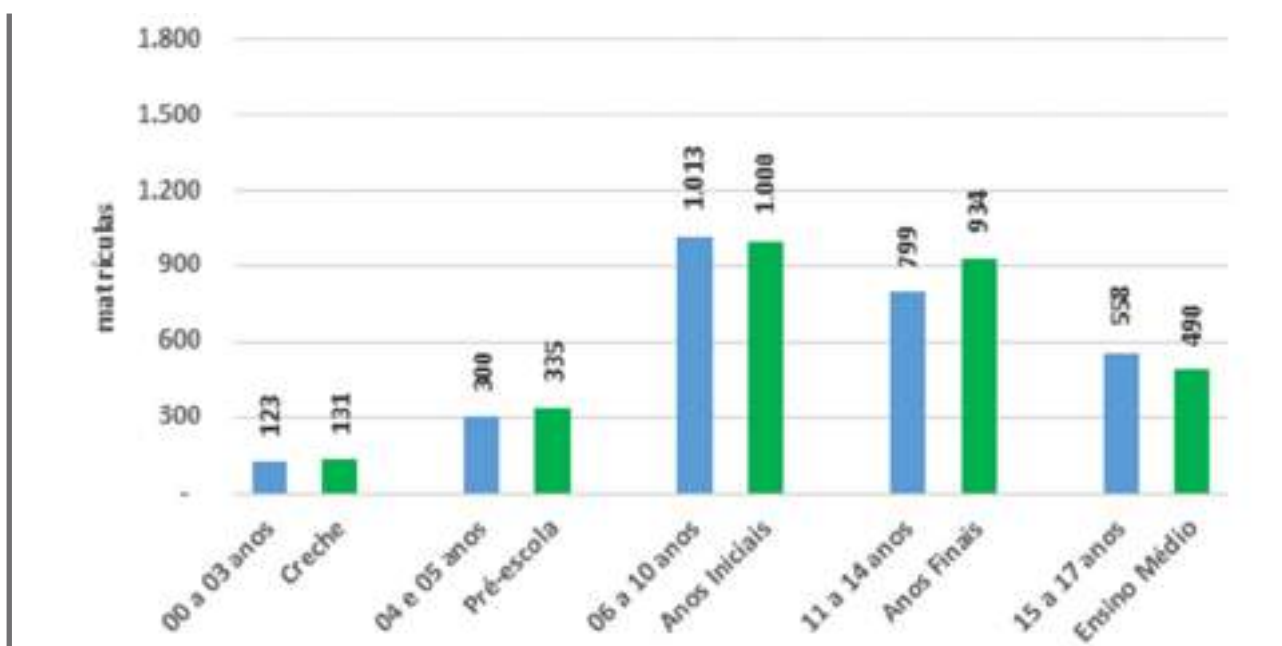
Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.

Item 52: Percentual de matrículas segundo a dependência administrativa, por etapa escolar, em 2021 – Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.

Item 53: Comparativo entre os totais de matrículas por faixa etária e por etapa escolar, em 2021 – Resplendor

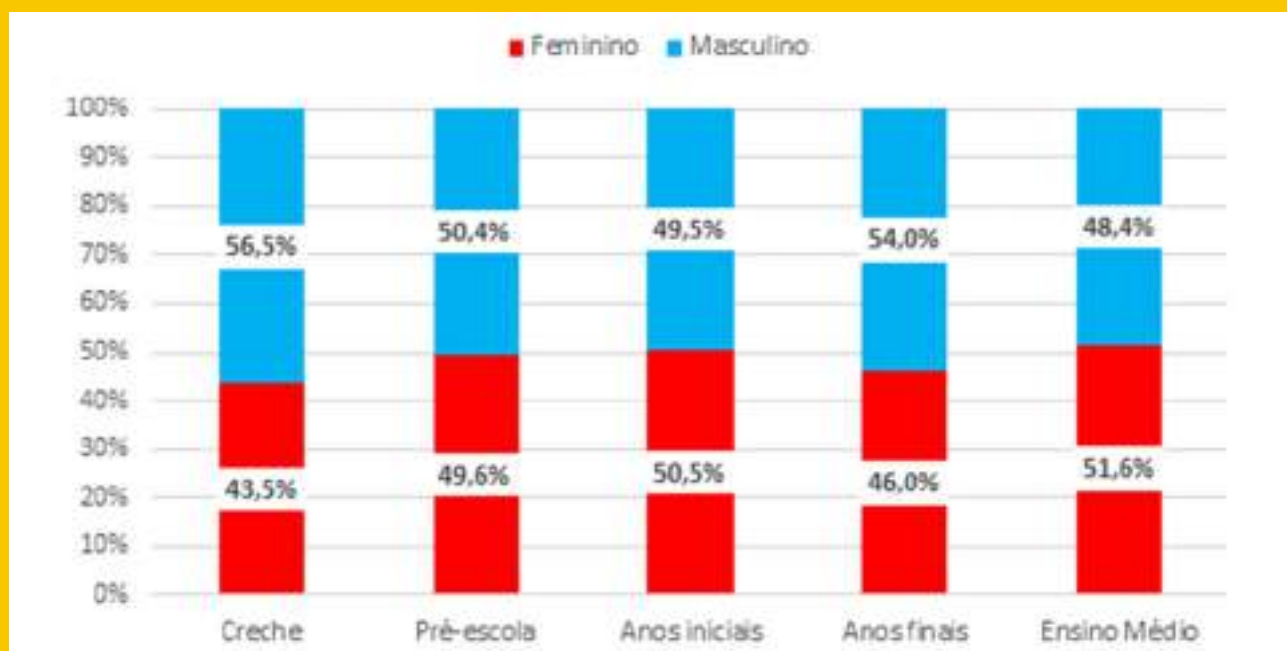


Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.



A distribuição das matrículas na Educação Básica por gênero em Resplendor reflete um quadro comum no Brasil: os meninos predominam numericamente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, mas no Ensino Médio as meninas são maioria. Esses números evidenciam a evasão e a exclusão escolar mais precoce dos meninos, a partir da adolescência. Contudo, cabe destacar que o predomínio masculino no Ensino Fundamental não se confirma se for observada somente a etapa dos anos iniciais, na qual predominaram as meninas em 2021.

Item 54: Percentual de matrículas segundo o sexo, por etapa escolar, em 2021 – Resplendor

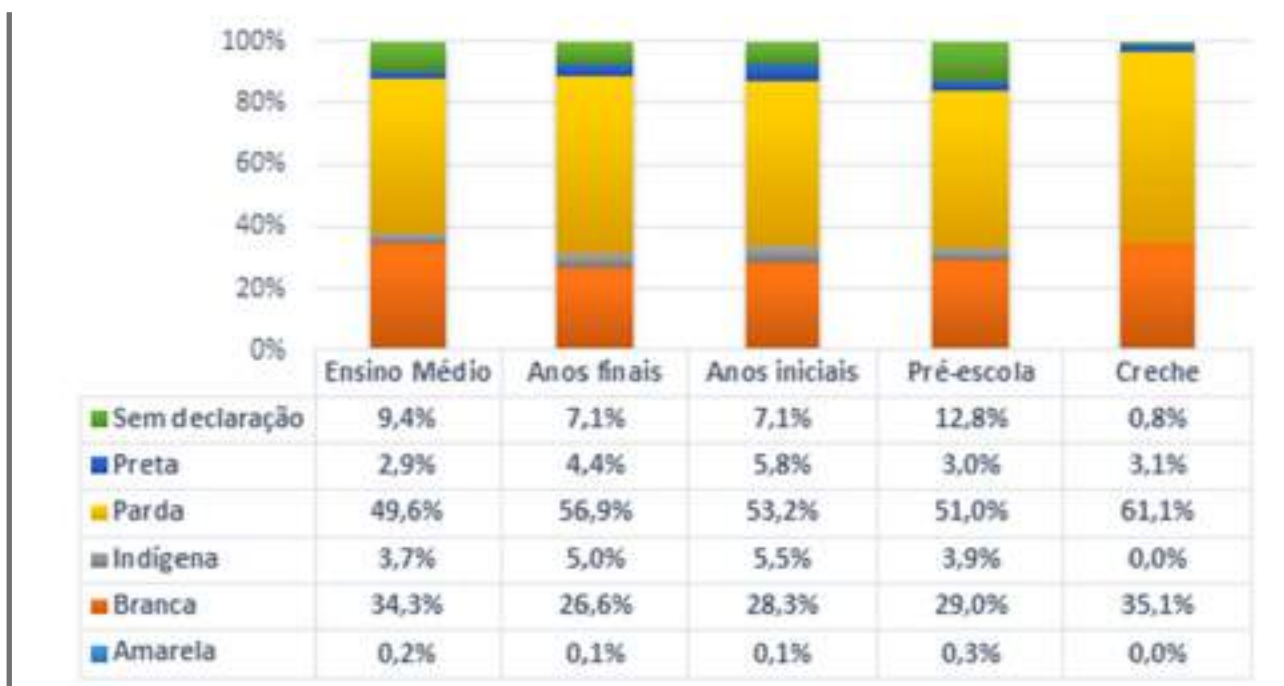


Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.

A composição por cor ou raça dos estudantes da Educação Básica de Conselheiro Pena em 2021 não diverge da composição da população geral verificada no Censo Demográfico de 2010. Entre os estudantes matriculados em 2021, os declarados pardos eram 53,9%, os brancos eram 29,1% e os pretos totalizaram 4,4%.

A ausência dessa informação no Censo Escolar de Conselheiro Pena alcançou apenas 7,9% das matrículas na Educação Básica em 2021. No âmbito estadual, a média é de 15,2%, ao passo que a média nacional é de 28%.

Item 55: Percentual de matrículas segundo a cor/raça informada, por etapa escolar, em 2021 – Resplendor



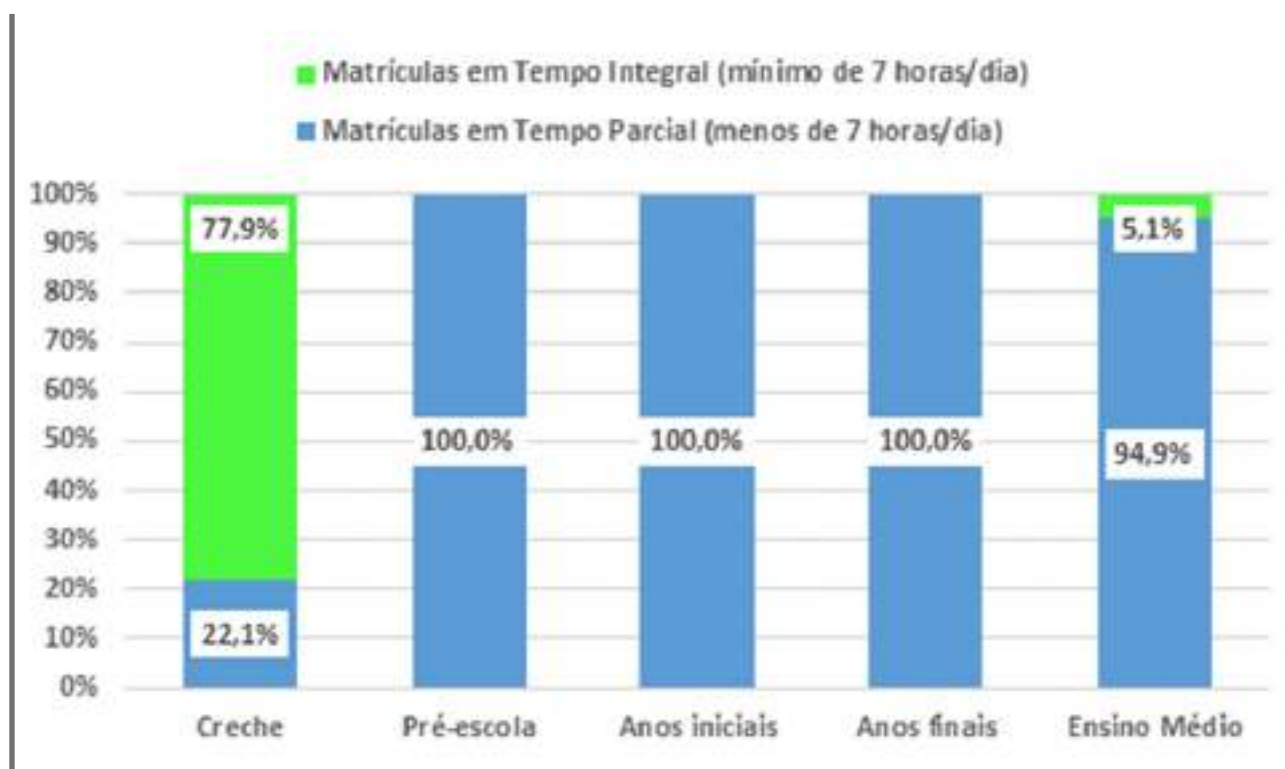
Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.



b) Horas-aula diária

Segundo dados do Censo Escolar de 2021, 77,9% das matrículas da creche são atendidas em tempo integral (mínimo de 7 horas por dia). No entanto, na pré-escola e nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental todo o atendimento é realizado em horário parcial (menos de 7 horas por dia). No Ensino Médio, o horário integral é oferecido em 5,1% das matrículas.

Item 56: Percentual de matrículas segundo a oferta em Tempo Parcial ou Tempo Integral, por etapa escolar, em 2021 – Resplendor

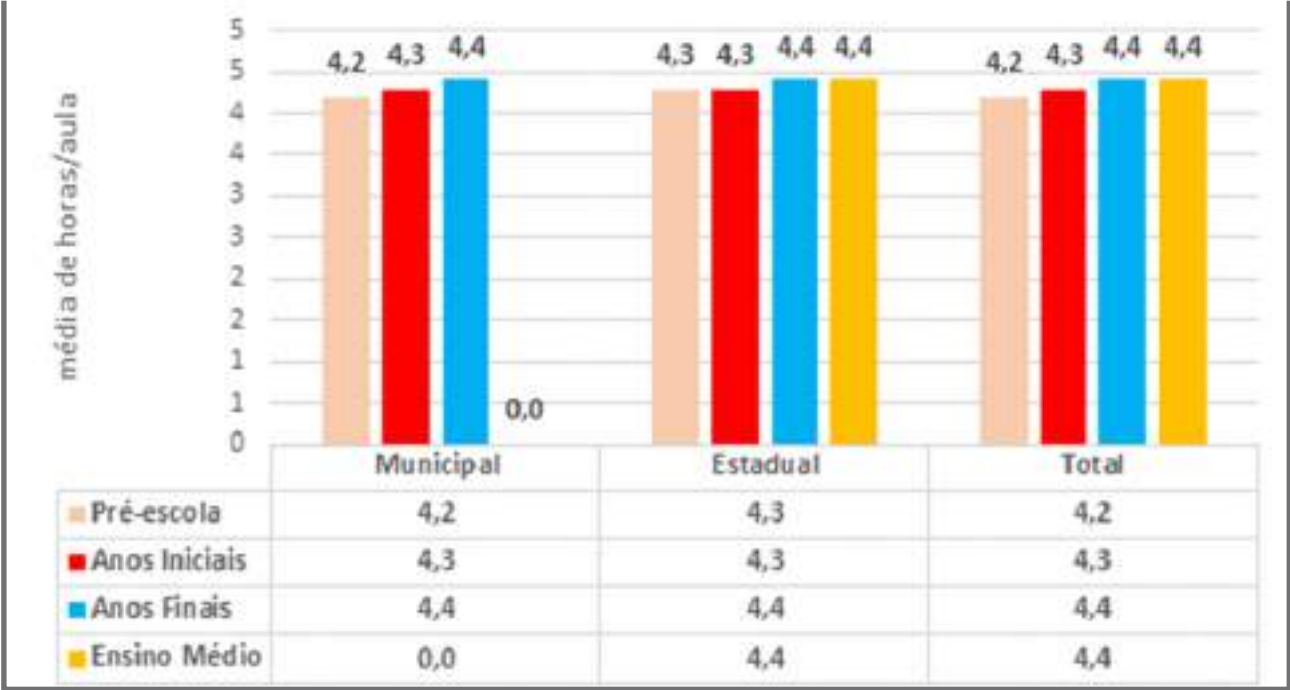


Nota: De acordo com o INEP, Tempo Parcial equivale a menos de 7 horas por dia e Tempo Integral equivale ao mínimo de 7 horas por dia.

Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.

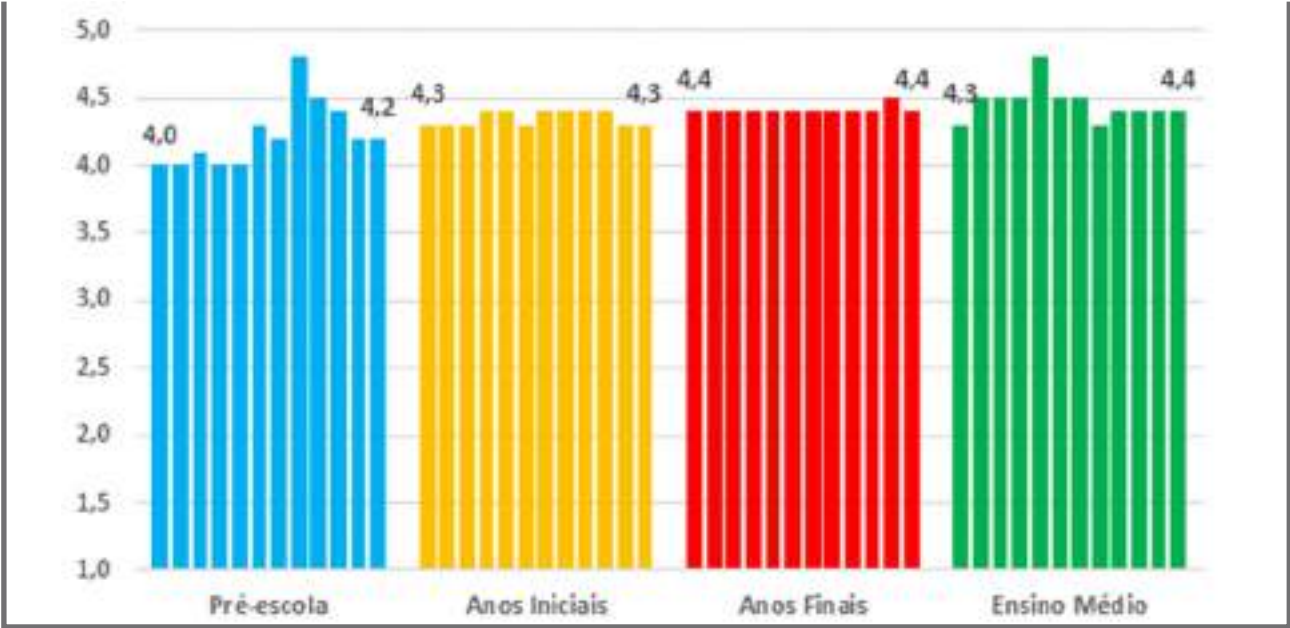


Item 57: Média de horas aula-diária na rede municipal, na rede estadual e total, por etapa escolar, em 2021 – Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.

Item 58: Média de horas aula-diária total, segundo a etapa escolar, de 2010 a 2021 – Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.



c) Distorção idade-série e Migração para EJA

A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) é o indicador que expressa o percentual de alunos com idade que seja dois ou mais anos acima da recomendada para a série escolar em que estão matriculados. A TDI em Resplendor vem diminuindo no Ensino Fundamental, mas não no Ensino Médio.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a TDI apresenta uma trajetória de queda iniciada em 2012. Apesar de um pequeno retrocesso em 2019, houve recuperação em 2020 e 2021.

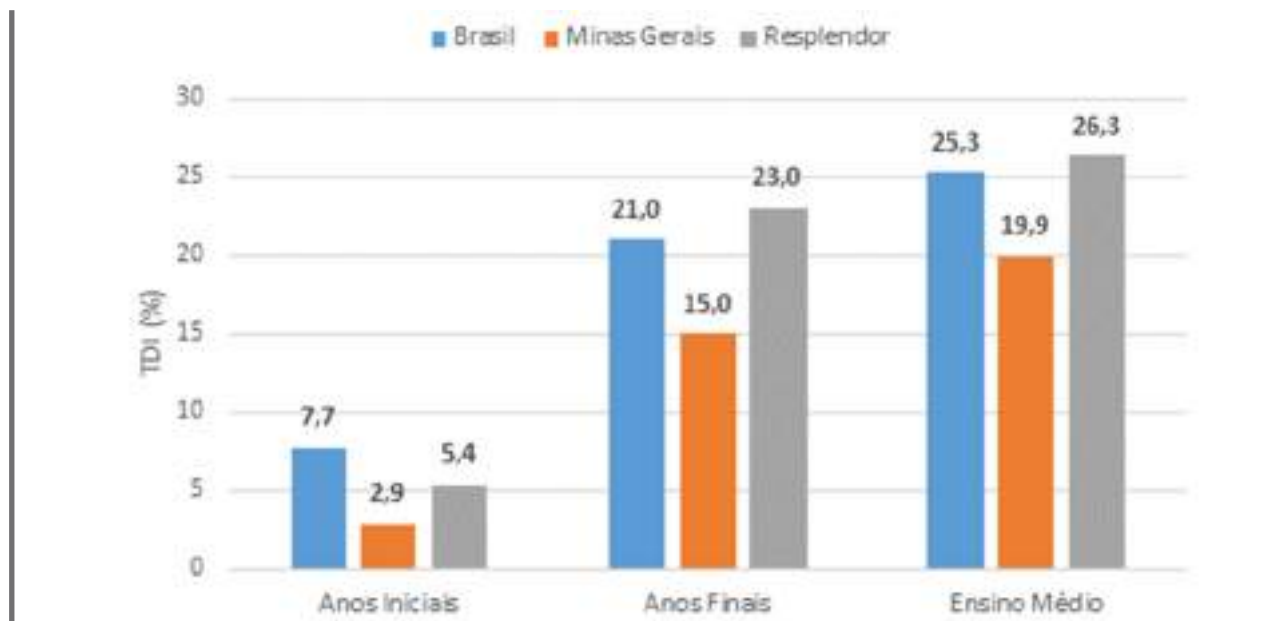
Nos anos finais do Ensino Fundamental, também se nota uma trajetória de queda, porém, iniciada em 2011 e marcada por algumas oscilações. Apesar de ter alcançado em 2021 a menor TDI do período observado (2006–2021), o ritmo de redução da distorção idade-série nesta etapa escolar tem se mostrado lento em Resplendor.

No Ensino Médio, a TDI vinha em trajetória de queda até 2015, mas subiu em 2016 e muito mais em 2017. Desde 2018, vem em queda, mas não se recuperou totalmente, haja vista que o patamar verificado em 2021 equivale ao de uma década atrás, ou seja, o ano de 2011.

Nos anos iniciais, a TDI em Resplendor é menor do que a nacional, porém, está acima da média estadual. Nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, as taxas de Resplendor são maiores que as do Brasil e, mais ainda, que as do estado de Minas Gerais.

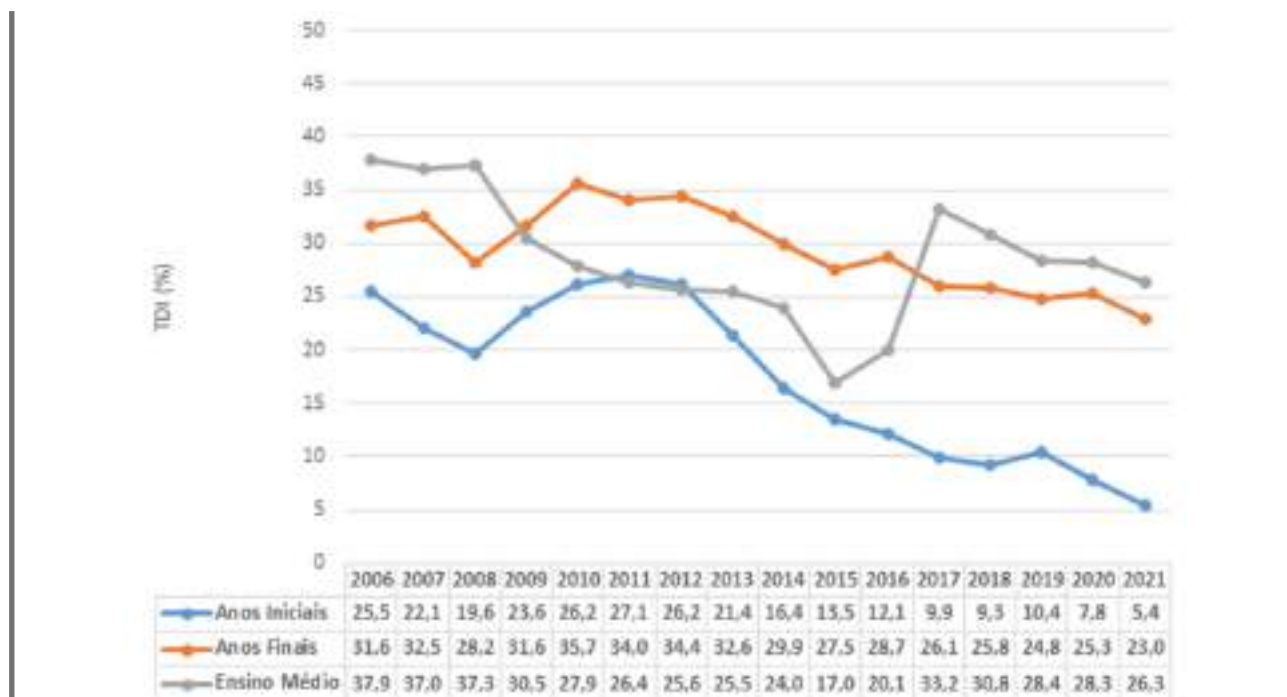


Item 59: Taxa de Distorção Idade-Série (%), segundo a etapa escolar, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.

Item 60: Taxa de Distorção Idade-Série (%), segundo a etapa escolar, de 2006 a 2021 – Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.



O quadro a seguir mostra a TDI nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio no Brasil, em Minas Gerais e nos municípios de atuação do Programa Territórios em Rede neste estado, segundo o Censo Escolar de 2021.

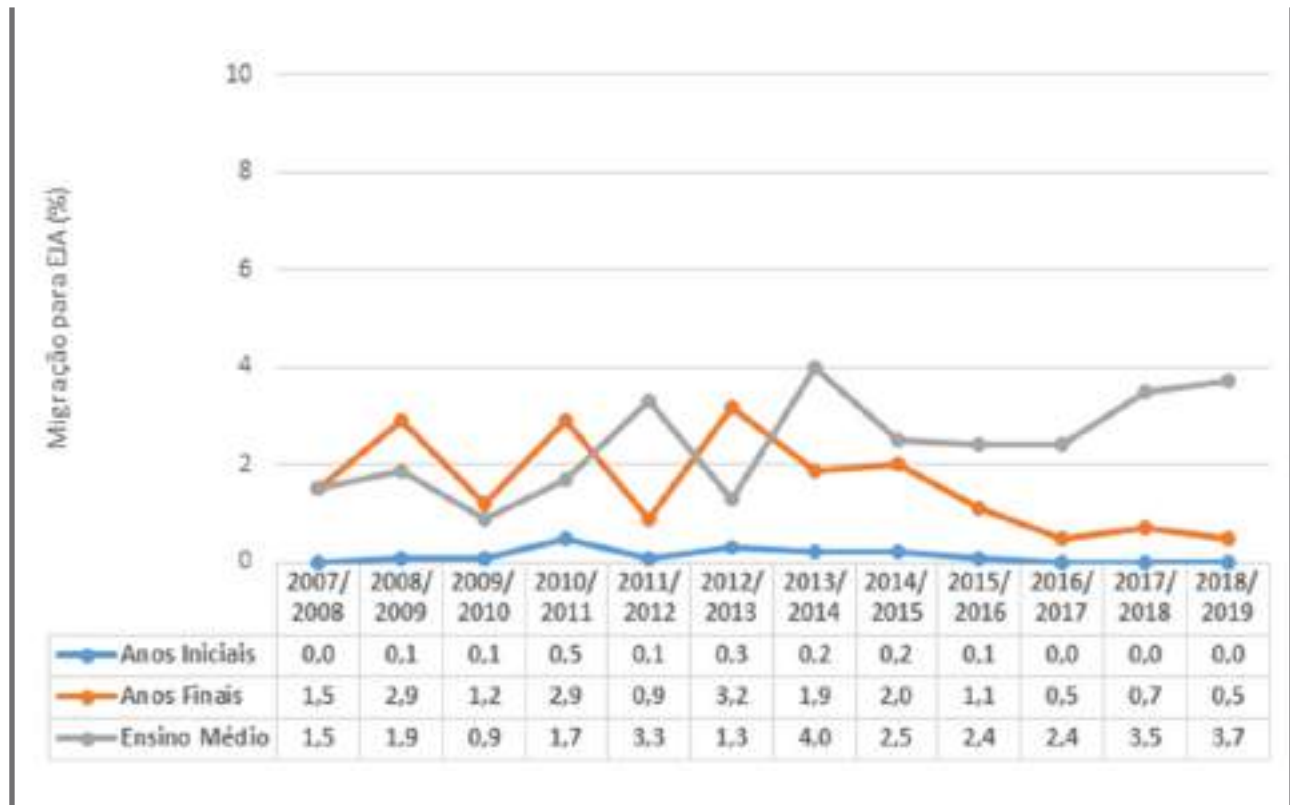
Item 61: Taxa de Distorção Idade-série (TDI) dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade Territorial	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Brasil	7,7%	21,0%	25,3%
Minas Gerais	2,9%	15,0%	19,9%
Municípios			
Aimorés	1,8%	11,9%	21,7%
Conselheiro Pena	4,1%	17,2%	21,9%
Governador Valadares	3,8%	16,8%	20,4%
Resplendor	5,4%	23,0%	26,3%
Tumiritinga	2,9%	13,6%	24,4%

Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2021.



Item 62: Percentual de migração para EJA, segundo a etapa escolar, de 2007/2008 a 2018/2019 – Resplendor



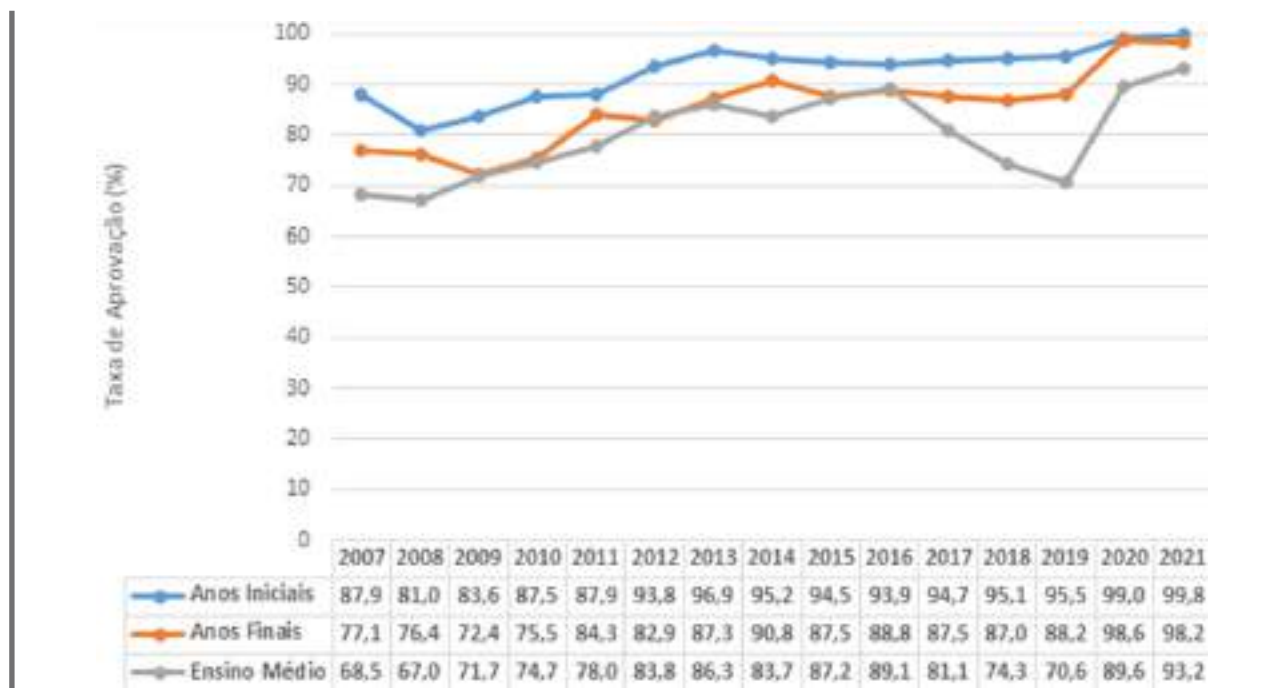
Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.



d) Aprovação e Repetência

A taxa de aprovação no Ensino Fundamental em Resplendor encontra-se em um patamar elevado, beirando a totalidade dos estudantes. No entanto, não era essa a situação antes da pandemia da Covid 19. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, houve um aumento até 2013, mas, desde então, havia estacionado sem romper a barreira de 95%. Em 2020, ano em que as aulas presenciais foram suspensas, a taxa de aprovação alcançou 99% e ainda subiu para 99,8% em 2021. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a taxa de aprovação ultrapassou 90% em 2014. Depois, recuou e ficou abaixo desse patamar até 2019. Em 2020 e 2021, os anos da pandemia, a taxa de aprovação ficou acima de 98%. No Ensino Médio, houve um crescimento expressivo até 2016. Em seguida, caiu por três anos seguidos, regredindo à menor taxa desde 2009. Em 2020 e 2021, a taxa de aprovação subiu aos maiores percentuais do período observado (2006–2021). A taxa de aprovação de Resplendor está acima das taxas de Minas Gerais e do Brasil no Ensino Fundamental e no médio.

Item 63: Taxa de Aprovação (%), segundo a etapa escolar, de 2007 a 2021 – Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.

O quadro a seguir mostra as taxas de aprovação nas etapas da Educação Básica em 2021 no Brasil, em Minas Gerais e nos municípios de atuação do Programa Territórios em Rede no estado.

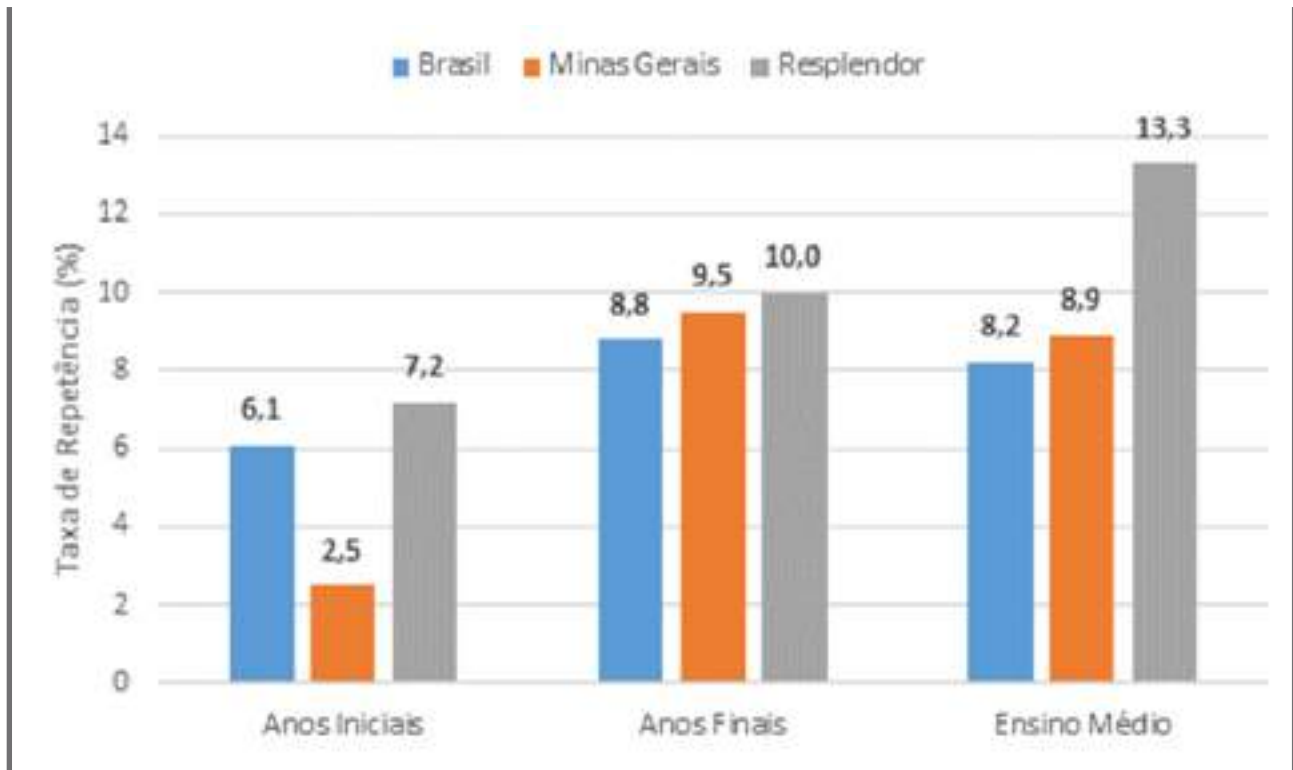
Item 64: Taxa de Aprovação dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade Territorial	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Brasil	97,6%	95,7%	90,8%
Minas Gerais	99,0%	96,6%	92,0%
Municípios			
Aimorés	99,7%	97,5%	88,5%
Conselheiro Pena	98,7%	96,5%	90,6%
Governador Valadares	98,7%	95,1%	91,5%
Resplendor	99,8%	98,2%	93,2%
Tumiritinga	98,5%	97,8%	92,0%

Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2021.



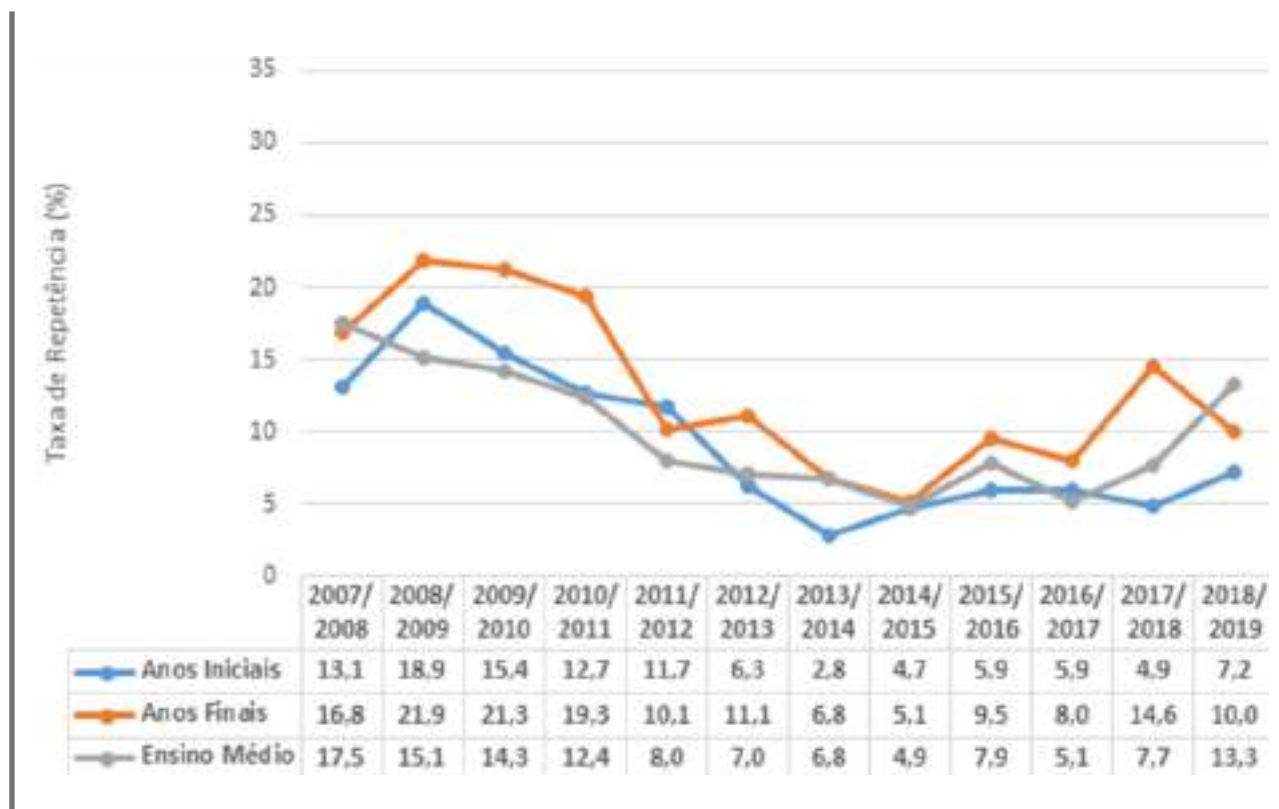
Item 65: Taxa de Repetência (%), segundo a etapa escolar, em 2018/2019 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.



Item 66: Taxa de Repetência (%), segundo a etapa escolar, de 2007/2008 a 2018/2019 – Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.



e) Abandono e Evasão

A taxa de abandono escolar expressa, dentre os(as) estudantes que estavam matriculados na data de referência do Censo Escolar³. Em Resplendor, cada etapa escolar apresentou uma trajetória diferente nos últimos anos.

Nos anos iniciais do Fundamental, a taxa de abandono vinha em um patamar residual, abaixo de 1%, desde 2013, com pequenas oscilações.

Nos anos finais do Fundamental, a taxa de abandono vinha estagnada desde 2012, com pequenas variações. Mas declinou em 2019 e manteve a trajetória de baixa em 2020. Em 2021, subiu um pouco, mas ainda permaneceu abaixo da taxa verificada em 2019.

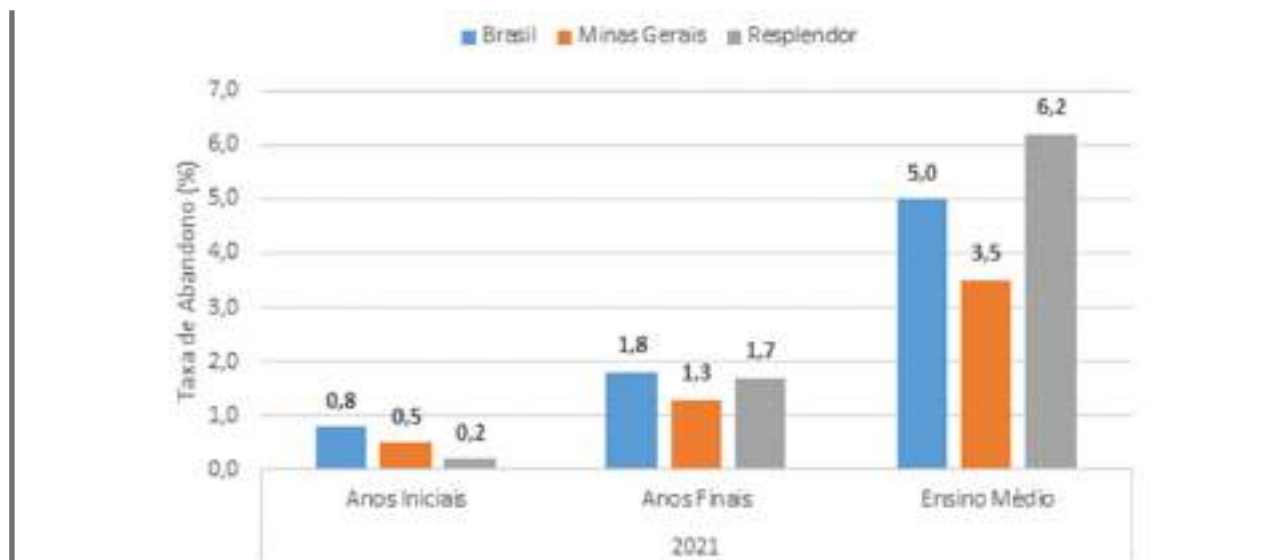
No Ensino Médio, a taxa de abandono caiu bastante até 2012, quando entrou em estagnação até 2016, com pequenas variações. A partir de 2017, subiu expressivamente e, em 2019, retrocedeu ao maior percentual desde 2009. Nos anos da pandemia, diminuiu duas vezes seguidas e chegou a 2021 com o menor percentual do período observado (2006–2021).

Nesse contexto, as taxas de abandono dos anos iniciais do Ensino Fundamental do ano de 2021 são menores que as do estado de Minas Gerais e do Brasil. Nos anos finais, a taxa é maior que a de Minas Gerais, mas um pouco menor que a do Brasil. No Ensino Médio, a taxa de abandono de Resplendor fica acima da média nacional e bem acima da estadual.

³ A data de referência do Censo Escolar é a última quarta-feira do mês de maio. A única exceção ocorreu em 2020, em decorrência da suspensão das aulas presenciais. Neste ano, a data de referência do Censo Escolar retroagiu ao dia 11 de março.

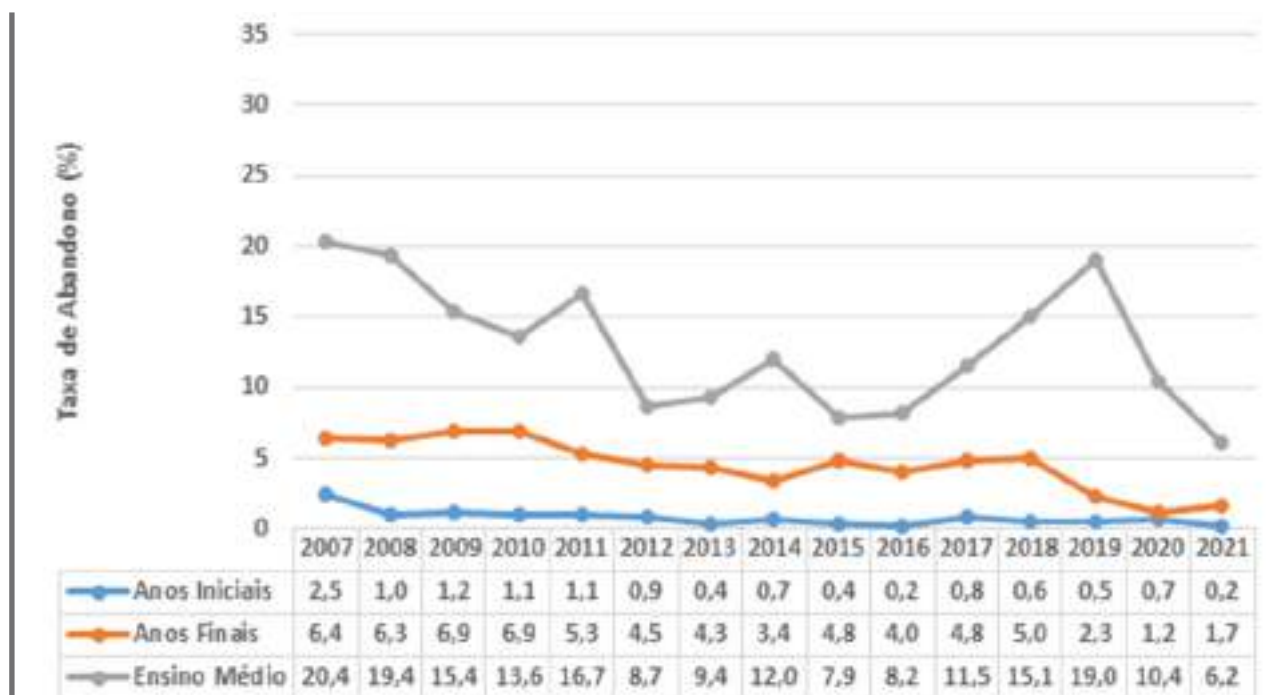


Item 67: Taxa de Abandono (%), segundo a etapa escolar, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.

Item 68: Taxa de Abandono (%), segundo a etapa escolar, de 2007 a 2021 – Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.



O quadro a seguir mostra as taxas de abandono nas etapas da Educação Básica em 2021 no Brasil, em Minas Gerais e nos municípios de atuação do Programa Territórios em Rede no estado.

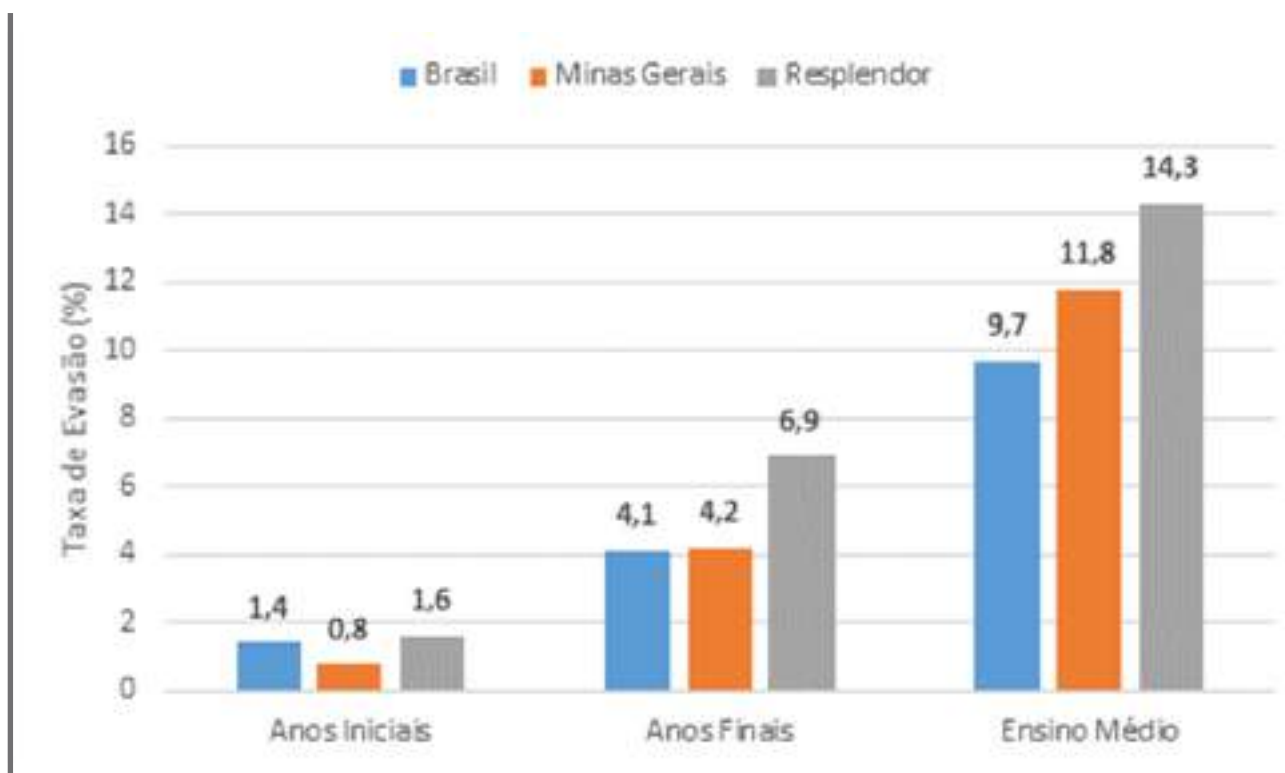
Item 69: Taxa de Abandono dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade Territorial	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Brasil	0,8%	1,8%	5,0%
Minas Gerais	0,5%	1,3%	3,5%
Municípios			
Aimorés	0,2%	1,5%	6,9%
Conselheiro Pena	1,3%	0,2%	0,1%
Governador Valadares	1,2%	2,3%	3,8%
Resplendor	0,2%	1,7%	6,2%
Tumiritinga	0,5%	1,7%	3,4%

Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2021.



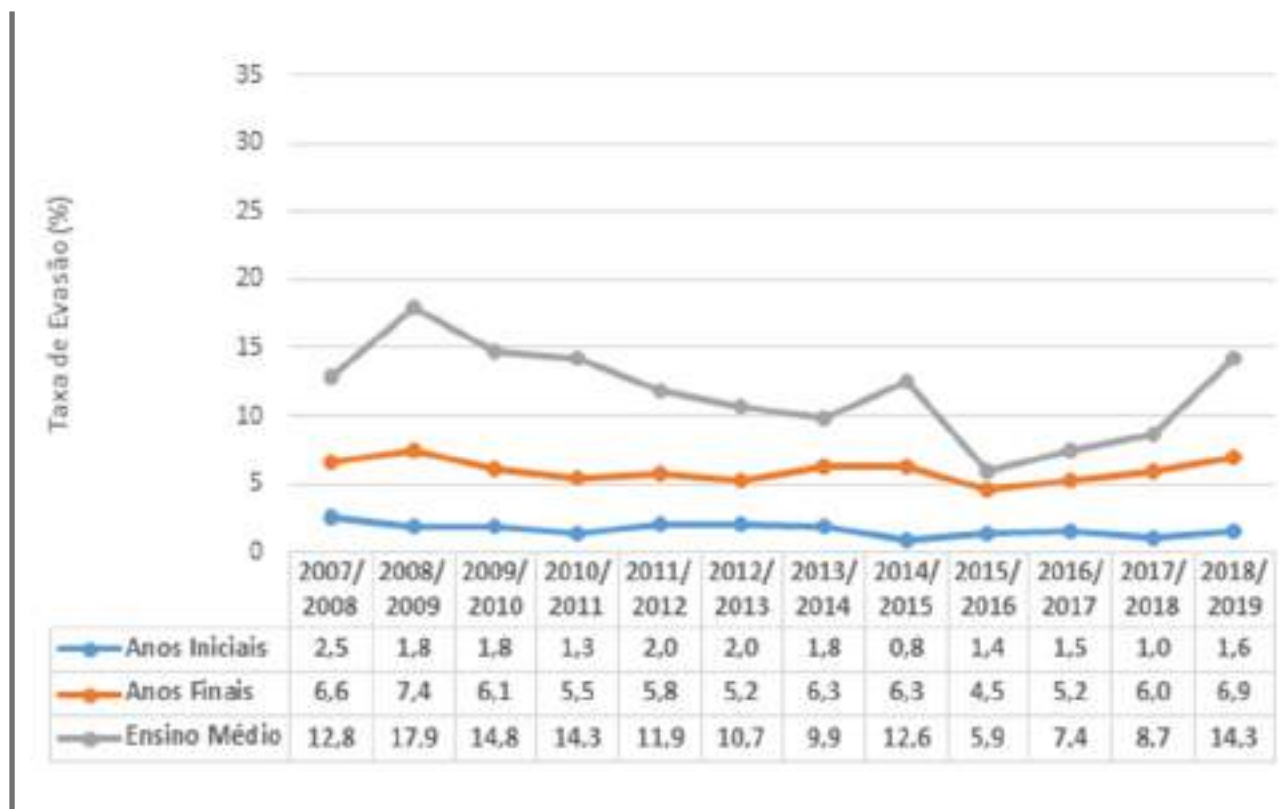
Item 70: Taxa de Evasão (%), segundo a etapa escolar, em 2018/2019 – Brasil, Minas Gerais e Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.



Item 71: Taxa de Evasão (%), segundo a etapa escolar, de 2007/2008 a 2018/2019 – Resplendor



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica.

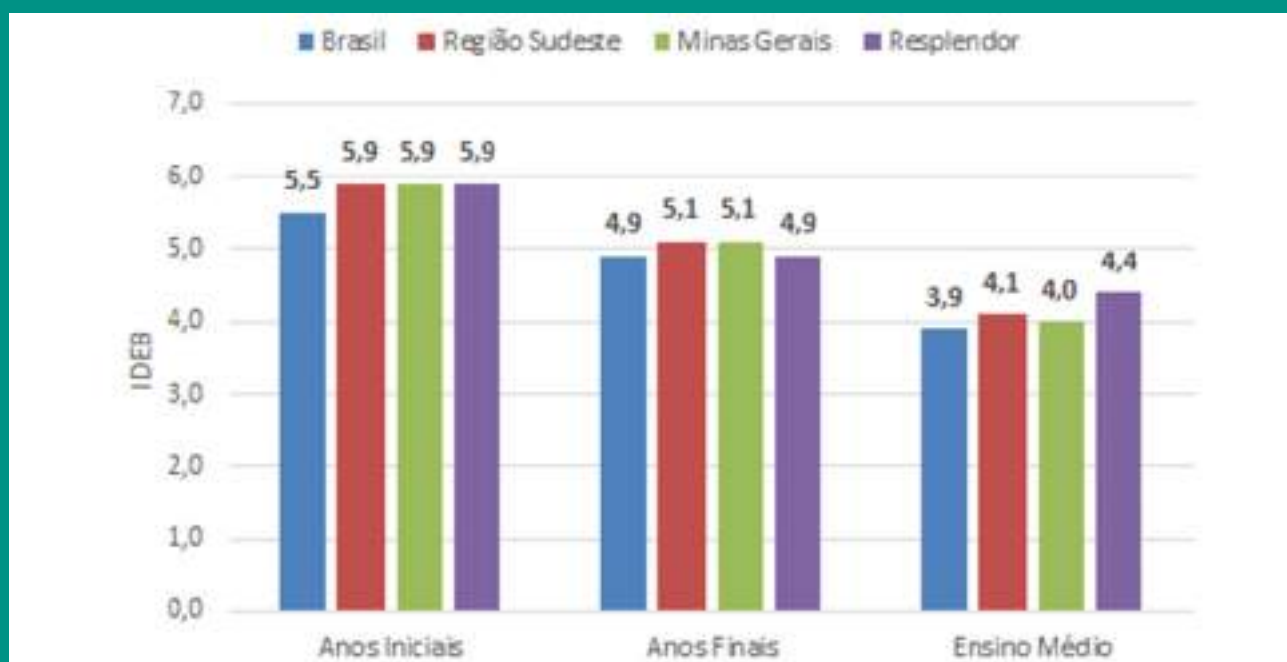
f) IDEB e SAEB

Nos anos iniciais do Fundamental, o IDEB das escolas públicas de Resplendor em 2021 permaneceu igual ao de 2019 e se mostra igual aos índices mineiro e nacional.

Nos anos iniciais do Fundamental, o IDEB das escolas públicas de Resplendor em 2021 também permaneceu igual ao de 2019, porém, se mostra menor que os índices mineiro e nacional.

No Ensino Médio, houve um aumento expressivo do IDEB das escolas públicas em 2021. Atualmente, é superior aos índices das escolas públicas do estado de Minas Gerais e do Brasil

Item 72: IDEB das escolas públicas, segundo a etapa escolar, em 2021 – Brasil, Região Sudeste, Minas Gerais e Resplendor

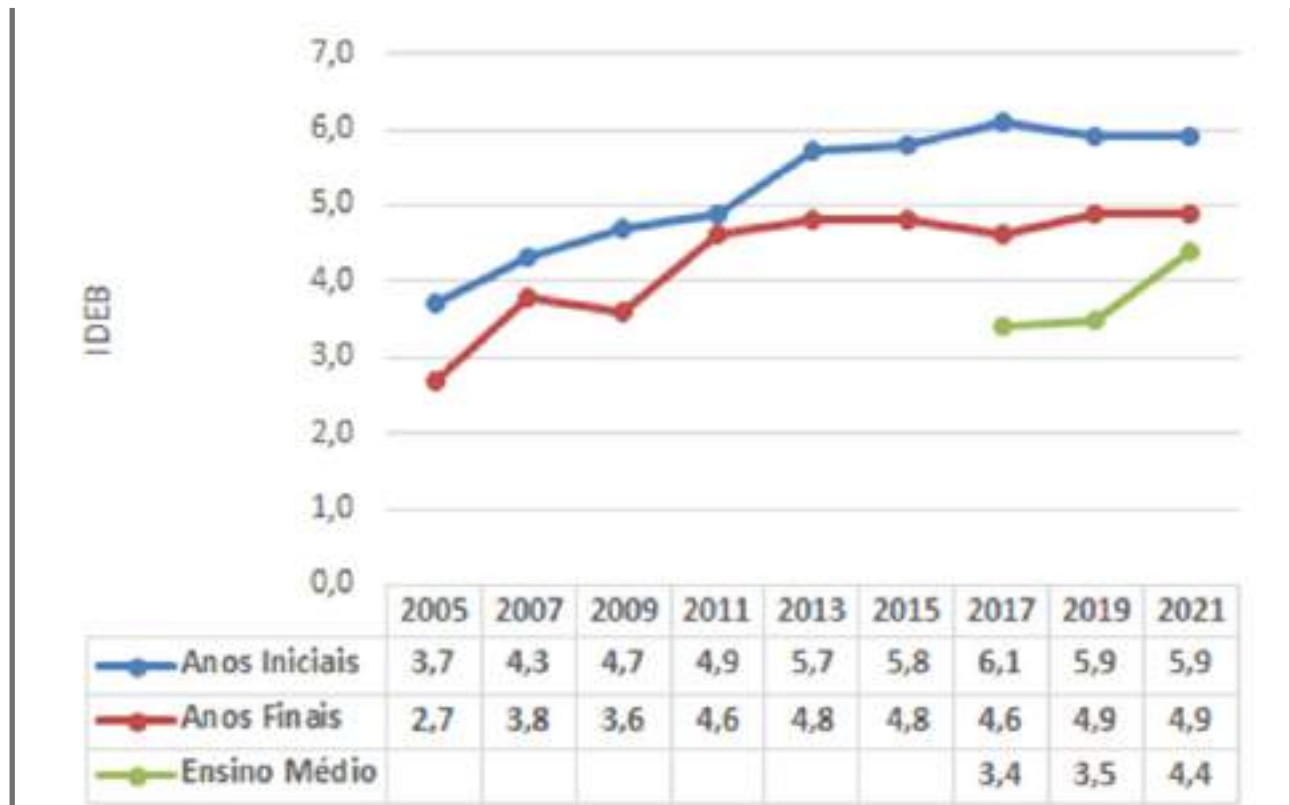


Nota: Não estão incluídas as escolas privadas.

Fonte: INEP, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.



Item 73: IDEB das escolas públicas, segundo a etapa escolar, de 2005 a 2021 – Resplendor



Nota: Não estão incluídas as escolas privadas.

Fonte: INEP, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.



O quadro a seguir mostra o IDEB 2021 nas etapas da Educação Básica das escolas públicas dos municípios de atuação do Programa Territórios em Rede no estado de Minas Gerais, além dos resultados das escolas públicas nacionais e estaduais.

Item 74: IDEB dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio das escolas públicas, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade Territorial	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Brasil	5,5	4,9	3,9
Minas Gerais	5,9	5,1	4,0
Municípios			
Aimorés	5,7	5,1	4,0
Conselheiro Pena	5,5	5,1	4,4
Governador Valadares	5,8	5,1	4,2
Resplendor	5,9	4,9	4,4
Tumiritinga	5,2	4,7	3,4

Nota: (i) Não estão computados os resultados das escolas privadas, isto é, os resultados aqui apresentados são exclusivos das escolas públicas. (ii) ND = Não disponível.

Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2021.



Quando o IDEB foi calculado pela primeira vez, em 2005, foi definida uma trajetória esperada de melhoria do índice até o ano de 2021. Essa projeção representa uma ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade da Educação Básica, com a expectativa de que, ao final do período, o Brasil tivesse alcançado, considerando as redes públicas e privadas, um valor correspondente a um sistema educacional de qualidade, com Minas Gerais ao dos países desenvolvidos. Com início em 2007, as metas intermediárias e final foram calculadas nos âmbitos nacional, estadual, municipal, bem como para cada escola. Para projetar as trajetórias esperadas foram estabelecidas premissas e seguidos alguns procedimentos metodológicos, mas vale assinalar que as metas não foram revisadas ao longo do tempo. Em outras palavras, a trajetória esperada ficou inalterada até a edição de 2021, a despeito dos resultados bienais terem ou não alcançado as metas intermediárias.

Considerando as redes pública e privada, a média nacional projetada para 2021 era de 6,0, nos anos iniciais, 5,5, nos anos finais, e 5,2, no Ensino Médio. Porém, em nenhuma das três etapas a meta foi alcançada: os resultados de 2021 foram 5,8, 5,1 e 4,2, respectivamente.

Completando a análise dos resultados mais recentes, o quadro a seguir informa o IDEB projetado para 2021 nas redes públicas do Brasil, de Minas Gerais e do município de Resplendor, segundo a etapa escolar.

Projeção do IDEB para 2021 na rede pública de ensino			
Unidade Territorial	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Brasil	5,8	5,2	4,9
Minas Gerais	6,0	5,6	5,3
Resplendor	5,9	4,7	3,9

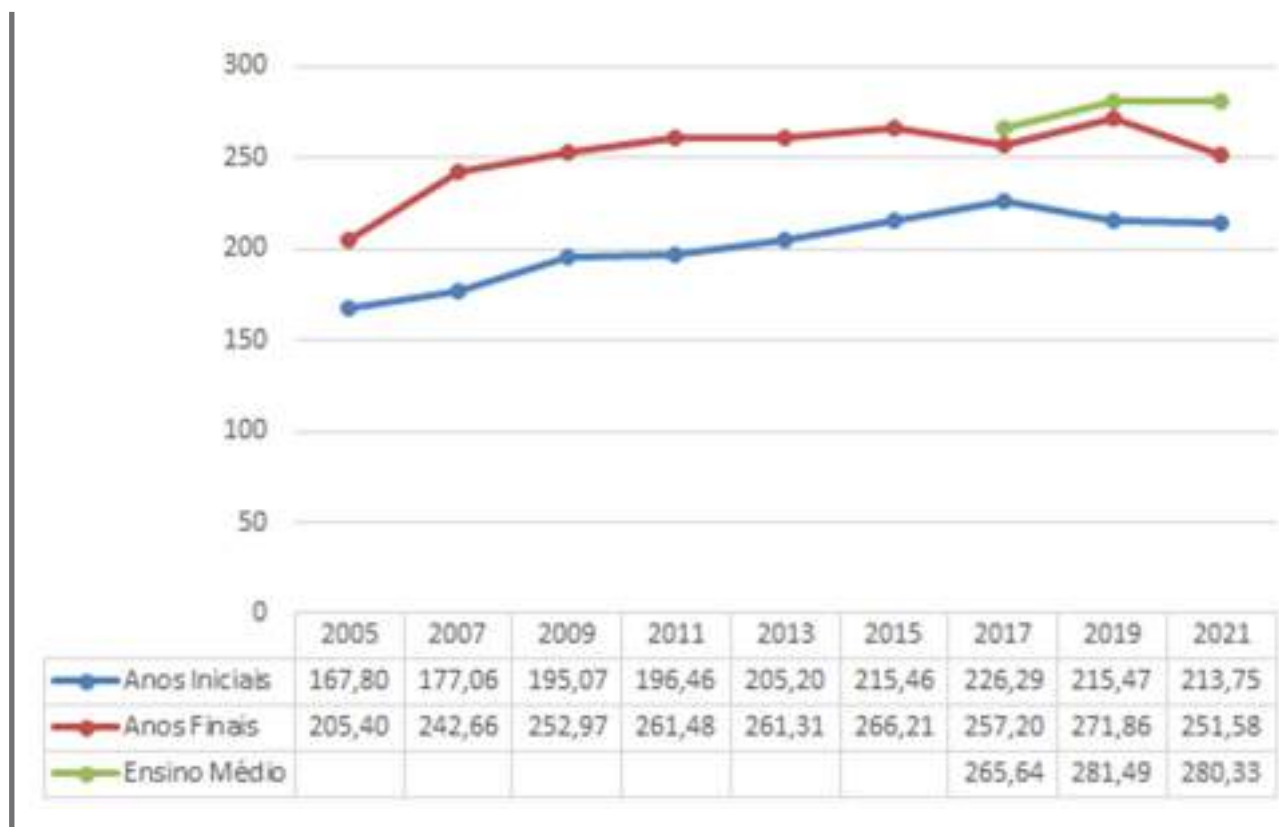
Fonte: INEP. Resultados do IDEB, 2019.



No SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica – de 2021, as escolas públicas de Resplendor tiveram notas menores do que as alcançadas em 2019, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. O recuo ocorreu em todas as etapas avaliadas: anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

No estado de Minas Gerais, as escolas públicas avançaram apenas nos anos finais do Ensino Fundamental na avaliação de Língua Portuguesa. Já nos anos finais e no Ensino Médio, recuaram. Na avaliação de Matemática, as escolas públicas mineiras regrediram nas três etapas. Na média nacional, as escolas públicas tiveram recuo tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, nos ensinos Fundamental e Médio.

Item 75: Nota SAEB – Língua Portuguesa, das escolas públicas, segundo a etapa escolar, de 2005 a 2021 – Resplendor

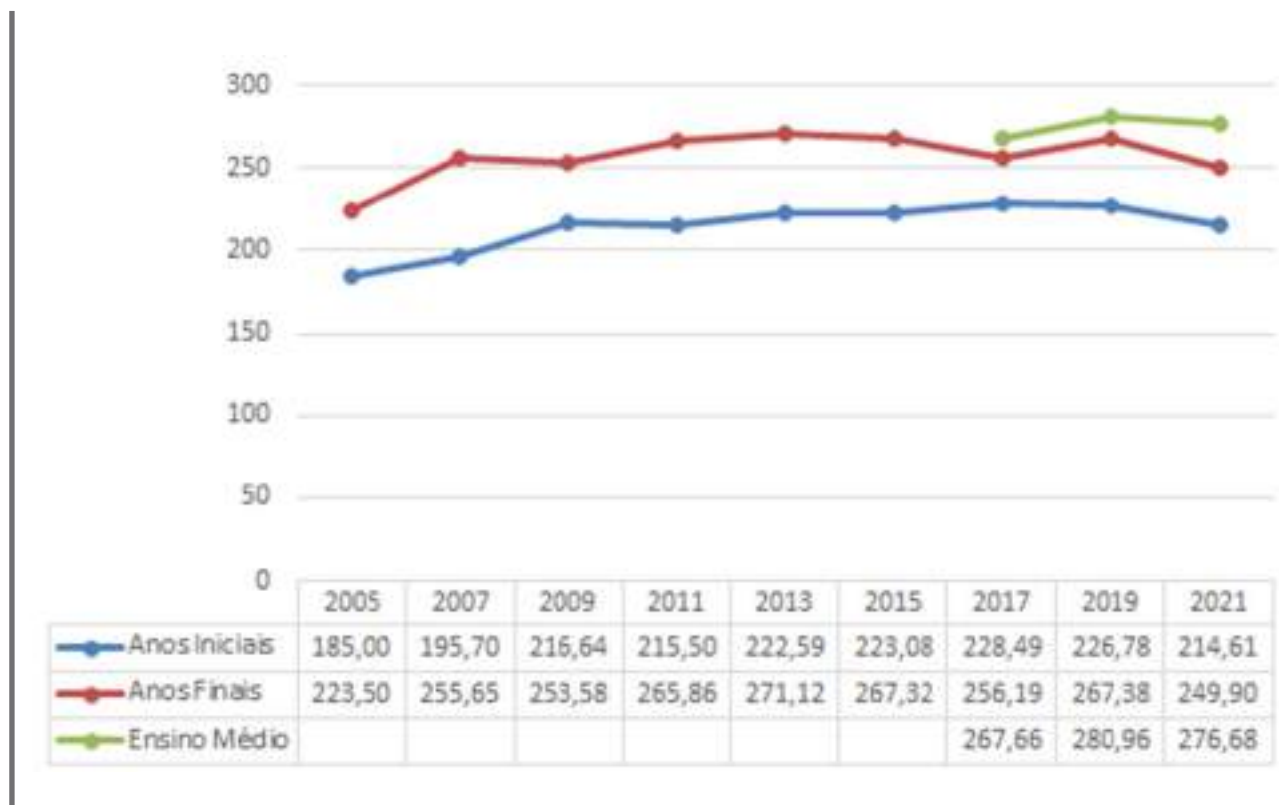


Nota: Não estão incluídas as escolas privadas.

Fonte: INEP, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.



Item 76: Nota SAEB – Matemática, das escolas públicas, segundo a etapa escolar, de 2005 a 2021 – Resplendor



Nota: Não estão incluídas as escolas privadas.

Fonte: INEP, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

O quadro a seguir mostra as notas do SAEB em Língua Portuguesa e Matemática nas etapas da Educação Básica das escolas públicas dos municípios de atuação do Programa Territórios em Rede no estado de Minas Gerais, além dos resultados das escolas públicas nacionais e estaduais.



Item 77: Nota SAEB em Língua Portuguesa e Matemática dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio das escolas públicas, em 2021 – Brasil, Minas Gerais e municípios do Programa Territórios em Rede em Minas Gerais

Unidade Territorial	Nota SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica					
	Língua Portuguesa			Matemática		
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos Finais		Anos Iniciais	Anos Finais	
Brasil	201,43	254,88	269,79	210,05	252,04	262,71
Minas Gerais	210,25	258,51	273,83	216,69	256,29	268,66
Municípios						
Aimorés	206,94	258,09	273,49	210,21	257,74	268,97
Conselheiro Pena	201,47	259,42	291,09	207,00	254,98	276,44
Governador Valadares	210,79	262,87	276,16	215,96	257,65	268,94
Resplendor	213,75	251,58	280,33	214,61	249,90	276,68
Tumiritinga	193,04	244,05	252,67	201,66	244,83	260,22

Nota: (i) Não estão computados os resultados das escolas privadas, isto é, os resultados aqui apresentados são exclusivos das escolas públicas. (ii) ND = Não disponível.

Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica, 2021.



VIII– Estimativa do atendimento escolar por faixa etária

Entre os censos demográficos, o IBGE produz estimativas para o país, as unidades da Federação e as regiões metropolitanas através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Para os municípios, até o presente momento, o IBGE divulga apenas a estimativa do total da população, com periodicidade anual, sem estratificação etária. A estratificação por idade das estimativas populacionais dos municípios é feita por meio de métodos estatísticos escolhidos e aplicados por pesquisadores e instituições independentes do IBGE. Grosso modo, são estimativas baseadas nas estimativas do IBGE. Tradicionalmente, o órgão oficial que se dedica a esse cálculo é o Ministério da Saúde, divulgando-o por meio do DATASUS. No estado de São Paulo, a Fundação Seade também produz estimativas por faixa etária, mas só para os municípios paulistas. Todavia, a desagregação feita pelo Ministério da Saúde estratifica a população em faixas etárias quinquenais, tais como 0 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos e, assim, sucessivamente⁴. Como se vê, essas faixas não são as mais adequadas para a análise das questões relativas à Educação Básica. Para apresentar o tamanho da população de crianças e adolescentes de cada município de acordo com as chamadas faixas etárias escolares, a Cidade Escola Aprendiz toma como base a estimativa elaborada pelo Ministério da Saúde para cada faixa etária quinquenal e, após um ajuste de linearidade, agrega os valores por faixa etária escolar. O cálculo desagrega os totais quinquenais em cinco partes iguais, cada uma representando uma idade específica daquela faixa etária, ajusta os valores por um método de tendência e soma os resultados (valores ajustados) de acordo com as faixas etárias de interesse.

⁴ Ministério da Saúde / SVS (Secretaria de Vigilância em Saúde) / DASNT (Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis) / CGIAE (Coordenação Geral de Informações e Análise Epidemiológica). Estudo de estimativas populacionais para os municípios brasileiros, desagregadas por sexo e idade, 2000–2021.



A seguir são apresentadas comparações entre o total de matrículas por faixa etária e o tamanho da população com a mesma faixa etária no município. Dois períodos são apresentados: 2010 e 2021. O ano de 2010 é mostrado pois o tamanho da população provém do Censo Demográfico daquele ano, que é o último disponível. Sendo assim, trata-se da comparação entre o número de matrículas de crianças e adolescentes nas faixas etárias de 4 e 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 14 anos e 15 a 17 anos (bem como o total de 4 a 17 anos), conforme o Censo Escolar da Educação Básica, do INEP, e a população com as mesmas faixas etárias recenseadas pelo IBGE, no ano de 2010. O número de matrículas abrange todas as redes de ensino, inclusive a rede privada, e independe da etapa escolar da matrícula. O mesmo comparativo é apresentado para o ano de 2021, porém, com o tamanho estimado da população, com cálculos baseados na estimativa do Ministério da Saúde, conforme descrito acima.

A diferença entre o tamanho do contingente etário e o número de matrículas indica a quantidade de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos que não estavam matriculados em 2010 e estima esse quantitativo em 2021. Vale destacar, todavia, a advertência do Ministério da Saúde quanto a precisão de sua estimativa:

[...]

Os resultados aqui divulgados são estimativas e, com isso, estão sujeitos a erros e não são suficientes para substituir resultados obtidos através de contagens populacionais e censos demográficos. O intuito é fornecer indicadores para a evolução populacional, por sexo e idade e especialmente para os anos posteriores a 2010 e, assim, oferecer aos usuários resultados que auxiliem em pesquisas, elaboração de indicadores e no processo de tomada de decisão, tanto para a esfera pública quanto privada. Dado que o método aplicado replica tendências populacionais observadas no passado, deve-se ter atenção especial para os municípios de pequeno porte, pois estes são mais impactados por variações nos componentes demográficos – fecundidade, mortalidade e migração.

[...]

Esse trabalho segue a metodologia aplicada na Projeção Populacional para a tendência de crescimento dos grupos etários. Sabe-se, no entanto, que há restrições para o uso dos resultados pois se baseiam nos últimos Censos Demográficos, já defasados no tempo, e ainda desagregados por idade e sexo. Neste sentido, é provável que os resultados se distanciem dos dados observados que serão coletados no Censo Demográfico 2022.

(Nota Técnica MS/SVS/DASNT/CGIAE)



No contingente de 4 e 5 anos, estima-se que o número de crianças tenha diminuído entre 2010 e 2021, ao passo que o número de matrículas diminuiu um pouco mais. Assim, as matrículas correspondiam a 78% do contingente etário em 2010 e passaram a 67% em 2021.

2010	2021
78%	67%

No contingente de 6 a 10 anos, estima-se que o número de crianças tenha diminuído entre 2010 e 2021, ao passo que o número de matrículas diminuiu um pouco mais. Em 2010, apesar dos dados serem do Censo Demográfico e do Censo Escolar, havia duas matrículas que o número de crianças nessa faixa etária. Isso sugere que nem o levantamento censitário conseguiu captar com precisão o crescimento populacional no município. Assim, as matrículas correspondiam a 100% do contingente etário em 2010 e passaram a 90% em 2021.

2010	2021
100%	90%

No contingente de 11 a 14 anos, estima-se que o número de crianças tenha diminuído entre 2010 e 2021, ao passo que o número de matrículas diminuiu um pouco mais. Em 2010, apesar dos dados serem do Censo Demográfico e do Censo Escolar, havia 14 matrículas que o número de crianças nessa faixa etária. Isso sugere que nem o levantamento censitário conseguiu captar com precisão o crescimento populacional no município. Assim, as matrículas correspondiam a 101% do contingente etário em 2010 e passaram a 91% em 2021.

2010	2021
101%	91%



No contingente de 15 a 17 anos, estima-se que o número de adolescentes tenha diminuído entre 2010 e 2021, mas o número de matrículas diminuiu em um ritmo um pouco menor. Assim, as matrículas correspondiam a 75% do contingente etário em 2010 e passaram a 85% em 2021.

2010	2021
75%	85%

Ampliando para o contingente de 4 a 17 anos, estima-se que o número de crianças e adolescentes tenha diminuído entre 2010 e 2021, mas o número de matrículas também recuou nesse período. Assim, as matrículas correspondiam a 92% do contingente etário em 2010 e passaram a 86% em 2021.

2010	2021
92%	86%

Item 78: População de 4 a 17 anos recenseada em 2010 e estimada em 2021 e Número de matrículas de estudantes com idade de 4 a 17 anos em 2010 e 2021 – Resplendor



Nota: (1) Matrículas por faixa etária, independentemente da etapa que frequenta. (2) Excluídas as matrículas de AEE e Atividade Complementar. (3) O(A) mesmo(a) aluno(a) pode ter mais de uma matrícula.

Fonte: (i) População 2010 – IBGE, Censo Demográfico. (ii) Matrículas 2010 e 2021 – INEP, Censo Escolar da Educação Básica (iii) População 2021 – Estimativa própria, a partir da Estimativa por Sexo e Faixa Etária (quinquenal) do Ministério da Saúde.



Item 79: População de 4 e 5 anos recenseada em 2010 e estimada em 2021 e Número de matrículas de estudantes com idade de 4 e 5 anos em 2010 e 2021 – Resplendor



Nota: (1) Matrículas por faixa etária, independentemente da etapa que frequenta. (2) Excluídas as matrículas de AEE e Atividade Complementar. (3) O(A) mesmo(a) aluno(a) pode ter mais de uma matrícula.

Fonte: (i) População 2010 – IBGE, Censo Demográfico. (ii) Matrículas 2010 e 2021 – INEP, Censo Escolar da Educação Básica (iii) População 2021 – Estimativa própria, a partir da Estimativa por Sexo e Faixa Etária (quinquenal) do Ministério da Saúde.



Item 80: População de 6 a 10 anos recenseada em 2010 e estimada em 2021 e Número de matrículas de estudantes com idade de 6 a 10 anos em 2010 e 2021 – Resplendor



Nota: (1) Matrículas por faixa etária, independentemente da etapa que frequenta. (2) Excluídas as matrículas de AEE e Atividade Complementar. (3) O(A) mesmo(a) aluno(a) pode ter mais de uma matrícula.

Fonte: (i) População 2010 – IBGE, Censo Demográfico. (ii) Matrículas 2010 e 2021 – INEP, Censo Escolar da Educação Básica (iii) População 2021 – Estimativa própria, a partir da Estimativa por Sexo e Faixa Etária (quinquenal) do Ministério da Saúde.



Item 81: População de 11 a 14 anos recenseada em 2010 e estimada em 2021 e Número de matrículas de estudantes com idade de 11 a 14 anos em 2010 e 2021 – Resplendor



Nota: (1) Matrículas por faixa etária, independentemente da etapa que frequenta. (2) Excluídas as matrículas de AEE e Atividade Complementar. (3) O(A) mesmo(a) aluno(a) pode ter mais de uma matrícula.

Fonte: (i) População 2010 – IBGE, Censo Demográfico. (ii) Matrículas 2010 e 2021 – INEP, Censo Escolar da Educação Básica (iii) População 2021 – Estimativa própria, a partir da Estimativa por Sexo e Faixa Etária (quinquenal) do Ministério da Saúde.



Item 82: População de 15 a 17 anos recenseada em 2010 e estimada em 2021 e Número de matrículas de estudantes com idade de 15 a 17 anos em 2010 e 2021 – Resplendor



Nota: (1) Matrículas por faixa etária, independentemente da etapa que frequenta. (2) Excluídas as matrículas de AEE e Atividade Complementar. (3) O(A) mesmo(a) aluno(a) pode ter mais de uma matrícula.

Fonte: (i) População 2010 – IBGE, Censo Demográfico. (ii) Matrículas 2010 e 2021 – INEP, Censo Escolar da Educação Básica (iii) População 2021 – Estimativa própria, a partir da Estimativa por Sexo e Faixa Etária (quinquenal) do Ministério da Saúde.



IX– Localização das escolas por imagem

Item 83: Distribuição das unidades escolares de Educação Básica em atividade no município de Resplendor no ano de 2021



Legenda: ● rede municipal ● rede estadual

Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2021. Imagem: Google Earth, 2022.



Item 84: Distribuição das unidades escolares de Educação Básica em atividade no núcleo urbano de Resplendor no ano de 2021



Legenda: ● rede municipal ● rede estadual

Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2021. Imagem: Google Earth, 2022.



Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Institucional:



O Territórios em Rede é parte do Programa de Educação e Saúde da Fundação Vale, que busca contribuir com a melhoria da saúde e educação pública nos municípios de atuação em parceria com secretarias municipais, instituições sociais e outros parceiros nos territórios.